OS PRESIDENTES

17º Presidente do Brasil
1954-1955

TRÊS

Edições ISTOÉ

Café Filho

Hélio Silva

OS PRESIDENTES

Hélio Silva
Maria Cecília Ribas Carneiro

Café Filho

1954-1955
A Crise Institucional

OS PRESIDENTES

ISBN da obra 85-7368-739-8
ISBN deste volume 85-7368-756-8

Editores: DOMINGO ALZUGARAY / CATIA ALZUGARAY

Coordenação Editorial: ARMANDO GONÇALVES

Arte: SANDRO BEZERRA DE CAMARGO

Capa:
Lay-out: PAULO ROBERTO ALOE
Ilustração: BRASÍLIO

OS PRESIDENTES é uma publicação da Editora Brasil 21 Ltda.
Redação e Administração: Rua William Speers, 1.000 – conj. 120
CEP 05067-900 – Fones: (11) 3618-4257/58
Fax: (11) 3618-4425 – **Comercialização:** Três Comércio de Publicações Ltda.
Rua William Speers, 1.000 – salas 4 e 111 – São Paulo – SP – Brasil

2004

Distribuição exclusiva em bancas para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S. A.
Rua Teodoro da Silva, 907 – Fone: (21) 3879-7766
Fax: (21) 2577-6363 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Distribuição em Portugal:
VASP Distribuidora de Publicações
Rua da Tascoa, 16 – Ed. Bela
4.º Piso - Fone: (21) 439-8505 - Queluz – Portugal

Impressão:
EDITORA TRÊS LTDA.
Rodovia Anhangüera, km 32,5 – CEP 07750-000
Cajamar – SP – Brasil

Iconografia Histórica

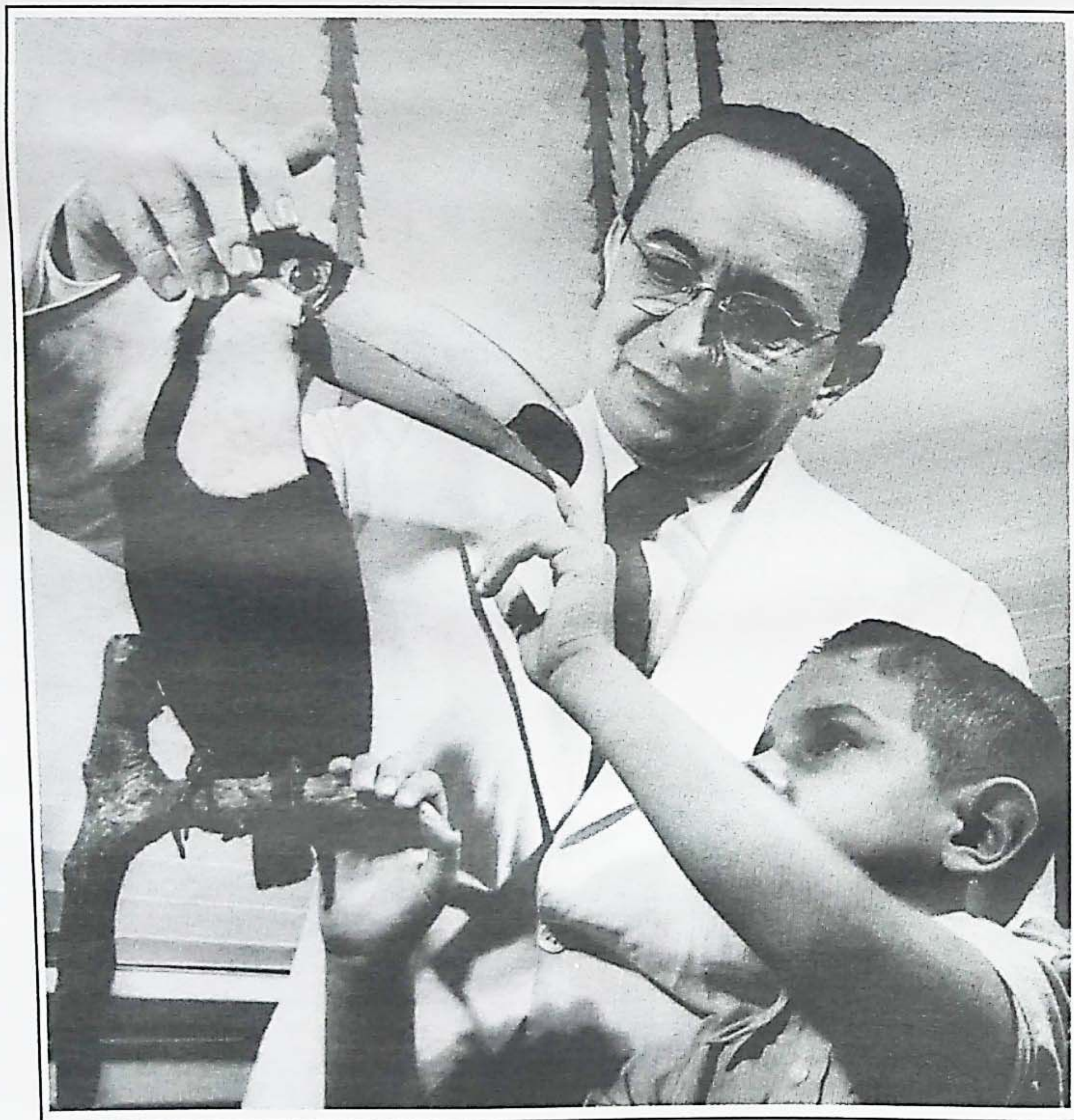
Prensa Três

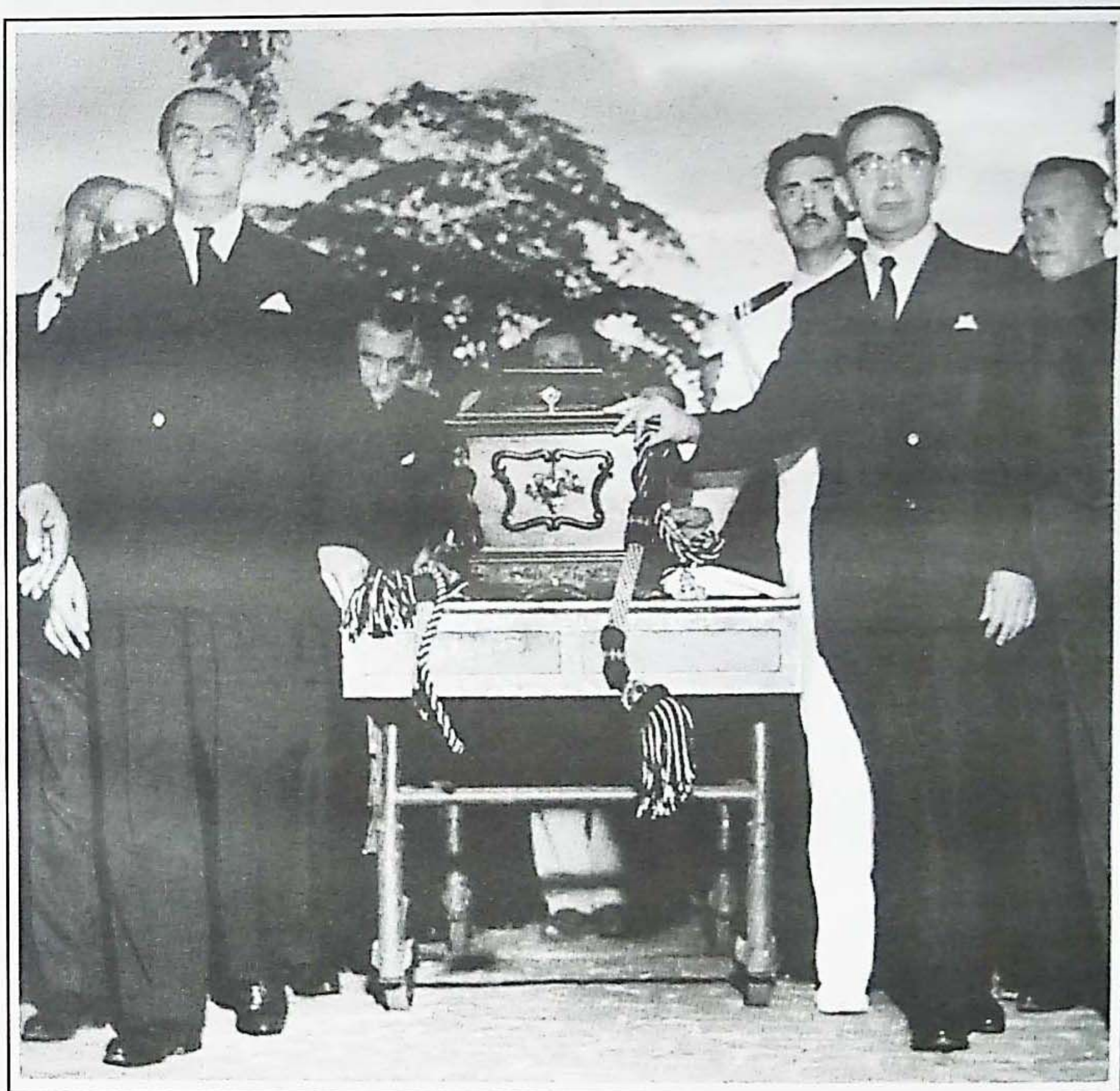
João Café Filho foi chefe de polícia do Rio Grande do Norte, posto que assumiu logo após a Revolução de 1930. Eleito deputado em 1934, exerceu o seu mandato até 1937. Foi eleito vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas em 1950. Pressionado pela crise política de 1954, ele propôs a renúncia do presidente Getúlio Vargas e dele próprio que era o vice. Com a morte de Getúlio, assumiu a Presidência, na mesma manhã de 24 de agosto de 1954. Esteve à frente do governo por um período curto, depois passando, por motivo de saúde, o cargo para Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados.

Prensa Três

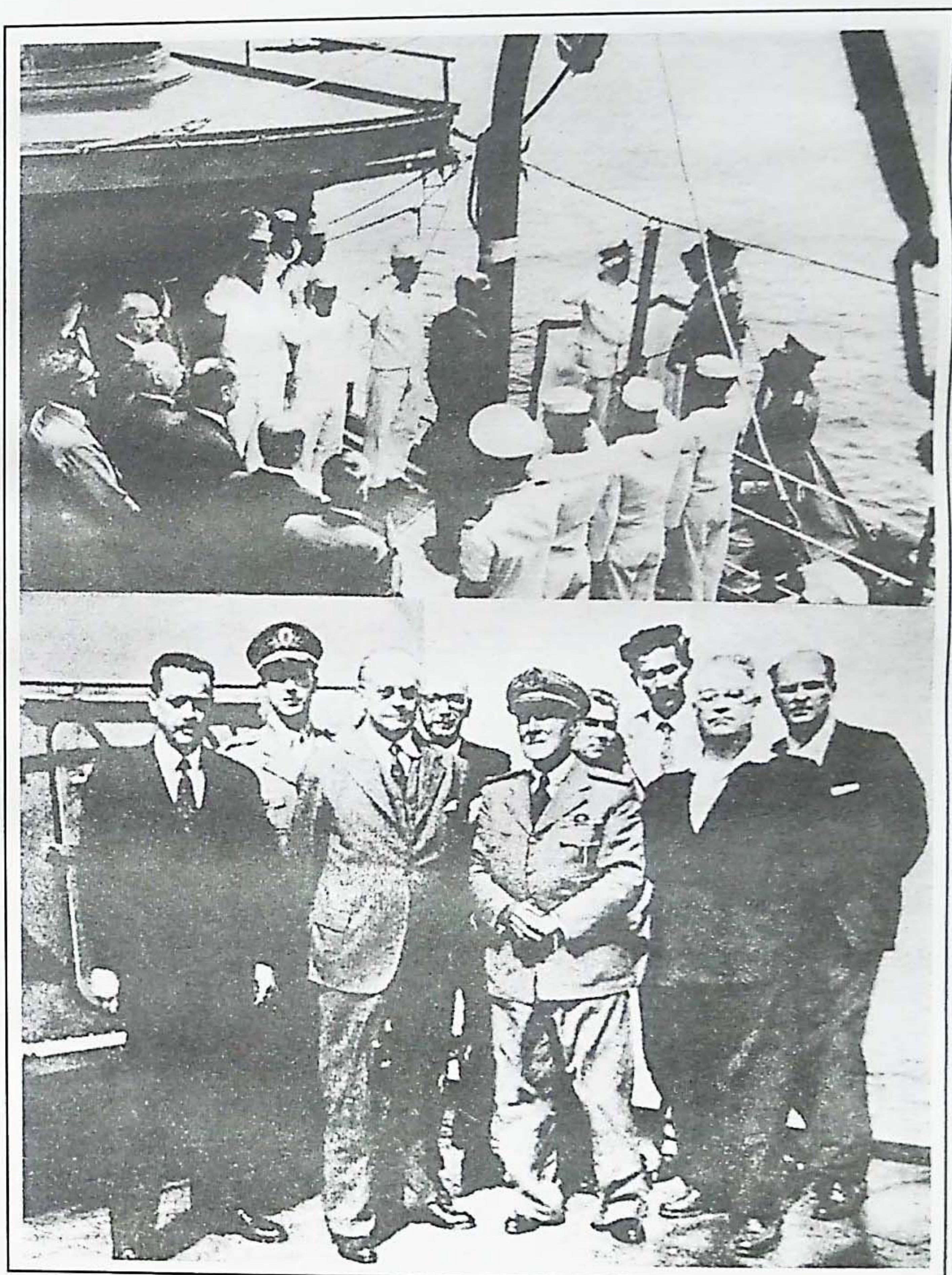
O presidente Getúlio Vargas em palestra com seus ministros Osvaldo Aranha e João Cleofas e com o vice João Café Filho. A política brasileira e a posição dos militares no governo de Getúlio Vargas fervilhavam de forma perigosa.

Arquivo Hélio Silva

O atentado da rua Toneleros, no qual Carlos Lacerda foi ferido e o major Tolentino Vaz, morto, foi um acontecimento que agravou de forma irreversível a crise política que o Brasil vivia no governo Getúlio Vargas. Essa crise culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954.

Prensa Três

Na mesma manhã do suicídio de Getúlio, Café Filho assumia a Presidência da República. Seu governo também transcorreu sob intensa crise política, agravada ainda mais com o seu afastamento.

No enterro de Artur da Silva Bernardes, as presenças do presidente Café Filho, de Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, e da elite política brasileira de então. Artur Bernardes, mineiro de Viçosa, foi presidente da República de 1922 a 1926 e político de grande importância.

Arquivo Agência Nacional

Carlos Luz, na foto com Café Filho, foi um meteoro na Presidência da República. Café Filho transmitiu-lhe o cargo, por carta, no dia 8 de novembro de 1955 e já no dia 11 de novembro de 1955 ele era retirado da Presidência e colocado a bordo do "Tamandaré" com outros membros do governo. O estopim do golpe que o tirou do cargo foi a demissão do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, feita por ele no dia 10 de novembro.

Deposição do presidente Carlos Luz. Em 11 de novembro de 1955 ele embarcava no "Tamandaré". Na foto de baixo, na primeira fila, aparecem Bento Munhoz da Rocha, ministro da Agricultura, Carlos Luz, Carlos Pena Boto, comandante e chefe da esquadra brasileira, e Otávio Marcondes Ferraz, ministro da Viação e Obras Públicas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Intime-se. Publique-se.
14.11.55
[illegible]

Exmo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados em exercício

Venho comunicar a V. Ex. que, conforme deliberação por mim tomada em reunião realizada a bordo do Cruzador Tamandaré, na noite de 11 do corrente, resolvi renunciar a Presidência desta Casa do Congresso Nacional, tendo em vista o que aqui ocorreu naquela data.

Atenciosas saudações

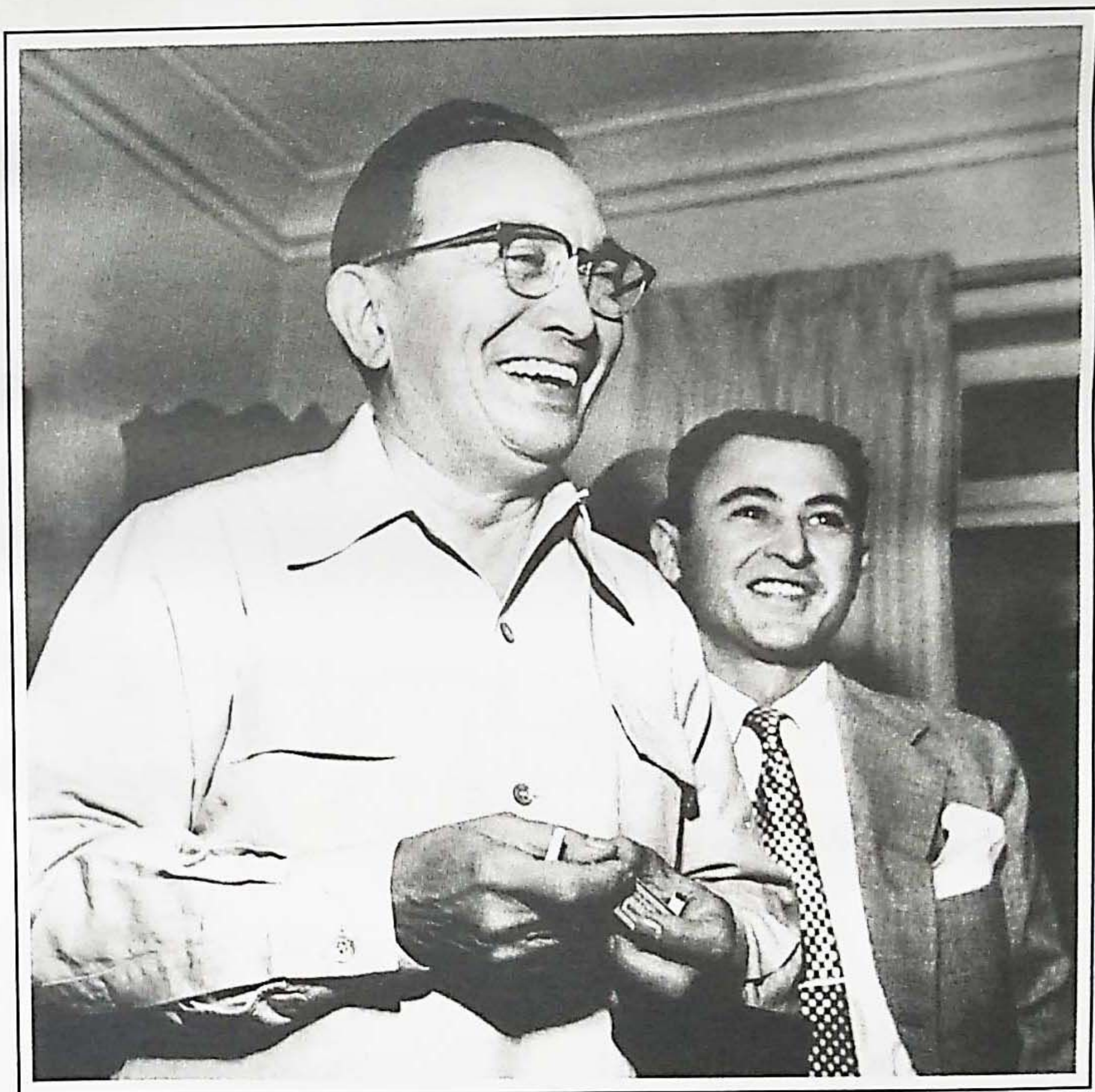
Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1955

Carlos Luz

Carta de Carlos Coimbra da Luz, datada de 14 de novembro de 1955, renunciando à presidência da Câmara dos Deputados. Ela foi escrita a bordo do cruzador "Tamandaré", para onde fora conduzido no dia 11 do mesmo mês.

Café Filho recebe as visitas de Floriano de Lima Breyner e de Nereu de Oliveira Ramos na Clínica de Repouso São Vicente. Nereu Ramos, com a deposição de Carlos Luz, assumiu a Presidência da República no dia 11 de novembro de 1955, ficando até o dia 31 de janeiro de 1956.

Prensa Três

Café Filho, ainda convalescendo, saúda da janela da Clínica São Vicente, populares que oravam pelo seu restabelecimento.

Café Filho, afastado da Presidência, lutou até o fim pelos seus direitos constitucionais. A Câmara e o Senado se reuniam extraordinariamente para encontrar a forma legal de deposição do presidente. Até mandado de segurança Café Filho impetrou no Supremo Tribunal Federal para garantir os seus direitos.

Prensa Três

Os cartazes dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 1955 forravam as paredes e os postes das cidades.

Prensa Três

Juscelino Kubitschek venceu as eleições de 1955 e assumiu a Presidência no dia 31 de janeiro de 1956. Foi um dos mais ativos presidentes. No seu governo, entre outras realizações, tivemos a implantação da indústria automobilística e a construção de Brasília.

INTRODUÇÃO

Conheci João Café Filho faz muitos anos, ainda na República Velha, em uma das salas do Palácio Tiradentes, onde se reunia uma comissão apuradora das fraudulentas eleições daqueles tempos. Um moço jornalista que contestava o diploma de que era portador o velho político Potiguar Eloy Chaves. Lembro-me de uma frase de Café Filho que provocou risadas: "Eu só queria alvejar o Eloy Chaves." Deve-se esclarecer que o deputado Eloy Chaves era mulato-escuro e seria impossível torná-lo mais alvo . . .

Café Filho voltou para Natal. Moço inteligente, nem o curso ginasial havia completado. Fazia um jornalismo polêmico, de combate ao governo local, que lhe valeu uma retirada estratégica, em 1929, para a Paraíba, onde o presidente João Pessoa liderava a campanha da Aliança Liberal.

Era freqüente o êxodo dos jornalistas de oposição nos Estados do Norte e do Nordeste. Os governos locais não lhes toleravam as críticas. Mandavam empastelar os jornais e surrar os jornalistas. Já cultivavam o hábito de fazer o publicista engolir, em pílulas, o artigo ou todo o jornal (eram jornais de poucas páginas e de formato pequeno) em que haviam publicado a verrina. No Rio de Janeiro, lembro-me de um jornalista que teve de fazer esse exercício estranho, engolindo um artigo menos favorável a um patrono do Exército. O Rio de Janeiro recebeu diversos grandes jornalistas por esse processo de emigração forçada, contando-se, entre eles, Mário Rodrigues e Osório Borba, que não puderam mais viver no Recife.

Na Paraíba, que ainda não havia mudado o nome, Café Filho recebeu uma pequena ajuda de quinhentos mil réis do secretário de Segurança, Ademar Vidal, para fazer um jornal, desta vez de ataque ao governo federal de Washington Luiz, à candidatura oficial de Júlio Prestes de Albuquerque e aos seus defensores na Paraíba, João Gualberto, José Pereira, João Suassuna.

A vitória do movimento de outubro de 1930 possibilitou a volta de João Café Filho ao seu Estado natal com honras de revolucionário.

Começa uma nova fase da vida de Café Filho, prócer influente, organizador de sindicatos e, como conta em seu livro de memórias, chefe de Polícia do interventor Câmara.

Eleita a Assembléia Legislativa, aquele interventor viu-se abandonado por seus pseudo correligionários, que elegeram o "carcomido" Rafael Fernandes. Houve um movimento de protesto, com a desmobilização da Guarda Civil, criada por Café Filho, e o desemprego de seus homens. Uma célula comunista aproveitou a oportunidade e promoveu o levante vermelho de novembro de 1935, em Natal, logo dominado.

João Café Filho não era comunista nem socialista de formação. Poderia ser vagamente considerado um elemento de esquerda pelos homens de direita. Mas a "caça às bruxas" que sucedeu ao esmagamento da revolta perseguiu Café Filho, obrigando-o a emigrar para o Prata.

Serenados os ânimos, volta à Câmara dos Deputados, onde desempenha, meticulosamente, uma função de exegeta do regimento e defensor do funcionalismo público. É atribuída a ele uma frase que a minha pesquisa não logrou localizar em seus discursos: "Lembrai-vos de 37...", em que advertia sobre a ameaça sempre latente de um golpe, como aconteceu em 10 de novembro de 1937. Tinha razão: Lembrai-vos de 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964...

Em 1950, os políticos, desavindos, engendram várias fórmulas, até que o PTB convence Getúlio Vargas a aceitar a própria candidatura. Um dos cabos eleitorais era o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, presidente do PSP (Partido Social Progressista). Cabia-lhe indicar o companheiro de chapa de Vargas. Ele, porém, não queria deixar o governo de São Paulo e apontou o deputado João Café Filho, chefe de um dos raros núcleos daquela agremiação fora de São Paulo.

Vargas desejava ter como companheiro o gerneral Pedro Aurélio de Góes Monteiro, queria um aval militar. Goés, porém, não aceitou.

Vargas não deu muito destaque à participação de Café Filho na campanha. A LEC (Liga Eleitoral Católica), em uma apreciação infeliz, vetou o nome de João Café Filho, que foi vitorioso nas urnas.

Eleito vice-presidente da República, Café Filho pouco uso fez da prerrogativa constitucional de presidir o Senado. Instalou seu gabinete numa dependência do Ministério do Trabalho, onde recebia os que o procura-

vam. Viajou. A História irá focalizá-lo por ocasião do atentado da rua Toneleros, quando Carlos Lacerda tem com ele uma entrevista clandestina, em um apartamento emprestado, do Hotel Serrador, obtendo, à custa, a promessa de que assumiria a Presidência da República em caso de vacância. Nessa ocasião, João Café Filho tem mais uma frase cunhada: "O meu coração não suportará o poder."

É possível que Café Filho, homem bom, íntegro e leal, tivesse ido a Vargas propor a dupla renúncia, arrependido da promessa que Carlos Lacerda lhe arrancara. O discurso proferido no Senado é mais difícil de explicar, porque não o mostrou a Vargas, preliminarmente, como seria da boa ética.

Envolvido nos acontecimentos que não desencadeara Café Filho não teve condições para governar. A UDN, que pregara pela segunda vez a renúncia de Vargas, capitalizava o seu suicídio e manietava o vice-presidente sem projeção pessoal nem respaldo parlamentar e jornalístico. Estava posta, e bem posta, a candidatura do presidente de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, com o apoio firme de seu partido, o PSD, através de pronunciamento de seu presidente, Ernâni do Amaral Peixoto. Não era admissível expor o brigadeiro Eduardo Gomes a uma terceira derrota. Foram buscar, no arquivo da Coluna Prestes e na chefia da Casa Militar do presidente Café Filho, o nome de um tenente ilustre, digno da investidura, o general Juarez Távora. Armaram-se as articulações costumeiras para o veto militar à candidatura de JK. Café Filho teve a incumbência de tentar dissuadi-lo e amedrontá-lo, o que não conseguiu. A interferência do presidente interino no processo sucessório custou-lhe a demissão de uma grande figura de seu Ministério, o titular da pasta da Justiça, desembargador Seabra Fagundes. Juscelino é eleito. A UDN renova a manobra da impugnação, com a argüição cavilosa da "maioria absoluta". O ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, assegura a posse dos eleitos. Arma-se o episódio do cemitério São João Batista no enterro do general Canrobert, quando o coronel Bizarria Mamede lê o discurso que lhe deram para provocar a crise. Lott exige a punição regimentar. A frase de Café Filho transforma-se no diagnóstico de uma junta médica que o afasta do Catete. O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Coimbra da Luz, assume a Presidência e naufraga a bordo da belonave *Almirante Tamandaré*. Seguindo a linha sucessória constitucional, o presidente do Senado, Nereu Ramos, assume e dá posse a Juscelino.

Café Filho, restabelecido, volta para casa, já que o Palácio do Catete tem outro ocupante. Nem o deixam sair da residência, cercada de grande aparato militar. Impetra, um habeas-corpus ao Supremo Tribunal Federal, que só o leva a julgamento quando o pedido está prejudicado porque esgotado o período presidencial.

CAPÍTULO I

Em 1949, o deputado federal João Café Filho foi indicado pelo comitê regional do Partido Social Progressista candidato ao governo do Rio Grande do Norte. Apesar de dissidente, em virtude de divergências com Adhemar de Barros, presidente do partido e governador do Estado de São Paulo, teve sua candidatura homologada.

Café Filho iniciara sua vida públíca como rábula, nome que davam à época aos advogados provisionados, que não tendo feito curso regular em alguma faculdade de Direito exerciam a advocacia, especializando-se principalmente em Direito Penal.Era um tipo de advocacia populista. Café se ocupava com estivadores, pescadores, tecelões, etc. não só em Natal como também no interior do Estado. Nessa atividade, adquiriu certa notoriedade dentro do Estado pequeno, chegando a ser promotor público interino. Deslocava-se até 60 léguas no lombo de um cavalo para defender acusados no interior do Estado. Por isso, ele era, muitas vezes, contratado para fazer defesas longe da Capital.

Politicamente, Café Filho nasceu no bairro das Rocas, cercado pela Polícia,numa colônia de pescadores. Estes, lutando por seus direitos, faziam justas reivindicações. Isto resultara num certo tumulto. A Capitania dos Portos interveio, solicitando a ajuda da Polícia. Café se encontrava entre os pescadores, uma tarde, quando foram cercados. Eram 45 homens sitiados nas Rocas, sem água ou alimentos, durante algumas horas. Vencidos pela fome e sede, se entregaram. Em fila indiana, ante os olhos do povo, eles caminharam, ao amanhecer, para a delegacia no bairro da

Ribeira. Ao serem libertados, uma multidão os aguardava.

Café Filho também se popularizou através de um jornal que fundara – *Jornal do Norte* – escrevendo e entrevistando os que ele chamava de "deserdados do poder", patrocinando a causa dos operários da única fábrica de tecidos que havia no Estado.

Aos 22 anos, em 1921, Café Filho foi atraído pela política. Lançava-se a candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República. Era a época em que dominava, em quase todos os Estados, o sistema da unanimidade para eleger os governadores. Café empolgou-se pela candidatura de Nilo Peçanha. O senador pelo Estado do Rio fez uma viagem, durante sua campanha, ao Rio Grande do Norte. Café Filho, aliando-se a seu companheiro do colégio, Kerginaldo Cavalcanti, preparou a recepção ao candidato fluminense. Este foi motivo suficiente para não mais dispor das oficinas onde era impresso o seu jornal, que pertenciam ao diário *A Opinião*. órgão oposicionista.

Em 1923, Café Filho candidatou-se a uma cadeira de vereador pela cidade de Natal. Seu eleitorado consistia, em maioria, de operários e pescadores.

Era o tempo do eleitorado controlado, do voto de cabresto, das atas eleitorais que chegavam ao local de apuração com grande atraso ou até mesmo antes de realizadas as eleições. As oligarquias locais manobraram os resultados de modo a só elegerem os que lhes convinham. E Café não foi eleito.

"Compreendi que teria de seguir rumos mais violentos, se quisesse sobreviver politicamente aos dominadores do Estado", declarou mais tarde Café Filho.

Com essa idéia, Café, em 1923, resolve colocar-se à frente das primeiras greves surgidas em seu Estado natal. De início, foram as reivindicações salariais dos estivadores; depois, foram os operários da fábrica de tecidos. A primeira greve foi vitoriosa. Já na segunda a polícia agiu, cercando o quarteirão onde se situava a residência de Café Filho e o *Jornal do Norte*. Assim, para evitar a prisão, ele teve de fugir durante a noite, burlando a fiscalização, graças à solidariedade de amigos e vizinhos. Dias depois, viajou para Recife e de lá para a cidade de Bezerros, onde foi nomeado para a vaga, que havia, de secretário da prefeitura local. De Bezerros, em 1925, seguiu para Recife, onde voltou à atividade jornalística. Nessa altura, como jornalista, lança uma proclamação concitando os subalternos do Exército a desobedecerem às ordens recebidas para combaterem a Coluna Prestes. Isto foi o suficiente para que o prendessem, quando foi a Natal, em 1926. Processado e condenado a três meses de prisão pelo Supremo Tribunal, Café Filho foge de Natal, rumo a Bahia. Acobertado por amigos, segue para Campo Formoso, adotando o nome de Senilson Pessoa Cavalcanti. Sob a proteção desse nome, circula entre

as cidades de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Bonfim e Campo Formoso até que possa unir-se à Coluna Prestes, sua idéia de longa data. Mas ainda dessa vez não consegue seu objetivo. Sua permanência em Itabuna o torna tão conhecido, tão popular, com manifestações as mais variadas, que fazem com que ele, temendo ser descoberto, prefira voltar a Natal e cumprir a pena que lhe fora imposta pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 1928, apesar de continuar o regime de distribuição de cédulas por funcionários do governo, a oposição elege a maioria da Câmara Municipal de Natal. E Café Filho está entre os eleitos. Em represália, o governo do Estado manda queimar as atas eleitorais e proceder a bico de pena a "eleição" de seus próprios vereadores. Elaborando novas atas, o governo estadual compôs com seus prepostos a unanimidade da Câmara.

Não tendo podido reunir-se à Coluna Prestes, Café Filho decide-se pela Aliança Liberal, cujas caravanas percorriam o Norte em propaganda política. Uma delas chegou a Natal, chefiada por Assis Brasil e composta predominantemente por elementos do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Foi uma semana dedicada a comícios, onde oradores exaltados pregavam a destruição da autoridade do governador Juvenal Lamartine. Apesar dos violentos discursos dos caravaneiros, como Nereu Ramos e, sobretudo, Maurício de Lacerda, o governador não manifestou qualquer reação. Quando da partida dos visitantes, Café Filho passou a ser perseguido por capangas ocultos ou ostensivos, com sérias ameaças de morte. Não querendo continuar indefinidamente no clima de caça dos que eram pagos para eliminá-lo, Café lançou, em folha avulsa, uma proclamação ao povo de Natal e do Rio Grande do Norte, denunciando com documentos os propósitos sinistros do governador. A reação foi violenta. Café Filho havia organizado uma escola e uma banda de música no sindicato. Tudo foi destruído – móveis, instrumentos, etc. Também sua casa foi cercada pela polícia e novamente ele teve de fugir de seu Estado, seguindo para Recife.

Em 1929, Café Filho vem ao Rio de Janeiro, indo trabalhar no jornal *A Manhã*.

A 2 de janeiro de 1930, inicia-se a campanha política da Aliança Liberal, com a leitura, na Esplanada do Castelo, da plataforma de candidato de Getúlio Vargas. Café já participara, como representante do Rio Grande do Norte, da Convenção Aliancista no Palácio Tiradentes, tendo ao seu lado Agripino Nazaré, Reginaldo Fernandes e Othon Paulino.

Não podendo regressar ao Rio Grande do Norte, Café Filho é designado por Assis Brasil para a campanha da Aliança Liberal na Paraíba. Levando uma carta do deputado Ildefonso Simões Lopes, aproximou-se do governador João Pessoa e da equipe de seus correligionários mais próximos, como José Américo, Ademar Vidal, Antenor Navarro, Borja Pelegrino, Ávila Lins e João da Mata. O ambiente regional na Paraíba era o

mais inflamado. A vibração revolucionária alternava-se à preparação política. Enquanto isso, na cidade de Princesa, desenrolava-se um conflito sangrento. O *coronel* José Pereira, chefe político de Princesa, brigara com o governador João Pessoa. Ambas as facções recebem auxílio de vários Estados e grupos políticos. Mas o presidente da República, Washington Luiz, não manda tropas em socorro do presidente da Paraíba. Desse modo, João Pessoa fica sem meios de combater uma insurreição dentro do próprio Estado. As tropas da Força Pública da Paraíba lutavam amedrontadas. E, sempre que podiam, debandavam, largando as posições de combate e recusando-se a enfrentar o inimigo.

Café Filho estava na Paraíba quando João Pessoa foi assassinado por João Dantas. E ele dá sua versão do assassinato. O assassino "confiava às páginas de um diário a memória de suas práticas libertinas, sem a mínima cautela na identificação minuciosa, quase se poderia dizer morfológica e do registro civil, de senhoras casadas e moças solteiras. Era impossível admitir requintes inconvenientes ao pudor em um homem da integridade moral com que se apresentava João Dantas."

"O escândalo estalou na Paraíba quando João Pessoa autorizou a divulgação do diário secreto de João Dantas, através das páginas do jornal *A União*, órgão oficial paraibano.

"João Dantas, colhido pelas constrangedoras revelações, viu-se impossibilitado de voltar a Paraíba. Fixou residência no Recife e esperou. Manifestara a intenção de vingar-se, matando João Pessoa ou seu filho Epitacinho."

A morte de João Pessoa causou verdadeiro desespero na Paraíba e o clima de exaltação se generalizou, degenerando em atos de verdadeira selvageria, com depredações, incêndios e violências contra os adversários do governador.

"O culto do governador-mártir passou, daí por diante, a animar misticamente a campanha política no Estado. Entoando o Hino de João Pessoa, todos se ajoelhavam nos comícios e ai daquele que, espreitado pela multidão genuflexa, hesitasse na atitude reverente, deixando de dobrar-se sobre as pedras das ruas.

"Após a vitória da Revolução de 1930, o Hino de João Pessoa passou a ser cantado, além da Paraíba, em todo o Nordeste, e o povo se ajoelhava, automaticamente, aos primeiros acordes."

Curiosamente, esse Hino, que de início tanto tocava os corações nordestinos, com o correr do tempo, transformou-se em motivo de superstição. Não havia quem o ouvisse sem fazer uma figa ou bater na madeira, reação esta não só na Paraíba como também no Rio de Janeiro e em outros Estados.

Quando se dá a Revolução de 30, Café Filho se encontra engajado aos revoltosos. Por isso, precedendo os revolucionários e os aguardando em

território natal, Café entrou no Rio Grande do Norte a 2 de outubro de 1930. As tropas revolucionárias custavam a chegar. O grupo que deveria vir da Paraíba fora deslocado para o Recife.

Finalmente, as tropas do Exército que vinham do interior da Paraíba chegaram a Natal sem resistência, pois o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, já havia fugido.

Café Filho tem, então, uma atitude inesperada. Ele, que de há muito estava ligado ao movimento revolucionário, rompe com as forças da Revolução no mesmo dia da ocupação de Natal, porque eles desejavam formar um governo local à sua revelia. Havia uma articulação para empossarem no governo do Estado o desembargador Silvino Bezerra Neto. Café Filho reagiu. Penetrou no interior do Palácio acompanhado pelo povo que o seguiu para dizer à oficialidade que não estavam de acordo com a escolha. Foi proposta uma fórmula – organizar-se uma junta governativa militar que governaria até a chegada de Juarez Távora, que estava no Rio de Janeiro.

A junta nomeou Café Filho chefe de Polícia da capital do Estado. Seu primeiro ato foi libertar os presos políticos.

Enquanto aguardava o retorno de Juarez Távora, Café Filho articulou a candidatura de Irineu Joffily para governador do Estado. Depois de vencer várias dificuldades, derrotando a facção que apoiava o desembargador Bezerra Neto, Café Filho consegue fazer prevalecer a candidatura Joffily. A 23 de novembro, o governo provisório instalado no Rio de Janeiro, sob a chefia de Getúlio Vargas, nomeia Irineu Joffily interventor federal no Rio Grande do Norte, lugar que ocupou até o fim de janeiro de 1931.

Quando Irineu Joffily deixou a interventoria por divergir do governo provisório, Café Filho, solidário, também deixou a chefia de Polícia de Natal. Mais tarde, em 1932, retornou quando o comandante Bertino Dutra assumiu a interventoria do Estado.

Durante esse período, Café Filho criou, na polícia, a Guarda Civil e a Guarda Noturna. Na qualidade de chefe de Polícia, Café teve algumas vezes, de enviar tropas do Estado para combaterem ao lado das forças governistas.

Quando Bertino Dutra deixou o governo, Café Filho passou-se para a oposição, onde organizou um partido político. Estimulado por companheiros a candidatar-se a deputado federal, participando assim da Assembléia Constituinte que iria outorgar a Constituição de 1934, Café Filho não aceitou a indicação, por não se sentir seduzido pela vida parlamentar e não desejar transferir-se para o Rio de Janeiro. Apesar disso, exerceu o cargo de inspetor de Trabalho, entre os anos de 1933 e 34, na antiga capital da República.

Na legislatura seguinte, Café Filho não se furtou aos apelos dos correli-

gionários. Eleito deputado, transferiu-se de vez para o Rio de Janeiro.
Estava no exercício de suas funções quando eclodiu em Natal a intentona comunista de novembro de 1935. A princípio, não deu crédito às notícias que chegavam, pois como chefe de Polícia de Natal tivera a oportunidade de verificar serem muito poucos os comunistas na capital do seu Estado. Além do mais, o Rio Grande do Norte não possuía uma grande massa operária, pois era pequeno seu desenvolvimento industrial. Talvez por isso mesmo é que a primeira célula bolchevista organizada era militar e não civil. Era constituída por sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores.

Em 35, houvera eleições para governador e Rafael Fernandes fora eleito contra a vontade de Café Filho, que apoiava Mário Câmara. Antes da posse do novo governador, a tensão política chegara ao auge. O comandante da 7ª Região Militar, general Manoel Rabelo, deslocou-se do Recife para Natal com todo seu Estado-Maior. Mas isso não impediu as manifestações populares por ocasião da investidura do governo local e coincidentemente a partida do ex-interventor Mário Câmara para a Europa, onde iria ser delegado do Tesouro brasileiro.

O comandante do 21º BC, coronel Otaviano Pinto Soares, gaúcho, fora nomeado pelo ex-interventor. O coronel mandou abrir inquérito para apurar as arruaças praticadas por soldados quando da posse do novo governador. Verificados os culpados, anunciou-se que seriam expulsos do Exército. Entretanto, lamentavelmente continuaram no quartel e foram eles que levantaram a guarnição no dia 23 de novembro de 1935.

"Na noite da revolta, o comandante do 21º BC deixara o quartel entregue quase que exclusivamente aos sargentos, cabos e soldados, entre os quais figuravam os comunistas e os que iam ser eliminados.

"Segundo se informou, apenas um oficial estava ali presente na ocasião: o oficial de dia."

A resistência foi organizada pelo coronel Otaviano dentro do quartel da Força Pública e só terminou quando acabou a munição, que era pouca.

O País vivia um momento de grande tensão e de antagonismo político. Com a derrota do comunismo, ao fracassar a intentona de 1935, os integralistas se expandiram, julgando-se seguros. A votação pelo Congresso da Lei da Segurança Nacional instituíra um novo sistema de repressão aos crimes políticos.

A 11 de novembro de 1935, fora fundado, por deputados da minoria e da maioria, o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares. O manifesto contou com várias assinaturas, além da de Café Filho: Domingos Velasco, Rodolfo Mota Lima, Júlio Novais, Plínio Tourinho, Freire de Andrade, Genaro Pontes de Sousa, José do Patrocínio, Abílio de Assis, Fenelon Perdigão, Demócrito Rocha, Antônio Carvalhal, Alípio Costa-

lat, Mário Chermont, Plínio Pompeu, Crisóstomo de Oliveira, Martins e Silva, Paula Soares, Martins Veras, Augusto do Amaral Peixoto e Adelmar Rocha. Esse grupo pretendia defender as liberdades constitucionais e populares e combater o integralismo, "arremedo do fascismo e inimigo ostensivo daquelas liberdades".

A Nação vivia entre dois focos, da esquerda e da direita.

Na sessão de 15 de maio de 1936, Café Filho ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados para protestar contra as medidas adotadas pelo governo, incluindo a prisão dos deputados João Mangabeira, Otávio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e do senador Abel Chermont, durante as férias parlamentares. Nesse discurso, ele relembra que o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares encaminhara à Mesa da Câmara dos Deputados, a 16 de novembro de 1935 (portanto, antes do golpe de 27 de novembro), uma indicação no sentido de fazer saber ao presidente Vargas que aquele grupo de representantes do povo desejava o fechamento da Ação Integralista Brasileira ou, em caso contrário, que se desse à Aliança Nacional Libertadora as mesmas regalias daquela agremiação direitista.

"Dentro desse ambiente de efervescência nacional", relata Café Filho, "operou-se o encadeamento dos fatores locais geradores da insurreição potiguar. Apoiando-se, em primeiro lugar, no enfraquecimento das forças anticomunistas no Rio Grande do Norte, dilaceradas por uma luta de vida ou de morte, a irritação dos militares que iam ser expulsos do Exército, o estado de revolta dos membros da Guarda Civil dispensados em massa e a falta de medidas preventivas no 21º BC e na própria polícia completaram o desfecho do processo de deflagração da luta, que permitiu, durante quatro dias, a vitória de uma revolução chefiada por um sargento músico chamado Quintino Barros.

"A fuzilaria continuou durante a noite de 23 de novembro e parte do dia seguinte, quando foi dominada a resistência da Polícia Militar, depois de quase vinte horas de fogo.

"As autoridades desapareceram, refugiando-se o governo Rafael Fernandes em um petroleiro da Air France. O chefe de Polícia, João Medeiros e o oficial de dia do 21º BC foram presos.

"Os revolucionários instalaram-se na residência do governador deposto, na Vila Cincinato, hoje Vila Potiguar. Era um governo em moldes soviéticos, na base de comissariados do povo para os negócios do Aprovisionamento, Defesa, Viação, Interior e Finanças, ficando esses cargos em poder do sapateiro José Praxedes de Andrade, do sargento Quintino Barros, do estudante João Galvão e dos funcionários Lauro Lago e José Macedo.

"A designação de 'comissário do povo' revelou a característica do movimento, até então do colorido ignorado pela população, que nem sequer

fazia idéia das origens e finalidades da sedição.

"Assumiram o comando da guarnição federal e do 21º BC, respectivamente, o sargento Elisiel Dinis Henriques e o cabo Estevão.

"Os revoltosos fizeram circular o jornal *A Liberdade*. Incendiaram o cartório do meu correligionário Pedro Dias Guimarães, e, além de Natal, ocuparam, entre outras, as cidades de Ceará-Mirim, Baixa Verde, São José de Mipibu, Santa Cruz e Canguaretama, onde depuseram os prefeitos e nomearam os substitutos.

"Ficaram senhores da situação até o dia 27, quando contra eles marcharam tropas da Paraíba, além de forças organizadas no sertão por Dinarte Mariz, tendo havido um encontro sangrento na serra do Doutor.

"Antes da fuga, os insurretos esvaziaram os cofres de vários estabelecimentos por eles assaltados, tais como o Banco do Brasil, o Banco do Rio Grande do Norte, a Recebedoria de Rendas, além de firmas comerciais.

"Nem todos puderam levar as importâncias partilhadas. Por precaução, talvez em face da perseguição que sabiam iminente e inevitável, preferiam deixá-las em poder de amigos e parentes.

"Posteriormente, algumas pessoas ricas de Natal eram apontadas como beneficiárias daquele dinheiro.

"Um dos líderes da revolta, o motorista Epifânio Guilherme, já terminada a luta matou com requintes de crueldade um alto funcionário da Costeira, Otacílio Werneck.

"Outro dirigente, membro do comitê central, o sapateiro José Praxedes de Andrade, comissário do povo para os negócios do Aprovisionamento, num comício em frente ao Palácio do Governo, pregou a inclusão do meu nome na lista dos que deveriam ser fuzilados. Acusava-me de desviar a massa trabalhadora dos objetivos revolucionários.

"Uma vez reposto, o governo de Rafael Fernandes iniciou uma política de represália não apenas contra os comunistas, que eram poucos, mas contra a oposição em geral, em cujo meio estavam os meus correligionários. A repressão passou a ser um instrumento de perseguição e aniquilamento dos adversários da situação.

"Sucederam-se prisões em grande quantidade, assim como as demissões, não raro, pelo simples interesse de tomar o emprego de pessoas que não haviam tido, nem de longe, a menor participação no movimento.

"Encheram-se os porões de alguns navios, que depois trouxeram para o Rio legiões de culpados e inocentes. Muitos nunca tinham sequer pensado na hipótese de serem comunistas. Mas a revolta pela perda da liberdade e pela injustiça sofrida, além da catequese ministrada pelos que, como Hermes Lima, Castro Rabelo, Leônidas de Resende, Agildo Barata e outros, tinham conhecimento marxista, acabou por transformar alguns deles em adeptos da doutrina revolucionária. Converteram-se, as-

sim, os cárceres em escolas de formação marxista-leninista, para o que contribuía a experiência dos professores."

Café Filho, ao analisar os episódios de novembro de 1935, não só em Natal, como no Recife e Rio de Janeiro, tem uma visão pessoal sobre os acontecimentos: "Algum tempo depois, no exílio em Buenos Aires, em conversa com emigrados comunistas, e, mais tarde, na Constituinte de 1946, em contacto com a bancada dirigida por Luís Carlos Prestes, não consegui uma explicação satisfatória do movimento de 1935.

"Nem mesmo o chefe da revolta de Natal, sargento Quintino Barros – que me procurou em Aragarças durante uma visita que fiz ao Brasil central –, me forneceu esse esclarecimento.

"Minha impressão era que, dentro das condições propícias a que me referi, o governo federal tinha incentivado indiretamente os acontecimentos, não só por inadvertência mas também por cálculos e talvez pelo empenho de desmontar, através da precipitação de levantes isolados, a conspiração que era do seu conhecimento.

"Não desejo insistir na negligência historiada do comandante do 21º Batalhão de Caçadores, aceitando as explicações e argumentos de sua carta, inclusive quanto a sua promoção logo depois da quartelada, quando todos os seus colegas dos batalhões que se amotinaram no Rio e no Recife, acusados de omissão, foram punidos com a reforma.

"Antes da rebelião, por solicitação do interventor Mário Câmara, haviam sido transferidos de Natal vários oficiais do Exército argüidos de atividades políticas desfavoráveis ao governo do Estado. Mas nunca nenhum dos sargentos daquela guarnição foi removido, embora houvesse entre eles uma célula comunista.

"Se estes e outros aspectos constituem para mim um enigma, havia nos episódios de 1935 muita coisa bastante clara, tal como o perigo resultante destes três fatores: o divisionismo das forças democráticas, a atuação das minorias comunistas e a sua capacidade de operar de surpresa.

"Em 1946, em face de certas atitudes do governo e da sua maioria parlamentar, lancei o grito de advertência: Lembrai-vos de 37!"

Essa expressão, tão divulgada entre os estudiosos de história, não é encontrada em qualquer dos discursos proferidos pelo deputado potiguar na Assembléia Constituinte. Também não foi possível encontrá-la em artigos ou entrevistas. Passará, portanto, à História como parte do folclore parlamentar.

Em 1937, organizou-se a UDB (União Democrática Brasileira), sob a direção de grandes figuras do meio político nacional, como Artur Bernardes, Antônio Carlos, João Carlos Machado, Otávio Mangabeira, Paulo Nogueira Filho, Sampaio Corrêa, etc. Essas forças, oposicionistas, apoiavam a candidatura à Presidência da República do governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira.

As forças situacionistas, articuladas por Benedito Valadares, apoiaram a candidatura de José Américo de Almeida. Desse grupo faziam parte João Neves da Fontoura, Pedro Aleixo, Batista Luzardo, Agamenon Magalhães e outros.

Café Filho enfileirou-se na campanha a favor de Armando de Salles. Em certa ocasião, acompanhou uma caravana a Belo Horizonte. Após ter feito um discurso no comício do candidato oficial e, no dia seguinte ter falado no principal teatro da capital mineira, os adeptos de Armando de Salles o aconselharam a não mais acompanhá-los, justificando Otávio Mangabeira que a presença de Café Filho poderia provocar novas expansões populares, que, degenerando em excessos, servissem de pretexto a represálias do governo federal.

Analisando os acertos e desacertos dos políticos daquela época, Café Filho conclui:

"Não há dúvida de que, em 1937, as forças democráticas se mostravam desorientadas, dispersas, sem ideologia, sem unidade, sem liderança e sem lógica."

Durante o mês de outubro de 1937, Café Filho percebera que estava sendo seguido pela polícia, tendo mesmo conversado com alguns colegas da Câmara sobre ao assunto. Na madrugada do dia 14, o edifício onde morava, em Copacabana, foi cercado, mas graças à habilidade do empregado do prédio, a polícia retirou-se momentaneamente. Foi o tempo suficiente para que Café Filho e sua esposa se retirassem refugiando-se na residência do deputado Abelardo Marinho. Pela manhã, comunicou-se com o deputado Sampaio Dória e este providenciou seu asilo na embaixada da Argentina, onde o deputado potiguar permaneceu alguns dias. Partindo para a Argentina, a bordo do navio Pedro II, Café Filho não teve permissão para permanecer em Buenos Aires, pois o governo argentino decidira que ficaria na Província de Córdoba, onde viveu em liberdade até regressar ao Brasil, a 3 de maio de 1938. Daí por diante, Café Filho se afastou da política, passando a dirigir uma empresa de transporte rodoviário.

Somente em 1945, quando recomeçam os movimentos democráticos no País é que Café Filho volta a aproximar-se da política. Segundo suas declarações, o PSP, Partido Social Progressista, foi criação sua. Não conseguindo registrar o partido no Rio Grande do Norte, pois a legislação exigia que possuíssem núcleos em pelo menos cinco Estados, subscrevendo-lhe a fundação um mínimo de 50 mil eleitores, Café Filho foi a São Paulo em busca desses elementos. Seu encontro com Adhemar de Barros em nada resultou. Adhemar de Barros, ex-interventor no Estado, também se encontrava sem partido. Ao iniciar-se a campanha eleitoral, apoiara a candidatura Eduardo Gomes, mas os udenistas de São Paulo não o haviam acolhido. Adhemar pensava em registrar o Partido

Republicano Progressista, mas encontrava a mesma dificuldade que Café em Natal, com o seu PSP. Estabelecidos os primeiros entendimentos na capital paulista, estes se prolongaram e se concluíram no Rio de Janeiro, na residência de Café. À reunião compareceram Adhemar de Barros, Reginaldo Fernandes, Abel Chermont, Hélio Walcacer, Sérgio e Abelardo Marinho. No encontro, ficou estabelecido que os núcleos estaduais manteriam orientação política própria. Atendendo a ponderações de Adhemar de Barros, o nome escolhido para o partido foi Partido Republicano Progressista, pois o ex-interventor via na sigla PRP motivos de atração para antigos eleitores do Partido Republicano Paulista e isso poderia ter grande repercussão em São Paulo. Entretanto, o resultado das eleições de 2 de dezembro de 1945 provaram que Adhemar de Barros não estava certo. O PRP elegeu apenas um deputado em São Paulo, Campos Vergal, que tinha eleitorado próprio entre os espíritas, e Café Filho no Rio Grande do Norte, que também possuía seu próprio contingente de votos. Durante os trabalhos constituintes, o PRP foi acrescido pela fusão do Partido Popular Sindicalista e do Partido Agrário Nacional. Assim reunidos, os três partidos adotaram a sigla PSP (Partido Social Progressista) que recebeu quatro deputados e um senador.

A primeira legislatura após a reconstitucionalização do País decorreu, surpreendentemente, em clima de tranqüilidade. Isto foi devido aos compromissos estabelecidos entre a UDN – partido que depusera a ditadura – e o PSD – partido onde se agrupavam os remanescentes do Estado Novo. O acordo interpartidário, inspirado por Otávio Mangabeira e bem acolhido pelo presidente Dutra, propiciou a formação de um ministério de coligação, integrado pelo PSD, UDN e PR. Essa coligação abriria livre trânsito para as iniciativas governamentais. "Deputado sem bancada, não tinha recursos, sozinho, para opor um sinal vermelho à tramitação do que devesse ser reprimido. Mas, por força da própria denúncia, escolhendo a ocasião propícia para apresentá-la à Câmara, poderia obstar a marcha dos interesses encaminhados e apoiados pela maioria. Seria, então, o caso de não se tentar um sinal vermelho", diz Café Filho, "mas de sondar, como sempre fiz, dentro da Câmara, um sinal verde para a penetração, com sucesso, dos meus recursos oposicionistas, que mais adiante, num esquema de efeitos calculados, provocariam o choque neutralizador da marcha dos interesses oficiais".

"Explicar-se-á desse modo porque me destaquei na legislatura de 1946-50, como deputado; terá sido pelo aproveitamento das oportunidades que me eram oferecidas, ocupando posições que o acordo interpartidário deixara vagas, por falta de quem nelas se exercitasse."

Café Filho foi um deputado muito atuante. Falava da tribuna da Câmara quase todos os dias, sobre vários assuntos. Tinha, entretanto, poucos temas preferidos. Se pesquisarmos os anais da Assembléia Consti-

tuinte de 1946, verificaremos que, por diversas vezes, ele levantou sua voz para defender os comunistas da discriminação política que sofria o Partido Comunista na legalidade e com representação no Congresso. Café Filho não era nem fora comunista. Sempre foi um populista, como se verifica de sua fala na Câmara, em 1946, durante a discussão do Regimento nº 79 de 1946:

Sr. Café Filho – "Sr. presidente, srs. representantes. Os acontecimentos políticos, sobre que a Assembléia Nacional Constituinte acaba de pronunciar-se, são daqueles que valem como advertência ao governo da República, na expressão numérica do voto desta Casa.

"A União Democrática Nacional, encarnando o pensamento de diversas correntes políticas, expressou, mais uma vez, ao Poder Executivo, seu apoio no sentido da prática da verdadeira democracia. Por esse motivo, sr. Presidente, votei a moção Otávio Mangabeira.

"Não tenho qualquer ponto de ligação com a bancada do Partido Comunista. Eleito deputado duas vezes, não recebi, em ambos os pleitos, o voto dos comunistas do Rio Grande do Norte. Deputado de 1934 a 1937, quando a polícia do Distrito Federal e do Brasil inteiro cometia violências ainda hoje comentadas desta tribuna, sempre verberei o procedimento das autoridades responsáveis. Mas nem assim, sr. presidente, ao concorrer agora ao pleito para esta Assembléia, tive o apoio dos filiados ao Partido Comunista no meu Estado.

"Sinto-me bem, por conseguinte, para, na hora presente, levantar veemente protesto a propósito das violências do largo da Carioca, praticadas contra o Partido Comunista mas que devem valer como advertência a todos os partidos democráticos.

"Sr. presidente, por que existe Partido Comunista? Por que concorreu às eleições e por que tem aqui uma bancada? Em face de um dispositivo legal. Foi o Poder Executivo que permitiu a existência legal do Partido Comunista. E esse partido tem existência legal para exercer suas atividades ao lado dos outros partidos.

"Por que limitou a polícia do Distrito Federal, relativamente a essa agremiação partidária, a liberdade de reunião, localizando no longínquo bairro de Ipanema o comício marcado para o centro da cidade? Não ouvi de qualquer dos oradores os motivos que fundamentaram a decisão da autoridade.

"Tudo o que há por aí, a fome, a greve, a perturbação, tem-se levado à conta de agitação comunista. O sr. ministro do Trabalho anuncia que no porto de Santos se verifica uma agitação de natureza comunista. Pede providências especiais e o Ministério, em reunião, decreta essas providências, que consistiram em substituir as autoridades do referido Ministério por outras saídas das nossas classes armadas. Estas, chegando ao porto de Santos, apuram que ali se observa uma questão de salários com

relação aos estivadores e marítimos. Trata-se da fome, do trabalho mal remunerado pela empresa que explora o maior porto exportador do Brasil.

"O ministro do Trabalho anuncia uma greve na Leopoldina e leva o acontecimento à conta do Partido Comunista. O governo da República adota medidas tendentes a enfrentar a situação, nomeando ilustre oficial do Exército para interventor na estrada e esse oficial constata que há necessidade premente, imediata, de elevação dos salários de fome que imperam na ferrovia.

"O ministro do Trabalho anuncia que entre empregados da Light existe agitação de natureza política e também a atribui ao Partido Comunista. E os jornais, os próprios jornais que apóiam o governo, defendem os trabalhadores da empresa canadense, vítimas da ganância da empregadora, vítimas, como os trabalhadores da Leopoldina e do porto de Santos, dos salários de fome.

"Daí, sr. presidente, sobrar razão, a nós democratas, que nada temos com as atividades políticas do Partido Comunista, para descrer da palavra do governo.

"Pede o Partido Comunista, valendo-se de sua legalidade, de sua legitimidade, permissão para, na data que marca primeiro aniversário dessa legalidade, realizar um comício na praça pública e a polícia, sem explicação, sem qualquer motivo, localiza esse comício no afastado bairro de Ipanema.

"Parece, sr. presidente, que há no seio do governo uma espécie de cupim minando seu prestígio, destruindo suas forças democráticas, como que querendo traçar-lhe diretrizes, levando-o àquilo que já sofreu o Brasil: o regime ditatorial. Esta, a grande e dura verdade.

"Ainda hoje, a bancada trabalhista, que já nesta altura dos acontecimentos políticos brasileiros tornou-se vítima de companheiro de facção — o qual, galgando por seu partido as alturas de uma pasta ministerial, faz nessa pasta política contra o trabalhador, faltando sempre, nos comunicados oficiais, à verdade dos fatos —, essa bancada, que vem apoiando o governo em tudo e por tudo, insurgiu-se contra o espetáculo do largo da Carioca, muito doloroso para a vida democrática do Brasil, e votou a moção Otávio Mangabeira.

"Pois bem, senhores: a esse protesto louvável, a essa atitude junto o meu aplauso, advertindo mais uma vez ao governo da República do grande perigo da hora atual que vivemos na capital da República, sem pão, sem leite, sem água e sem transporte.

"A fome ameaça os lares brasileiros, originando a desorganização administrativa e apresentando eloqüentemente, visivelmente, a incompetência de muitos daqueles a quem incumbe traçar e executar os rumos da administração. E, para justificar tudo isso, a ausência do leite às crianças

brasileiras e, mais particularmente, às crianças cariocas, a falta de pão aos trabalhadores e de transportes para toda gente, está-se procurando um pretexto, e esse pretexto é o cerceamento das liberdades democráticas.

"Será possível que nesta hora ainda não tenha impressionado ao governo o extraordinário espetáculo da unidade política que ultimamente ofereceu a União Democrática Nacional na unanimidade firmada em sua convenção? Não impressiona ao governo a fragilidade do apoio de vários setores de seu partido, cheio de dissidências, malquerenças e crises? Esse enfraquecimento das forças políticas que o prestigiam não poderá conduzi-lo, sr. presidente, a atos arbitrários, a manifestações de força, para sua própria sustentação? É a isto que estamos assistindo; ninguém se iluda. Estivesse o governo com o apoio político dos partidos organizados e os comícios do Partido Comunista, como de todos os partidos, poderiam realizar-se em qualquer parte, em qualquer ponto. O que está faltando ao governo é o apoio de forças políticas partidárias organizadas representando a opinião pública."

E também no encaminhamento da votação de uma homenagem à memória de João Pessoa, apresentada por Ernani Sátiro, em julho de 46, diz Café Filho:

"Sr. presidente, fui parte do grande drama que viveu a Paraíba do Norte; assisti à agitação democrática que mais tarde vitimou João Pessoa, à luta pela democracia, em que esse Estado deu o sangue do seu grande presidente.

"E, srs., por uma coincidência que não se explica, devida, talvez, às leis do destino, nesta hora e neste dia, quando na Assembléia Constituinte se erguem vozes de vários setores partidários para reclamar a liberdade e a democracia pelas quais perdeu a vida aquele eminente brasileiro, o agente dessa reação é um ilustre filho da Paraíba.

"Estive em todas as cidades daquele Estado, falando ao seu povo, sentindo-lhe as aspirações e dores e, em muitas delas – com emoção o recordo –, depois de comícios memoráveis, fui carregado nos ombros de sua população!

"Não voltei a essas cidades, sr. presidente, depois da revolução de 1930, porque não podia dizer a essa gente que me carregara nos seus ombros que falhara a verdade que prometera, no regime novo, a segurança dessa liberdade por que se bateram.

"Em plena capital da República, sr. presidente, os agentes do poder público apreendem nas bancas o jornal de um partido legitimamente registrado! Em plena capital da República, sr. presidente, um partido de vida legal não tem liberdade de reunião para pregação de seus princípios e de seu programa! E para justificar isto ameaça-se o Brasil com o perigo imediato de uma conspiração ou revolução, quando sabemos que por trás

desse cenário em que se quer envolver o Brasil há apenas uma luta comercial, uma disputa de mercado.

"A população está sem pão, mas todos sabemos que a república soviética, com a qual mantemos relações, poderia fornecer-nos a farinha de trigo necessária para o pão dos brasileiros; no entanto, não temos liberdade de comprar nem vender! Para um cidadão sair do Brasil e ir a Portugal os passaportes precisam ser visados no consulado da Inglaterra; para se exportar é necessário autorização dos consulados da América do Norte e da Inglaterra."

O sr. José Crispim: "Muito bem."

O sr. Café Filho: "Pois este é o regime por que se fez uma revolução, depois de 16 anos. É por isso que, reverenciando a memória do grande morto, a memória do presidente da Paraíba pequenina e que se agigantou naqueles dias pelas suas energias e pela bravura do seu povo, compareço a esta tribuna para trazer a minha homenagem.

"Mas, em contraste com este acontecimento, referente a um grande filho da Paraíba, temos de lamentar que também um filho desse Estado, eventualmente ocupando a Chefatura da Polícia da capital federal, esqueça os postulados pelos quais se bateram e se agigantaram seus conterrâneos.

"Sr. presidente: gravíssima, por todas as circunstâncias, é a situação do Brasil – porque não temos liberdade de imprensa, nem de comprar, nem de vender, pois a população está passando fome e a produção caindo, porque somente podemos exportar para dois ou três países.

"Sr. presidente: que a homenagem que a Assembléia Nacional Constituinte presta a João Pessoa sirva de advertência aos homens de hoje, no sentido de serem tão bravos como foi aquele brasileiro, que sacrificou não só a posição, o cargo, mas, para ser digno deles, sacrificou a própria vida."

Café Filho se define sob o ponto de vista religioso. Essa definição iria prejudicá-lo, mais tarde, quando concorreu à vice-presidência da República:

"Sr. presidente, já disse a V. Exa. que não há neste voto senão sinceridade. Já um jornal chamou-me de representante do diabo na Assembléia, porque eu era contra o nome de Deus no preâmbulo da Constituição.

"Falso! Talvez eu esteja me situando melhor; talvez, no meu discurso e no meu voto, haja maior manifestação de respeito àqueles que têm crença – não a falsa crença das vésperas de eleições – que os que não têm respeito pela sua própria fé nem pela crença dos outros."

O sr. Hamilton Nogueira: "Que seja a expressão 'do povo brasileiro nascido para louvar a Deus'. É o nosso fim. O resto é secundário."

O sr. Café Filho: "No louvor a Deus, meu nobre colega, o que se quer é sinceridade. Que adianta receba este projeto de Constituição da parte

de ateus, de homens adversários da religião, o voto de consagração a Deus no preâmbulo, se eles não têm Deus no coração? Que adianta, se isto é apenas para que se percorram as paróquias eleitorais e se consiga dos vigários o apoio para eleições futuras?"

O sr. Ataliba Nogueira: "Não apoiado! V. Exa., como democrata, deve ou não curvar-se à vontade da maioria, esplendidamente manifestada nas eleições que quase encheram totalmente a Casa com os votos dos que querem instituir no preâmbulo o nome de Deus?"

O sr. Medeiros Neto: "O nome de Deus não é questão de maioria ou de minoria; é questão universal." (Há outros apartes.)

O sr. Café Filho: "Não entendi bem esse aparte sobre questão universal quando estamos elaborando a Constituição brasileira, mas desejo responder ao do nobre deputado sr. Ataliba Nogueira."

O sr. Arruda Câmara: "V. Exa., que tem dado tantas provas do seu espírito democrático, por que combate uma aspiração que é da quase totalidade do povo brasileiro?"

O sr. Café Filho: "Perguntaria, também, a V. Exa., por que motivo V. Exa., que defende um preâmbulo em nome de Deus, não apresentou emenda defendendo que a religião da maioria fosse também a do Estado? Seria mais coerente..."

O sr. Arruda Câmara: "Porque não pleiteamos a religião oficial."

O sr. Café Filho: "Por que V. Exa., admite uma Constituição promulgada em nome de Deus – que para ser o deus da maioria é o deus católico – e permite que o Estado seja Estado neutro, leigo?"

O sr. Ataliba Nogueira: "A promulgação não é em nome do deus católico."

O sr. Nestor Duarte: "Só há um deus verdadeiro, para o católico: o deus católico.

O sr. Arruda Câmara: "É o deus de todos os homens."

O sr. Café Filho: "Perdão; já aí entramos no terreno da confusão. Ou o deus do preâmbulo é da maioria e, por isso, é o deus católico – e só assim posso responder ao aparte do nobre deputado Ataliba Nogueira – e tenho de curvar-me, como cidadão brasileiro, diante de uma Constituição promulgada em nome do deus da maioria, e não em nome dos vários deuses, inclusive o deus da folia..."

O sr. Arruda Câmara: "O deus verdadeiro é deus de todos os crentes, de todos os teístas, de todos os cristãos, de todos os protestantes, de todos os católicos, de todos os israelitas, o ente supremo, Pai de todos os homens.

O sr. Café Filho: "Assim o deus de V. Exa., é indefinido e Deus é uma definição de crença religiosa."

O sr. Aureliano Leite: "V. Exa., então não nega Deus, uma vez que o

reconhece. Se há um deus da minoria, deve haver um da maioria também. O deus do preâmbulo é o da maioria."

O sr. Café Filho: "Não estou discutindo se Deus existe ou não, porque isto é matéria filosófica e eu fugiria da matéria constitucional. Estamos debatendo o texto da Constituição e devo limitar-me a ela."

O sr. Flores da Cunha: "Desejaria saber se V. Exa. é crente ou ateu."

O sr. Aliomar Baleeiro: "Não se fazem perguntas indiscretas em público."

O sr. Flores da Cunha: "Meu aparte é porque, certa vez, na Espanha, discutia um andaluz com um seu compatriota. Este interrogou: 'Es usted ateo o es creyente?' O andaluz contestou: 'Yo soy ateo gracias a Dios.'" (Risos).

O sr. Aureliano Leite: "Esse o caso do orador."

O sr. Café Filho: "Em matéria religiosa sou talvez um agnóstico. Não sou ateu. Sou, às vezes, um tímido, um homem que, não sendo um crente praticante, não possuindo rezas para defender-se do desconhecido, teme o desconhecido. Talvez seja diferente do meu amigo, sr. Pereira Lira, que crê em visagens e fantasmas. Para o ilustre chefe de Polícia do Distrito Federal as visagens e fantasmas são estrangeiros; eu creio nas visagens e nos fantasmas nacionais. Às vezes, ouço e não sei explicar – mas talvez o possam fazer aqueles que têm crença e possuem uma definição dela a que não consegui ainda chegar –, escuto vozes, vejo fantasmas e – coisa curiosa – isto só se verifica em relação à Assembléia Constituinte e ao regime democrático brasileiro."

Em 1950, Café Filho foi reeleito deputado federal. Renunciou, entretanto, ao mandato, em virtude de ter optado pela vice-presidência da República.

Quando Café Filho, em 1949, teve seu nome indicado para concorrer ao governo do Rio Grande do Norte, não tinha um programa de governo. Transporte, educação e saúde eram suas preocupações maiores.

Seu nome constituía uma candidatura de oposição à de outro candidato que contava com o apoio estadual e federal.

Sua dissidência do PSP se dera a partir do momento em que Adhemar de Barros fizera Novelli Júnior candidato e o elegera vice-governador de São Paulo. Café nada tinha contra Novelli, mas não admitia que Adhemar o tivesse escolhido somente por ser genro do marechal Dutra.

Afastado de Adhemar de Barros, presidente do partido, Café Filho renunciou a seu lugar na Comissão de Finanças da Câmara.

A posição de Getúlio Vargas no cenário nacional do momento também não estava definida. O solitário de Itu muito ouvia e nada dizia aos que o visitavam lá onde o Brasil acaba. Esse clima de "suspense" deixava os partidos dispersos e desorientados. O acordo interpartidário que funcionara durante o governo Dutra não parecia prolongar-se para as elei-

ções que se aproximavam. Dentro do próprio PSD havia duas alas, uma dutrista e outra getulista. Adhemar de Barros, num grande comício organizado ao pé do Monumento do Ipiranga, em São Paulo, apresentou o nome de Getúlio Vargas para candidato à presidência da República.

PTB e PSP se aliaram em torno de Vargas. A UDN insiste em lançar, pela segunda vez, no nome do brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD, oscilante, não muito convicto, escolhe Cristiano Machado.

Segundo Café Filho, "o que levou Adhemar a apoiar Vargas foi, em primeiro lugar, a dificuldade de candidatar-se ele próprio, rompido que estava com o vice-governador Novelli Júnior. Em segundo lugar, precisava dos sufrágios de Getúlio para eleger Lucas Garcez governador de São Paulo: Garcez era eleitoralmente fraco".

Adhemar de Barros continuava um eterno candidato, mas a quem a vitória pouco sorria. Um candidato precisaria de uma base política (partido) e de uma base territorial (Estado). Adhemar perderia o Estado nas mãos do vice-governador.

Café Filho julga que foi a política de São Paulo que influiu na decisão de Adhemar de Barros em apoiar Getúlio. Presidente do PSP não tinha maior interesse pelo cargo de vice-presidente da República.

Os nomes cogitados para candidatos à vice-presidência foram se sucedendo sem que qualquer deles chegasse a obter um prestígio nacional. Góes Monteiro, dizia-se, teria o apoio de Vargas. Mas, segundo a imprensa da época, ele se encontrava moralmente impedido de continuar a pretender a vice-presidência na chapa queremista, em virtude de ter sido negada autorização, em termos enérgicos, pelo diretório nacional de seu partido (PSD), para candidatar-se ao lado do sr. Getúlio Vargas.

E foi assim que o nome de Café Filho foi passando para o primeiro plano. Ele não tinha maior aproximação com Getúlio Vargas, que o aceitou em consideração a Adhemar de Barros e desesperançado de obter a colaboração de Góes Monteiro.

A indicação de Café Filho iria trazer conseqüências imprevistas. A Liga Eleitoral Católica (LEC) renovava o trabalho que tão bom resultado dera no preparo da constituinte de 1933/34. Dispondo de numeroso fichário eleitoral que formara para as eleições de 1933 e atualizara para as futuras eleições, além de dispor de uma infra-estrutura baseada em sua própria organização, com bispos, padres e associações religiosas arregimentados nesse trabalho, a LEC consultava os candidatos e submetia à sua aprovação questionários visando apurar até que ponto aceitavam a doutrina social da Igreja e respeitavam seu programa de reivindicações básicas, tal como fizera, com êxito, em 1933.

Assim, os candidatos à Presidência, à vice-presidência e demais cargos eletivos foram consultados pela LEC. Após esta indagação, a LEC recomendava ou deixava de recomendar os candidatos ao eleitorado católico

e a todos que quisessem seguir a sua orientação.

Poucos foram os que não mereceram aprovação. Entre esses, porém, estava o candidato à vice-presidência na chapa PTB-PSP, João Café Filho.

Café Filho indaga: "Por que apoiar Getúlio Vargas, que não era seu amigo, tanto que não o apoiara em 1947 para o governo paulista? Durante a campanha, fiz esta pergunta a Adhemar de Barros.

"Getúlio será invencível contra qualquer outro candidato!, respondeu-me o chefe do PSP.

"Não fiquei certo se Adhemar receava ser derrotado por Getúlio, na hipótese de concorrer com ele à Presidência, ou se temia em São Paulo enfraquecer a área populista, divindindo-a entre duas candidaturas."

Café Filho descreve como foi oficializada a sua candidatura: "Anunciado o apoio de Adhemar à candidatura de Getúlio Vargas, evoluiu e prevaleceu o desejo do PSP, de que saísse das suas fileiras o candidato à vice-presidência.

"Entre os nomes sugeridos, figurava o meu, embora Adhemar houvesse convidado o senador Olavo de Oliveira para formar a chapa com Getúlio.

"Nossas relações continuavam interrompidas desde o episódio da discrepância com Adhemar, quando apenas se falava na possibilidade de Novelli Júnior ser vice-governador de São Paulo.

"Adhemar me garantira, na época, que não indicaria o nome do deputado paulista. Mas acabou indicando, como se viu.

"Estava assim afastado do presidente do meu partido, quando fui apontado pela imprensa candidato à vice-presidência da República.

"Vários motivos, no entanto, contribuíram para que vingasse o meu e não o nome de Olavo de Oliveira, que contava com as preferências de Adhemar de Barros. Devo destacar, como um dos fatores importantes, a espontânea colaboração que recebi da imprensa.

"Na realidade, não se havia ainda pensado ou alvitrado que, em decorrência da aliança populista, o PSP indicaria o companheiro de chapa de Getúlio, quando, em uma notícia no *O Globo*, do Rio de Janeiro, Antônio Viana informou que eu seria o candidato à vice-presidência.

"A informação repercutiu dentro do partido, principalmente na seção progressista do Distrito Federal, chefiada por Mozart Lago. Os elementos do PSP carioca haviam entrado em atrito com Olavo de Oliveira, por causa de um parecer dele, no Senado, em favor da manutenção de um veto do prefeito Mendes de Morais. Passaram a hostilizar o representante cearense e a trabalhar em meu favor.

"No episódio, Adhemar não pôde defender Olavo da hostilidade dos correligionários cariocas. Os interessados na derrubada do veto, que eram médicos, portanto colegas do então governador paulista, haviam,

em primeiro lugar, apelado para ele em São Paulo. E Adhemar os recomendara a Olavo de Oliveira...

"Em Pernambuco, os progressistas tomaram a mesma posição, empenhados em combater indiretamente Agamenon Magalhães, de quem Olavo era amigo, tendo convivido afetuosamente com ele durante o Estado Novo.

"Outra circunstância propícia à minha candidatura, foi a sugestão do nome do general Góes Monteiro para a vice-presidência, por parte de Getúlio, que costumava esquecer o passado político quando se tratava de reconquistar antigos aliados.

"Mas os seus correligionários do PTB não haviam esquecido o papel de Góes Monteiro no movimento de 29 de outubro de 1945, que acabara com o Estado Novo e depusera Getúlio.

"Assim, a idéia de fazer daquele chefe militar o seu companheiro de chapa, desgostou alguns trabalhistas, que passaram a preferir o meu nome. Alencastro Guimarães revelou-me, algum tempo depois, ter prevenido Getúlio dos perigos de um desgaste do PTB carioca por causa da candidatura Góes.

"Companheiros do PSP e amigos comuns prepararam uma reaproximação de Adhemar de Barros comigo. Houve um encontro que assinalou a reconciliação. Mas o caso da candidatura ficou no mesmo pé: o meu nome continuava a ganhar substância no noticiário, enquanto o convidado era Olavo de Oliveira.

"Nesse meio tempo, Adhemar fez uma viagem ao norte do País e, de volta, ao passar em Natal, lançou a minha candidatura. Dias depois, reuniu-se o PTB e aceitou-a, comunicando-me a decisão por intermédio de uma comissão composta de Lourival Fontes, Danton Coelho e outros. Irrompeu, então, contra mim intensa campanha da Liga Eleitoral Católica."

Café Filho não confiava muito nas possibilidades eleitorais de sua candidatura à vice-presidência, por isso não se descuidava de, quando em quando, voltar ao Rio Grande do Norte para "aquecer" a sua candidatura de deputado federal pelo PSP.

"Praticamente, a minha campanha para a vice-presidência ficou reduzida à minha presença em meia dúzia de cidades. Não percorri o País. Nada gastei. Não fiz promessa de espécie alguma."

Apesar de ter como concorrente Altino Arantes do PSD e Odilon Braga da UDN, Café obteve mais 175.949 votos a seu favor.

O eleitorado alistado era, em números absolutos, da ordem de 11.455.149 cidadãos habilitados ao exercício do voto. Houve uma abstenção de 27,94%. O corpo eleitoral crescera em 53,56% relativo às eleições de 1945. Getúlio Vargas recebeu 3.849.040 votos, levando uma vantagem de 1.506.566 sobre o brigadeiro Eduardo Gomes, o segundo colocado.

A 27 de janeiro de 1951, Café Filho e Getúlio Vargas foram diplomados pelo Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa do seu presidente, ministro Ribeiro da Costa. E, no dia 31, prestaram juramento perante o Congresso Nacional, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.

Substituto eventual do presidente da República, ao mesmo tempo que presidente do Senado e, conseqüentemente, do Congresso Nacional, Café Filho via o novo cargo abragendo um campo de ação mais ligado ao Legislativo. No seu discurso de posse, ele manifesta sua opinião de que não deveria mais sobreviver a lenda da vice-presidência ser um posto meramente decorativo. "O aspecto marcante da vice-presidência não era a condição de substituto ou sucessor do presidente. O relevo e as solicitações do cargo estavam na atuação permanente e efetiva, sem a qual o seu titular seria figura decorativa: referia-me ao encargo ordinário de presidir ao Senado e, em casos mais restritos, ao Poder Legislativo. A presidência do Senado erigia o vice-presidente da República em órgão de controle do poder que legisla, atribuindo-lhe, assim, uma função cuja importância, inexplicavelmente, inda não fora devidamente realçada pelos que se dedicam ao estudo do nosso Direito Constitucional.

"Em certo momento da vida republicana, dominado pela Lei Fundamental de 1934, fora atribuído ao Senado o desempenho da coordenação dos poderes, em colaboração com a Câmara dos Deputados, estabelecendo-se grandes molas propulsoras das quais a mais saliente era a de continuidade administrativa.

"Melhor compreendidas as raízes do problema, o atributo de destaque voltara a deferir-se ao próprio Congresso Nacional, em que duas câmaras se completam e ajudam, coordenando-se nos atos mais importantes e solenes da prática do regime.

"Mas, se a autonomia deliberativa da Câmara dos Deputados e do Senado se sustentava, iniludivelmente, de todas as maneiras, devendo ser acatada e estimulada, existia, em estado latente, um elemento que era força catalítica identificando a atividade formal do Poder Legislativo com efeitos ou derivações substanciais.

"Dirigindo sem deliberar quantitativamente na função legislativa, residia aquele elemento, precipuamente, na presidência do Congresso, exercida pelo vice-presidente da República, eleito pela Nação.

"Parecia-me este encargo nitidamente específico da função administrativa, mas de alto cunho político, do presidente do Congresso Nacional. As conseqüências dessas atribuições se espalhavam e espelhavam em virtudes e atos capazes de medir a racionalização do próprio Direito, sem o qual não subsistiria a sociedade política."

A 16 de março de 1951, Café Filho assumiu a presidência do Senado Federal e, no seu discurso de posse, externou novos argumentos de conceituação do cargo de vice-presidente da República.

Nesse discurso, observa que os pioneiros do regime que adotamos não haviam imaginado a figura do vice-presidente apenas como servidor em estado potencial durante todo o tempo do mandato.

"Haviam-lhe dado atribuições, não no Executivo, mas no Legislativo, colocando-o na presidência do Senado, do órgão que é, por excelência, a expressão do equilíbrio e da ponderação, no que diz respeito aos interesses do País, para digiri-lo como juiz, destituído das insígnias partidárias, eqüidistante do facciosismo político, livre dos compromissos regionais, sem possibilidade de interferência nos pronunciamentos, salvo nos casos de empate.

"Não era só pelo voto de desempate, aliás de ocorrência raríssima, que o presidente haveria de colaborar na vida legislativa do Senado. Se as quisesse exercer como deviam ser exercidas, as suas funções exigir-lhe-iam um esforço de articulação que possibilitasse um melhor aproveitamento das atividades que se congregavam na missão de elaborar leis para o Brasil.

"Não deveriam as casas do Congresso Nacional ser compartimentos estanques, cada qual mais ou menos desinteressada do funcionamento da outra. Não se justificavam a multiplicidade de proposições sobre matérias idênticas, a diversidade de rumos e as conclusões colidentes ou antagônicas numa obra que se deveria realizar com o sentido da unidade."

Café Filho foi, senão o único, talvez dos raros vice-presidentes da República que compareceram, com assiduidade, ao Senado, participando com interesse da vida parlamentar.

Antes de empossar-se na vice-presidência, poucos dias antes do final de janeiro — reunidos, em Campos do Jordão, Getúlio Vargas, Café Filho e Adhemar de Barros —, o presidente pedira a seu companheiro de chapa que examinasse o problema da constituição das mesas diretoras do Senado e da Câmara.

Dias depois, Café Filho sugeriu os nomes de Gustavo Capanema para líder na Câmara e a manutenção de Ivo de Aquino como líder no Senado. Ambos elementos de destaque do PSD, partido majoritário. Getúlio não recebeu com bom grado os nomes indicados, mas cedeu aos argumentos de Café.

Para a presidência da Câmara, Getúlio mencionara Brochado da Rocha, do PTB gaúcho, mas Café Filho lembrou-lhe que o cargo deveria caber ao PSD, partido majoritário. E, assim, lembrou o nome de Nereu Ramos. Quanto ao Senado, cabendo a presidência ao vice-presidente da República, o posto mais elevado era o de vice-presidente. Também por sugestão de Café Filho, encabeçou a chapa eleita o senador trabalhista Alexandre Marcondes Filho.

No segundo semestre de 1951, Café Filho foi convidado pela Svenska Skifferolje AB, companhia sueca de xistos betuminosos, a visitar a Sué-

cia. Ele partiu do Rio de Janeiro a 25 de julho, seguindo diretamente para Estocolmo. Aceitando os convites de alguns governos, estendeu a viagem à Noruega, Dinamarca, Holanda, Alemanha Ocidental, Suíça, Iugoslávia, Grécia, Turquia, Israel, Transjordânia, Líbano, Síria, Itália, França e Portugal, só regressando ao Brasil a 16 de setembro. Não foi uma viagem oficial, mas em todos os países foi sempre bem recebido pela maior autoridade e acolhido da melhor forma.

Em 1952, foi a vez de visitar o Chile, comparecendo como representante oficial do Brasil à posse do novo presidente da República, general Carlos Ibañez del Campo. Em trânsito por Buenos Aires, Café Filho se avista com Perón, por sugestão do presidente Vargas. Na volta do Chile, passou pelo Peru, Equador e Colômbia.

* * *

O vice-presidente da República instalou um gabinete no Palácio Monroe, edifício em que funcionava o Senado, junto ao Passeio Público, onde passou a dar as audiências públicas que ficaram famosas. Mais tarde, esses atendimentos passaram a ser no último andar do edifício do Ministério do Trabalho. Eram filas intermináveis de pessoas que iam pedir-lhe solução de casos administrativos, reivindicar direitos, anunciar projetos, pedir-lhe emprego ou, até mesmo, não pedir coisa alguma. Ficavam horas à espera, só para ter o prazer de falar com o vice-presidente, que dava, no seu atendimento, um caráter todo particular, obedecendo Café Filho a sua vocação populista. Além dessas audiências públicas intermináveis, havia outras, particulares, solicitadas com antecedência. Por incrível que pareça, também nessas havia gente que ia para não resolver caso algum. Ia, simplesmente, para conversar com o vice-presidente. "Hospitalização de doentes e internamento em escolas predominavam, como retratos do Brasil nas condições em que vivia e ainda vive o povo.

"Ao receber o povo no Catete, na primeira audiência pública depois de haver assumido o governo, tive oportunidade de sentir de perto, mais uma vez, a predominância dos problemas econômicos e sociais.

"Não havia propriamente aspectos novos que me surpreendessem, pois já estava habituado a esse contato, não só como vice-presidente da República, mas desde os tempos de deputado.

"Será oportuno, aqui, esclarecer que as minhas audiências públicas, como vice-presidente, a princípio mal compreendidas e julgadas, continuaram àquelas que estabelecera na Câmara, com um elemento novo e importante: o da sugestão da autoridade de que então me encontrava investido.

"Em muitos casos, não cabia, pela natureza dos fatos, senão aconselhar e orientar. Mas os conselhos e orientações foram úteis, porque observados pelas pessoas que apelaram para mim. Atualmente, não tenho

dúvida, as mesmas palavras não surtiriam efeito, destituído que estou da autoridade do poder público.

"O presidente e até mesmo o vice-presidente da Repúglica exercem, de certo modo, no sentimento do povo uma função paternal; é o chefe mais respeitável de uma grande família, a cuja proteção se pode recorrer. O que façam e o que digam será acompanhado com gratidão e confiança.

"Se, no início das audiências públicas, no Monroe, possuía essa impressão, agora tenho experiência. Pensar-se, como se pensou e argumentou, que o vice-presidente nada poderia fazer em favor daqueles a quem recebia diariamente, constituiu engano e erro.

"No que dependesse, para as soluções dos casos pessoais, da autoridade do presidente da República, eu ali não me encontrava numa iniciativa isolada de Vargas, senão cooperando com ele.

"Desde o primeiro momento, procurara conceituar e preencher o papel do vice-presidente, valorizando-o na fronteira das atribuições que lhe são peculiares a um tempo pelo, comando do Congresso e, a outro, pela colaboração natural e categorizada com o presidente da República, provendo e assistindo o quanto não podia fazer em virtude de sua exígua e muito empenhada disponibilidade pessoal.

"Ao levar ao presidente as reivindicações que me eram expostas, sempre tive o cuidado de ressaltar que os interessados esperavam dele e não de mim as soluções dos seus casos. Eu era apenas o intermediário do apelo.

"Vargas era uma natureza sensível às situações individuais; nunca as esquecia, cobrando seguidamente dos ministros as providências particulares que determinara.

"As audiências do vice-presidente provocaram as mais estranhas reações, testemunhando algumas delas a densidade da afluência dos que aguardavam nas filas o ensejo de contar-me os seus problemas.

"Atribuir um caráter demagógico às minhas audiências, a princípio no Monroe e depois no Palácio do Trabalho, audiências que, no curso do mandato, apenas interrompi no intervalo das minhas viagens, afigura-se-me injusto, por desconhecimento da realidade.

"Deputado que fora, não me eximia da cota de responsabilidadse que me tocava na elaboração de muitas leis, que, segundo os dados irrecusáveis da experiência, não pareciam perfeitamente ajustadas às condições nacionais, embora tivessem sido confeccionadas com as melhores intenções. Por outro lado, não seria por falta de leis e iniciativas do Estado que o País se debatia num labirinto de problemas.

"Dinamizando a parcela de poder político que me conferira o povo, tornava-se necessário, então, atestar as falhas do sistema, em sua prática, isto é, o lado negativo e até contraproducente de algumas peças da legislação social, quando avultava o pauperismo. Atestá-las pela auscultação,

captando, em um verdadeiro confessionário, a angústia e o desespero humanos.

"As audiências acabaram por revelar-me, entre outros aspectos da realidade brasileira, a existência de uma população cada vez maior de desajustados e marginais, que poderiam ser considerados os mártires da lei. Enquanto favorece uns, a legislação esquece ou prejudica outros.

"Havia, como ainda há, setores completamente desprovidos de qualquer assistência. Os mais chocantes desníveis de tratamento ocorriam e ocorrem, por exemplo, em relação aos trabalhadores rurais, contribuindo para aumentar nas cidades as zonas de pobreza em virtude do deslocamento das populações seduzidas pela miragem de uma vida melhor e a implantação de novos tetos de salário urbano.

"Tais processos de distorção social representam um flagrante da precária estruturação da vida brasileira, que se renova aos olhos e à observação de quem percorre as várias regiões do País".

O CRIME DA RUA TONELEROS

CAPÍTULO II

Na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, o jornalista Carlos Lacerda chegava a sua residência, à rua Toneleros, em companhia de seu filho Sérgio e do major Rubens Tolentino Vaz. Eles vinham da Tijuca, onde Lacerda fizera uma conferência. A cena é descrita por Lacerda.

"Assim palestrando, chegamos à porta de minha casa. Notei então, sem maiores preocupações, que próximo à esquina da rua Hilário de Gouvêa, quase em frente ao edifício onde resido, um homem pardo, magro, estava parado na calçada. Quase em frente ao edifício do outro lado da rua, outro homem, este pardo e gordo, mantinha-se na mesma atitude. Observando que havia esquecido as chaves do edifício no bolso de outra roupa, pedi a meu filho que solicitasse ao garagista que abrisse a porta para nós. Sérgio saiu, entrou pela porta de serviço e eu permaneci conversando com o major Rubens, até que ele voltou para comunicar que o garagista iria abrir a porta. Despedi-me do major à porta do seu automóvel e voltei-me na direção da entrada. Vi então o homem pardo e gordo caminhar para mim e abrir o paletó. Tive a impressão exata de que ia sacar uma arma, o que ele de fato fez, começando a atirar. Agarrando meu filho, saquei por minha vez do meu revólver e atirei enquanto procurava abrigar Sérgio, correndo em direção à garagem. Ali chegando, disse-lhe que corresse para cima e dispunha-me a voltar, quando meu filho abraçou-se comigo, procurando impedir-me de enfrentar os assassinos. Levei-o

para a escada e corri novamente para fora, a tempo de ver o homem pardo e gordo fugir em direção à rua Paula Freitas. Atirei contra ele e ele atirou contra mim outra vez. Descarreguei todas as balas de minha arma. Meu filho voltou à rua. Percebi que a despeito da fuga do criminoso que eu enfrentara, alguém continuava atirando. Voltei à garagem com Sérgio, subi, pedindo a ele que fosse avisar a amigos e vizinhos, e mais uma vez desci à rua, já pelo elevador social. Tinha esperança de encontrar ileso o major Vaz, mas essas esperanças foram desfeitas quando cheguei à porta. Ele estava caído na calçada, com sua camisa, que momentos antes era amarela, ensopada de sangue que lhe corria do peito. Várias pessoas acorreram ao local. Alguém ofereceu-nos um carro. Coloquei-me com ele no assento traseiro, depositando a cabeça no meu colo. Rumamos para o Miguel Couto. Eu já havia sentido o meu ferimento no pé, mas esqueci-me dele quando a imobilidade do meu querido amigo nos meus braços deu-me a certeza de que ele deixara de viver. Ao chegarmos, os médicos confirmaram o seu óbito."

Ao ouvir os disparos, o vigilante municipal Sálvio Romeiro acorreu ao local. Cruzou com um dos atacantes que se refugiou no táxi nº 5-60-21, estacionado à sua espera. O outro homem fugira pela rua Hilário de Gouvêa, passando a pé defronte à delegacia existente na esquina na av. N.S. de Copacabana. O vigilante tentou deter o táxi. No momento em que o carro arrancou levando o pistoleiro, o guarda, mesmo ferido, detonou seu revólver, perfurando a traseira do veículo, e anotou sua placa.

No outro dia, dada a repercussão do crime, o motorista do táxi, Nelson Raimundo, apresentou-se espontaneamente à polícia para contar uma história não muito convincente.

Detido para posteriores investigações, 48 horas depois, interrogado já então pela Polícia Militar, o motorista confessou ao capitão João Ferreira Neves que transportara Climério Eurides de Almeida até o local do crime. Mas, após o atentado, o homem que levou para a cidade já fora outro. Assim, quatro dias após o atentado, a polícia divulgou uma nota apontando Climério como o autor do crime.

Climério, alertado, fugira. As buscas não cessaram dia e noite, contando a polícia com a participação da Aeronáutica. Finalmente, após sensacional caçada em que oficiais da FAB, armados de metralhadoras e revólveres, bateram toda a região de Tinguá, Climério foi encontrado. Preso, foi recolhido incomunicável à base do Galeão pelo coronel Délio Jardim de Mattos.

Climério Eurides de Almeida era investigador do Departamento Federal de Segurança Pública, mas nunca exercera suas funções. Ser-

via no Palácio do Catete, na guarda pessoal do presidente da República.

A nota com a divulgação da notícia foi assinada pelo chefe de polícia, general Âncora. Este, acompanhado pelos ministros da Aeronáutica e da Justiça, foi ao Catete para comunicar ao presidente Vargas que um membro da sua guarda pessoal estava envolvido no crime.

Preso, Climério foi interrogado por diversas vezes. No dia 31 de agosto, foi levado ao Quartel da Base do Galeão, para depor perante o coronel-aviador João Adil Oliveira, encarregado do inquérito, e do promotor da Justiça Militar Cordeiro Guerra. Nesse depoimento, ele revelou que fora chamado por Gregório Fortunato, no mês de abril, que o encarregara de entender-se com José Antônio Soares para "darem um jeito" de eliminar o jornalista Carlos Lacerda. Foi Soares quem contratou o pistoleiro Alcino João do Nascimento, o homem que deveria executar o "serviço", pelo preço de cem mil cruzeiros. Desde aquela ocasião, Climério, Soares e Alcino passaram a preparar a execução do atentado. Para isso, tiveram de familiarizar Alcino com a figura de Carlos Lacerda, passando, por isso, a freqüentar locais onde o jornalista comparecia. Depois de tentativas frustradas anteriores, acertaram tudo para o dia do comício do colégio São José. Como as circunstâncias não fossem muito favoráveis, decidiram tomar o rumo de Copacabana e esperar Lacerda à porta de sua residência. O carro de Nelson Raimundo ficou estacionado na rua Paula Freitas. Climério e Alcino dirigiram-se para a esquina das ruas Hilário de Gouvêa com Toneleros. Dali, viram um carro estacionado em frente ao edifício Albevânia e dele saírem três pessoas. Climério se afastou de Alcino e atravessou a rua. Nesse instante, declarou ele, ouviu uns estampidos. Por isso, resolveu continuar a caminhada em direção à rua Siqueira Campos, onde tomara um táxi, rumando para a rua Silveira Martins, onde aguardou Nelson Raimundo no ponto junto ao Palácio do Catete. Alcino escapara ileso. No dia seguinte, ele e Climério foram para Belfort Roxo. Valente, outro membro da guarda pessoal, avisou-os de que Nelson fora preso e denunciara Climério. Por isso, tiveram de se esconder em lugar mais seguro.

Segundo o depoimento de Alcino, prestado no dia 13 de agosto no Quartel da Base Aérea do Galeão, a emboscada se deu quando Lacerda se despedira do Major Vaz. Enquanto o jornalista se dirigia para a porta da garagem do edifício, o major, passando pela frente de seu carro, caminhou em direção à porta esquerda, com intenção de entrar no mesmo. Nessa ocasião, Alcino atravessou a rua, colocou-se atrás do automóvel e, já da calçada, atirou contra Lacerda, segundo o pistoleiro, "procurando atingi-lo nas pernas". Ferido, o jornalista correu para o interior da garagem. Logo após ter disparado seu revólver, Alcino foi surpreendido pelo major Vaz que se atracou com ele, pro-

curando tomar-lhe a arma. Na luta, Alcino acionou o gatilho disparando o revólver. Nessa ocasião, também ouviu um tiro partido da direção da garagem. Ainda em luta com o major, ambos caíram ao chão, para lados opostos, aproveitando o pistoleiro para fazer outro disparo na direção de Rubens Vaz e pôs-se em fuga, correndo para o carro de Nelson Raimundo, estacionado à sua espera. Ao fugirem, Alcino avistou o guarda que corria para eles atirando, tendo mesmo perfurado a traseira do automóvel. Alcino alvejou o guarda e entrou no carro que já estava com o motor em movimento, partindo para o centro da cidade. Só então verificou que Climério não regressara com eles. Saltou na esquina das ruas Santa Luzia com México por determinação de Nelson Raimundo. Ali, tomou um lotação para a praça da Bandeira e, de lá, um táxi para a casa de Climério, em Caxambi.

Pouco depois de Lacerda ter dado entrada no Hospital Miguel Couto, autoridades e personalidades do mundo político para ali acorreram. Entre os primeiros estava o brigadeiro Eduardo Gomes, que providenciou a autópsia do corpo do major Vaz e o seu enterramento. Depois de se inteirar dos detalhes do ocorrido, o brigadeiro teria dito: "Para honra da Nação, confio que esse crime não ficará impune." Daí por diante, ele passou a promover todas as medidas, jogando todo o seu prestígio para que à Aeronáutica coubesse a apuração do crime.

A repercussão do atentado à vida de Carlos Lacerda e a morte do major Rubens Vaz foi a maior possível. A natureza do crime exigiu que fossem tomadas medidas imediatas. A Polícia Civil deu início a um inquérito logo após o atentado, pois a ocorrência se dera quase à porta do 2º Distrito Policial e um guarda municipal fora ferido. Após o depoimento de Nelson Raimundo, o inquérito parecia ter emperrado. Não caminhava.

O alto comando do Exército se reuniu para examinar a situação e, depois, deu uma nota condenando o atentado. Reuniu-se o Clube da Aeronáutica, em sessão permanente, o Clube Naval e, depois, o Clube Militar. Houve calorosos debates na Câmara Federal, onde Afonso Arinos pediu a renúncia do presidente Vargas.

Carlos Lacerda, num depoimento feito ao jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado no dia 1º de junho de 1977, conta como foi que o inquérito saiu das atribuições da Polícia Civil, transformando-se em inquérito policial militar. Ele se refere à primeira autoridade policial que o procurou, logo que regressou do hospital à sua residência. Era um delegado.

"Bom, o sujeito apareceu lá para começar o inquérito, com as primeiras perguntas dele. A primeira era se tinha havido alguma alteração entre eu e o Vaz. A segunda pergunta dele foi pedir o meu revólver. Eu disse: É natural que o senhor peça o meu revólver, com o meu revólver eu defla-

grei várias balas, mas para o que o senhor quer o meu revólver agora, já? Ele disse: 'É porque as balas são balas traçadeiras; essas balas pintadas de verde traçam, enfim, são balas diferentes das outras, é para ver o calibre.' Eu digo: 'Acontece que pela natureza das suas perguntas eu não lhe entrego o revólver, que eu já percebi aonde o senhor quer chegar, o que o senhor pretende é que tenha havido uma alteração entre eu e o major Vaz, que nós tenhamos tido um pugilato. Eu não entrego a arma e o senhor retire-se da minha casa.' Ele disse: 'Mas eu, como autoridade, estou começando um inquérito.' Eu disse: 'O senhor me chame à policia, que eu vou; na minha casa, o senhor não fica.'

"Estava cheia a casa, o sujeito retirou-se assim meio encabulado e tal; e aí começou, eu não sei de quem partiu a idéia, não sei se foi do próprio Adauto ou se foi de alguma autoridade da Aeronáutica, alguém deve ter tido a idéia seguinte: 'Escuta, só há um jeito aí, porque se deixar isso com a polícia, a polícia vai acabar provando que você é quem matou o Vaz. A arma é uma arma de guerra, calibre 45, não uma arma que qualquer civil possa portar, só militar tem direito a portar essa arma. Portanto, pelo calibre da arma, o que se faz indicar é um inquérito policial militar, por causa do calibre da arma.' Telefonaram para o Eduardo Gomes. O Eduardo Gomes interferiu junto às autoridades da Aeronáutica e exigiu um inquérito policial militar, e aí o negócio deslocou-se da polícia para o IMPM."

Assim, pelo fato da vítima ser um oficial da Aeronáutica e a arma utilizada um revólver calibre 45, de uso privativo das Forças Armadas, a Aeronáutica, baseada no artigo 45 do Código da Justiça Militar, conseguiu a instauração do IPM. Muitos militares de outras Armas e até mesmo da própria Aeronáutica não concordaram que o crime estivesse revestido das características de um delito militar.

A 12 de agosto de 1954, o coronel-aviador João Adil de Oliveira foi encarregado do inquérito policial militar por portaria assinada pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Nero Moura. O coronel Adil já fora designado anteriormente para acompanhar as investigações da Polícia Civil, como representante da Aeronáutica. Estas eram presididas pelo delegado do 2º Distrito Policial, dr. Jorge Luiz Pastor de Oliveira. O dr. João Batista Cordeiro Guerra, por sua vez, fora designado representante do Ministério Público Civil.

A partir do dia 12, o coronel Adil iniciou o seu trabalho, assistido pelo promotor Nelson Barbosa Sampaio, como representante do Ministério Público militar.

Vinte e nove horas após a abertura do IPM, foi capturado o pistoleiro Alcino João do Nascimento que, nesse mesmo dia, confessou seu crime e deu a indicação dos demais participantes na trama.

A prisão efetuada pela Polícia Civil do motorista Nelson Raimundo,

no dia 5, já possibilitara ver que o atentado tinha ligações com o pessoal que servia no Palácio do Catete. Nelson fazia ponto na esquina das ruas Silveira Martins com Catete, bem defronte ao Palácio. Também se ficou sabendo que Nelson servia, com freqüência, aos elementos da guarda pessoal do presidente da República. Depois, Nelson acabou por confessar que transportara Alcino e Climério Eurides de Almeida até o local do crime e depois dera fuga ao pistoleiro, levando-o até a cidade. Seu depoimento veio coincidir com as informações posteriormente prestadas por Alcino. As várias detenções que se seguiram, resultantes dos sucessivos depoimentos obtidos, foram alargando o círculo dos envolvidos no atentado. Não somente os elementos da guarda, como João Vicente de Souza e José Antônio Soares, como outras pessoas a eles ligadas e também, depois, alguns personagens da vida pública do País. À proporção que o inquérito prosseguia, crescia a ansiedade pública e o desejo ardente da UDN de encontrar um mandante do crime. No dia 14 de agosto, quando Valente prestou seu depoimento, ele confessou sua participação na fuga de Alcino e Climério e declarou ter atendido a um desejo de seu chefe, Gregório Fortunato. O envolvimento de Gregório no atentado contra o jornalista Carlos Lacerda fez com que se alargasse mais ainda o número de testemunhas ouvidas.Gregório manteve-se por longo tempo na negativa.

O deputado Euvaldo Lodi, o deputado Danton Coelho (que se recusara a depor), Benjamin Vargas (irmão do presidente da República), Vítor Costa, Arquimedes Manhães e Roberto Alves foram algumas das personalidades envolvidas, além de Lutero Vargas.

Apesar do início tumultuado,sob o ponto de vista jurídico, o processo contra Gregório, Alcino, Climério e outros membros da guarda pessoal foi remetido ao Tribunal do Júri, onde foram julgados e condenados.

* * *

A campanha oposicionista a Vargas atingira o paroxismo dos artigos que, diariamente, Carlos Lacerda assinava em seu jornal, *Tribuna da Imprensa.* O presidente Vargas sofreu a mais violenta, a mais grave campanha que um homem pode suportar. A inteligência fulgurante de Carlos Lacerda, diariamente, destilava o fel que amargaria profundamente o espírito de qualquer pessoa que fosse objeto de sua meta. O crime da rua Toneleros extravasara da delegacia de polícia, crescia na República do Galeão, ganhava ressonância na tribuna parlamentar. Daí por diante, os deputados e os jornalistas da oposição criariam a necessidade única da renúncia do presidente.

O atentado contra Carlos Lacerda ter-se-ia configurado, em outros governos, como um episódio policial. Há exemplos antes de 1954. Há casos depois de 1954. Por que não foi assim daquela vez? Por que o chefe Mili-

tar da Nação, o presidente Getúlio Vargas, determinou que se apurasse o fato até as últimas conseqüências e permitiu que assim acontecesse o que não teria sido possível sem a sua ordem e a sua colaboração? No entanto, o que os jornais da época registram, no uso imoderado da mais completa liberdade de imprensa, livre da censura, que não houve naquele tempo – e que, em tantos outros períodos, tem coberto de impunidade os detentores do poder –, é a acusação a Vargas como o responsável e a insinuação de que é alguém da sua família o mandante do crime. Também o debate parlamentar assim informava. A imprensa fazia eco dos discursos oposicionistas, enquanto minimizava os pronunciamentos da defesa de Vargas.

É este o quadro que se apresentava ao povo do Rio de Janeiro, mantendo o clímax da exaltação. Vargas era o réprobo. Carlos Lacerda, com os pés engessados, era carregado por soldados da Aeronáutica e ia conferenciar com o vice-presidente da República, em um apartamento discreto do Hotel Serrador, para obter dele a promessa de que assumiria a Presidência da República, no caso da renúncia de Vargas. A renúncia que os deputados udenistas iam reclamar-lhe, da tribuna da Câmara.

CAFÉ FILHO TOMA POSIÇÃO

CAPÍTULO III

No dia 13 de agosto de 1954, o jornalista Murilo de Melo Filho procurou o vice-presidente da República, João Café Filho, no gabinete que ocupava no último andar do Ministério do Trabalho. Era meio-dia. A missão do jornalista consistia em acertar um encontro entre Café Filho e Carlos Lacerda.

As articulações político-militares para a derrubada de Vargas esbarravam em duas dificuldades: 1º) A dúvida quanto à disposição do vice-presidente em assumir o governo em caso de renúncia do presidente; 2º) A desconfiança de certos setores em relação à posição de Café Filho.

Os chefes da conspiração estavam de acordo em que a solução fosse a renúncia de Vargas. Era nesse sentido que Carlos Lacerda dirigia a sua campanha, pela *Tribuna da Imprensa,* e a oposição parlamentar orientava seu trabalho. O deputado udenista Aliomar Baleeiro fora o primeiro a lançar, no plenário da Câmara dos Deputados, esse apelo veemente, que o líder Afonso Arinos adotara como conclusão do seu discurso.

Ninguém conhecia o pensamento de Café Filho. A renúncia só teria sentido, como solução constitucional, uma vez obtida a certeza de que o vice-presidente assumiria o posto vago. Caso contrário, seria um salto no escuro.

Carlos Lacerda encarregara Murilo de Melo Filho de decifrar a esfinge. Para isso, o jornalista procurou o secretário do vice-presidente,

Oséas Martins, que o levou à presença de Café Filho.

Murilo de Melo Filho relata o encontro e recorda a reação fisionômica de seu interlocutor, um misto de surpresa e de recusa, e reconstitui pelas notas guardadas, o diálogo havido:

"Você sabe, Murilo, estou evitando encontros que signifiquem qualquer participação minha na conspiração contra o dr. Getúlio. Tenho recusado todos os contatos que revelem qualquer ambição de minha parte."

Murilo fez menção de levantar-se: "Direi a sua resposta e considerarei encerrada minha missão."

Café barrou-lhe o gesto: "Não. Espere. Com o Carlos eu me encontrarei. Gosto muito dele. Mas receio, justamente, que venha pedir o meu compromisso de assumir o governo, na hipótese da renúncia do dr. Getúlio." E acrescentou: "Sei que o meu coração não agüentará o poder."

Afinal, acertaram a hora do encontro: 14h30. O local era um problema mais sério. Café achava que o encontro não poderia ser nem no seu apartamento, nem no apartamento de Lacerda. Disse: "Daria muito na vista."

Ficou a olhar fixamente o jornalista, como se quisesse sugerir o seu apartamento. Mas teve outra idéia: "Está aqui no Rio o O.G., lá de Natal, que você conhece. Vou pedir-lhe emprestado o apartamento onde está hospedado, no Hotel Serrador. Chego antes, o Carlos vem alguns minutos depois. Assim ninguém saberá nem perceberá o nosso encontro."

Café chegou, pontualmente, ao apartamento 1515 do Serrador. Carlos Lacerda, acompanhado de Murilo, chegou com sessenta minutos de atraso explicável, porque havia estado no quartel da Polícia Militar, à rua Salvador de Sá, tentando fazer o reconhecimento de alguns membros da guarda pessoal presidencial. Lacerda entrou no apartamento na sua cadeira de rodas, com o pé engessado. Lá no fundo, em mangas de camisa, estava Café Filho. Conversaram durante duas horas e dez minutos. Nem os oficiais que os acompanhavam conheciam o objetivo do encontro, pois despistados, sabiam vagamente de "um general que se hospedara no Serrador". Ao final da conversa, Lacerda tinha obtido do vice-presidente a promessa de cumprir sua obrigação constitucional – assumida numa eleição popular – de suceder o presidente Getúlio Vargas, em qualquer impedimento deste último.

Café Filho conta outros detalhes do encontro.

"No dia 11, recebi em campo neutro a visita de Lacerda.

"Através de um companheiro da *Tribuna da Imprensa*, Murilo Melo Filho, manifestara ele o desejo de conversar comigo. Respondi que o receberia no Senado. Objetou o emissário que seria preferível outro local.

"Naquele dia, ia almoçar com Olavo Galvão, diretor do Banco do Nor-

deste, em cujo apartamento, na Cinelândia, estaria por volta das quatorze horas. A entrevista poderia ser lá.

"À hora marcada, Lacerda chegou para o encontro. Veio numa cadeira de rodas empurrada por oficiais da Marinha.

"Não o tinha visto ainda depois do atentado. A palestra foi, a princípio, sobre as circunstâncias do crime; Lacerda fez, em seguida, uma análise da situação. Estivera com o general Zenóbio da Costa. Conviria – acrescentou – que eu desse a entender àquele oficial, por intermédio de alguém, que o manteria na pasta da Guerra se assumisse o governo. Assim se abriria a possibilidade de cessar a resistência de Zenóbio em defesa de Getúlio.

"Neguei-me terminantemente e apresentei a Lacerda as razões da minha discordância. Não daria um passo para chegar ao poder. Nem me interessava a Presidência em condições tão difíceis. Muito menos através de tais expedientes. Acompanhava os acontecimentos. Se estes chegassem ao ponto de uma ameaça incontida às instituições, tomaria uma atitude.

"Não antecipei a Carlos Lacerda que se tratava da proposta, feita poucos dias depois, no sentido da renúncia de Getúlio juntamente com a minha.

"Assim nos despedimos. O jornalista saiu como entrara: nos braços dos militares, em meio de uma onda de curiosidade popular."

Café Filho assumira um duplo compromisso com Carlos Lacerda, no seu encontro do Hotel Serrador: o de assumir a Presidência – era este o imperativo constitucional – na renúncia de Vargas; e o de que essa promessa fosse mantida em sigilo.

Se manteve o sigilo, quanto ao combinado no encontro do Hotel Serrador, Café Filho apresentou outra solução ao líder do governo e aos ministros com os quais conversou, e esta era a de renúncia junto com Vargas.

* * *

A 21 de agosto de 1954, Café Filho foi procurado por Gustavo Capanema, líder do governo na Câmara dos Deputados. Ele estava preocupadíssimo com a situação política do momento. Também estava inquieto ante mais um discurso de Afonso Arinos, desta vez marcado para o dia 23.

Ao conversar com Capanema, no sábado 21, Café anunciou que iria propor ao presidente Vargas, naquele mesmo dia, uma solução para a crise. Segundo narra, foi o seguinte o diálogo:

"É uma fórmula capaz de resolver pacificamente o problema. A única maneira de conjurar a desordem que se alastra.

"Ele quis logo conhecer a fórmula.

"A nossa renúncia simultânea, minha e de Getúlio – esclareci, ventilando pela primeira vez o assunto.

"Não, não faça isto, Café! Seria o fim de tudo. Nem pense em tal coisa – reagiu Capanema.

"Mas existe outro recurso? Eu não vejo. Só se for a revolução. Reconheço, como você e como todo mundo, a gravidade do momento. Não posso continuar indiferente, como simples espectador. Independentemente da minha vontade, estou em evidência, pela perspectiva de assumir o governo.

"Mas há um impasse e pode parecer que não se encontra uma solução por minha causa, como se eu fosse um obstáculo ou estivesse empenhado em assistir de longe à luta para me beneficiar dos despojos. Como homem público, tenho o dever de contribuir para que o País não descambe do mar de lama a que se referiu o presidente, num mar de sangue."

Café historia sua perpsectiva dos acontecimentos:

"Como vice-presidente, via-me envolvido, à minha revelia, na campanha pela renúncia de Vargas e pela entrega do governo a mim. Estava, sem querer, dentro da crise. Isto me autorizava e me forçava, mesmo, a tomar uma atitude. Era mais do que um direito, um dever.

"Não podia ficar insensível à sorte do País, quando se jogava também com o meu nome. Tanto mais quanto a minha tendência era abrir mão, previamente, do poder com que me acenavam.

"Julgava-me apto a oferecer um pouco do meu sacrifício pessoal para evitar o pior, talvez a guerra civil. Ser-me-ia mais cômodo continuar retraído, aguardando os acontecimentos. Mas o meu espírito de homem público, desacostumado à inação, impelia-me a tentar uma solução.

"Não se tratava de renúncia imposta, como se pretendia, porém espontânea. Apresentá-la-íamos os dois juntos, depois de assentar a escolha de um nome que Getúlio indicaria e que eu ajudaria a coordenar junto às forças políticas e militares, para a Presidência da República. Uma fórmula alta, digna, bem diversa da que se exigia sob pressão.

"Depois da conferência, de manhã, com o líder Capanema e, no princípio da tarde, com os ministros da Guerra e da Marinha, fui ao Catete.

"Não havia tempo a perder. Urgia uma solução, antes que os ímpetos juvenis da oficialidade mais impaciente e a pressão da opinião pública envolvessem os chefes militares mais serenos, fazendo a tropa sair dos quartéis para a rua.

"Se eu fosse presidente – disse eu a Vargas, pondo as cartas na mesa –, também não aceitaria uma renúncia imposta. Dou-lhe razão. Mas a proposta que lhe trago é diferente. Reclama-se o seu afastamento e prega-se a minha ascensão. Pois bem. Vamos sacudir a Nação com um gesto: fomos eleitos juntos, na mesma chapa, renunciemos agora juntos, no

mesmo destino. Será um fato novo, capaz de cortar a agitação. Escolheremos para o governo uma pessoa de sua confiança, com aceitação de todas ou, pelo menos, das principais agremiações partidárias, a quem caberá a missão de restabelecer a normalidade.

"O candidato para aquela sucessão temporária não poderia ter uma gestação lenta, natural. Não dispensaria combinações feitas com o sentido de rapidez e socorro. E teria de ser um político anfíbio (entre governo e oposição), plástico, em meio das forças beligerantes.

"Tive a precaução de levar engatilhados alguns nomes, como os de Osvaldo Aranha, José Américo, Alberto Pasqualini, Gustavo Capanema, Álvaro Alberto e Mascarenhas de Morais, para a hipótese de uma indagação de Vargas a este respeito.

"Nem todos os nomes que eu lavara engatilhados eram inelegíveis, nos termos da Constituição. O senador Alberto Pasqualini e o deputado Gustavo Capanema poderiam, sem qualquer impedimento, aceitar a transitoriedade do mandato, embora com prejuízo das suas candidaturas a governador do Rio Grande do Sul e à própria Câmara, respectivamente, nas eleições aprazadas para 3 de outubro de 1954. A crise não se resolveria sem algum sacrifício.

"De minha parte, fora ao Palácio do Catete propor ao presidente a renúncia dos nossos mandatos, em cujo exercício nos encontrávamos. Os de Pasqualini e Capanema, ainda na dependência das urnas, seriam uma expectativa dentro de uma incerteza, que a conjuntura nacional acentuava dramaticamente. Estavam em jogo a sorte do regime e o sossego do povo.

"A preocupação de levar nomes engatilhados não teve serventia, não chegando eu a mencioná-los, de vez que a conversa não atingiu tal profundidade.

"Vargas era de índole contraditória. Vislumbrando certa receptividade à minha proposta, procurei intensificar a exortação: Lembre-se: não será uma renúncia forçada, mas espontânea e patriótica. A desordem está aí, como um círculo que se aperta em torno do seu governo, inquietando e parando a administração, com reflexos desfavoráveis em todos os setores de atividades. Ninguém domina os militares em rebelião, a não ser agravando os acontecimentos e provocando derramamento de sangue. Até no Catete já se realizam buscas. É nestas condições que lhe apresento uma fórmula de sair da encruzilhada."

No dia 22, Café Filho foi chamado ao Catete pelo presidente.

"Encontrei-o só. Delicado e firme, disse-me o presidente: Considerei com interesse a sua proposta de nossa dupla renúncia. Reconheço os seus bons propósitos e quero renovar os agradecimentos pelo seu gesto de colaboração, mas prefiro resistir no meu posto. Estou velho. Não tenho o que perder."

Apesar dos argumentos apresentados pelo vice-presidente, Getúlio respondeu de forma definitiva: "Não renunciarei de maneira alguma. Se tentarem tomar o Catete, terão de passar sobre o meu cadáver."

Na segunda-feira, dia 23, Café Filho convocou o Senado para comunicar-lhe as gestões que fizera, numa tentativa de encontrar uma solução para a crise tão grave. A sessão deveria ter sido secreta, mas porque alguns senadores julgaram ser da maior importância que a Nação participasse dos eventos, tornou-se pública.

Seu discurso não foi bem interpretado pela família Vargas e seus auxiliares mais próximos.

"Srs. senadores.

"Dirijo-me ao Senado com emoção de estar diante da própria Nação, de que sois uma imagem viva e fiel. A revelação dos fatos que venho trazer ao vosso conhecimento afigura-se-me um dever de minha consciência de homem público. Como presidente desta Casa, não posso nem quero mantê-la desinformada de uma atitude que acabo de tomar, envolvendo a responsabilidade do meu mandato, perante vós e o povo brasileiro, que me elegeu a 3 de outubro de 1950.

"Diante da grave crise em que se encontra o Brasil, não há nenhum cidadão que se lhe conserve indiferente. Aí estão as sucessivas manifestações, neste ou naquele sentido, de todos os setores civis e militares da opinião nacional. De minha parte, a necessidade de definir e esclarecer a minha posição avulta como um imperativo tanto mais indeclinável quanto o meu nome – está claro que à minha revelia –, por força dos meus encargos constitucionais, vem sendo ultimamente focalizado.

"Não preciso desenvolver maiores considerações para caracterizar a gravidade da atual conjuntura nacional. Também não me cabe entrar no mérito dos acontecimentos que determinaram a complexa e delicada situação em que se encontra o País. Já não é lícito a nenhum brasileiro deixar de reconhecer que a Nação vive no momento um dos períodos mais difíceis de sua história. O atentado que teve por palco uma das ruas centrais do maior bairro residencial da capital da República, e no qual perdeu a vida um herói da Força Aérea Brasileira e foram feridos um jornalista da oposição e um guarda em pleno serviço, logo deixou de ser um episódio meramente policial para se transformar na origem de uma crise política e militar. Paralelamente às revelações surgidas à margem do inquérito, já agora envolvendo outros aspectos além do crime, o desenrolar dos acontecimentos se tem verificado de modo a tornar cada vez mais larga e profunda a crise. Não entro na análise dos fatos para proferir um julgamento que não me compete. Limito-me a reconhecer uma situação que está aí, aos olhos de quem a quiser sentir. É uma situação verdadeiramente lamentável e impressionante. Não se trata apenas de um impasse político. Os problemas econômicos e financeiros exacerbam-se dia a dia,

adquirindo uma feição sem precedentes e ameaçando, em seus inevitáveis reflexos sociais, atingir proporções imprevisíveis.

"Em meio a esse quadro, em que as palavras parecem impotentes para descrever uma realidade que todos vêem e sentem, sobressai uma inquietude geral. Governo, oposição e povo, através de todas as classes civis e militares, se mostram apreensivos e inseguros. Ninguém está tranqüilo. A ordem e o prórpio regime parecem equilibrar-se num fio, às bordas de um despenhadeiro. Não há quem não perceba que, a qualquer momento, tudo poderá precipitar-se na voragem de surpresas desagradáveis, que nem sempre dependem do controle da vontade humana.

"Foi diante desse estado de coisas que em alguns círculos se começou a admitir a hipótese de uma solução através da transmissão do poder supremo ao vice-presidente da República. O silêncio e a indiferença de minha parte poderiam ser erroneamente interpretados. Por outro lado, poderia parecer que a minha pessoa estava sendo obstáculo a uma solução da crise. Tomei então a iniciativa de procurar o exmo. sr. dr. Getúlio Vargas. Fui levar-lhe não só as impressões recolhidas em contato com os chefes militares e os líderes políticos de maior responsabilidade mas propor-lhe também uma fórmula concreta, que me pareceu capaz de abrir margem a uma solução alta e impessoal, em que, acima de quaisquer sentimentos pessoais ou partidários, se colocassem os sagrados interesses nacionais. Essa fórmula consistia na renúncia simultânea do presidente e do vice-presidente da República, de modo a permitir, de acordo com a Constiutição, a eleição de um novo presidente, dentro de trinta dias, para o término do período presidencial. Deste modo, não seria por causa da perspectiva de minha ascensão ao governo ou em virtude de qualquer ambição ou intransigência de minha parte, nesse sentido, que a Nação não voltaria ao ritmo de sua vida, pelo qual tanto anseia. O exmo. sr. dr. Getúlio Vargas ficaria à vontade para encaminhar essa solução. Não haveria o cunho de uma substituição imposta por adversários políticos. Ambos daríamos uma demonstração de espírito público, de abnegação patriótica e de sensibilidade cívica, colocando a Nação diante de uma situação nova, permitindo uma solução alta, isenta de qualquer mácula de origem.

"Expliquei a S.Exa. as razões do meu gesto. Narrei-lhe, com a sinceridade que a honra exige dos homens públicos, o resultado de várias conferências que eu mantivera. Expus-lhe a situação real do governo dentro do Senado, que conheço através do convívio que aqui tenho. Revelei-lhe o teor de uma conversa em que o líder Gustavo Capanema fez comigo um balanço das forças dentro da Câmara dos Deputados. Transmiti-lhe o que tinha ouvido de chefes militares, especialmente dos ministros da Guerra e da Marinha. De nenhum desses líderes, tanto das forças políticas como das Forças Armadas, recolhi qualquer palavra de garantia ou

segurança, já não digo sobre a possibilidade de manter a atual situação, mas sobre a viabilidade de uma fórmula capaz de abrir caminho a uma recuperação da autoridade do governo, tão duramente comprometida. A verdade é que de nenhum setor pode vir tal garantia ou segurança. Todos se sentem dominados pela incerteza e conscientes dos perigos que rondam a Nação.

"Daí a decisão que assumi na tarde de sábado, dia 21, indo à presença do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, para oferecer a contribuição única que de mim dependia, com base na minha própria renúncia. Assim agi, na convicção de estar cumprindo o meu dever com a Nação. S. Exa., depois de ouvir-me, disse que precisava pensar e prometeu-me uma decisão, que ontem me foi transmitida de modo negativo.

"Eis aí, srs. senadores, o relato que eu considerei de meu dever fazer a esta Casa, como complemento indispensável da atitude que assumi. A minha renúncia à vice-presidência da República importaria, evidentemente, na renúncia automática às funções de presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal. Mas não é só por isso que resolvi fazer-vos esta comunicação. É também pelo alto apreço e pela afetuosa estima de que vos tornastes credores, pelas atenções que me tendes dispensado através de quase quatro anos de uma convivência para mim tão honrosa quanto inesquecível. Político de origem popular, a minha passagem pela presidência deste órgão do Poder Legislativo do meu país, representa a emoção de minha vida.

"A Constituição da República, num de seus mais sábios dispositivos, confere ao Senado uma situação privilegiada no mecanismo do regime. Como representantes dos Estados, sois os membros que compõem o corpo e dão vida à Federação. Sois, portanto, dentro da estrutura jurídica do sistema constitucional e da democracia, os esteios e os guardiães da unidade nacional. Numa hora em que esta unidade periclita, as vossas responsabilidades crescem mais do que nunca. Se é verdade que pertenceis a um poder desprovido de forças materiais, não menos certo é que tendes sob o vosso encargo as armas da lei, sem as quais nenhuma nação pode sobreviver dentro dos padrões da democracia e da civilização. Eis porque, ainda quando outras razões me faltassem, eu não poderia manter-vos no desconhecimento das gestões que acabo de promover, com o espírito voltado exclusivamente para os anseios da paz e união que neste momento sacodem a alma nacional.

"Era o que eu tinha a comunicar-vos, srs. senadores".

Alzira Vargas estava no Palácio do Catete quando o senador Sá Tinoco procurou-a, entregando-lhe umas folhas mimeografadas: "Isto é o discurso que o Café está pronunciando agora no Senado. Havia um exemplar destes diante da cadeira de cada senador."

Alzira dirigiu-se ao gabinete de seu pai. Vargas despachava com o ministro da Justiça.

Leram, simultaneamente, o discurso de Café Filho. Ao acabarem, Vargas recebeu o deputado Capanema que havia chegado. Volta-se para ele e para o ministro da Justiça: "Mas o vice-presidente disse a mim, há dois dias, que hipotecava sua solidariedade, ratificando o seu apoio. E faz um discurso desses, em que ele pretende pedir a minha renúncia, sem me ouvir."

Tancredo Neves reclama uma providência urgente da parte de Vargas: "Mas o senhor tem de preparar uma resposta de hoje para amanhã ou senão hoje mesmo: se o senhor vai aceitar ou não um apelo para a renúncia abrupta."

O presidente respondeu: "Eu não posso aceitar este apelo, porque isto me coloca diante de um fato consumado. Não dão o direito de opção. Eu já mostrei mais de uma vez que não tenho apego ao cargo. Mas não posso sair do governo enxovalhado com essa pecha de condescendência com o roubo e o homicídio. Tenho de ficar enquanto for necessário, para defender o meu nome."

* * *

O dia 23 de agosto amanheceu ameaçador. Não havia mais nenhuma notícia que merecesse crédito porque todas elas inchavam-se em boatos disformes. Pregava-se a renúncia de Vargas como uma necessidade inadiável. Falava-se na reação, na descida da Vila Militar, fiel ao presidente, para dominar os focos de conspiração.

O líder da UDN, deputado Afonso Arinos, retrata o ambiente de inquietação e conta que, de madrugada, em companhia de seus colegas Bilac Pinto e Mário Martins e de seu filho Afonso, foi à casa do brigadeiro Eduardo Gomes, à cata de informes seguros.

A Câmara dos Deputados, que servira de caixa de ressonância durante a crise, na tarde de 23, ainda era palco de pronunciamentos. Afonso Arinos discursou, reafirmando o ponto de vista da oposição e a solução que preconizava. Lembrou o episódio ocorrido com o presidente francês Jules Grévy, que se defrontou com grave crise política: "No momento em que ficou absolutamente certo, irrespondivelmente provado que a intimidade de sua casa, através da ação deletéria de familiares seus, tinha transformado o Palácio do Eliseu num antro de vergonhosa negociata — o assunto emocionou a nação e o genro do presidente, Wilson, foi denunciado e indicado como corrupto e corruptor. As provas recolhidas no seu arquivo demonstraram o mal de corrupção que avassalava o organismo da presidência. Estabeleceu-se um debate que durou muito tempo — cerca de um mês. O país foi abalado até os fundamentos da sua resistência e até os limites da sua tranqüilidade. Vacilava o presidente em com-

preender que não era a sua posição individual que estava em jogo, mas a honra do regime e o restabelecimento da confiança no poder; que nunca, jamais se articulara a acusão de ter participado diretamente nos crimes de que eram acusados os seus familiares; em compreender que a crise precisava ter fim e que esse fim só chegaria com o restabelecimento da confiança no Poder Executivo, através da sua própria renúncia. Foi assim, sr. presidente, que, em novembro ou dezembro de 1887, compreendendo, afinal, a necessidade de restaurar a paz, reencaminhar o país na senda da dignidade e da honra, o presidente Jules Grévy mandou à Assembléia francesa a carta da sua renúncia. Assim estamos nós, neste momento, convencidos. Não foi, em qualquer dos pronunciamentos aqui verificados, o presidente da República retaliado, pessoalmente, na sua honra, ou jungido, pessoalmente, ao pelourinho das acusações. O que aqui dissemos foi que o País provavelmente não se restauraria; que não era possível a uma autoridade que chegou aos limites do abandono e da omissão a que chegou a autoridade presidencial reestruturar-se politicamente."

Estabelecia-se, na comparação, uma analogia, desde logo incriminatória da família de Vargas, como envolvida no crime da rua Toneleros. O que não era verdade e ficaria exaustivamente demonstrado no inquérito procedido no Galeão.

O líder da UDN tinha, essa noite, um convite do vice-presidente Café Filho. Era uma conversa a sós, em seu apartamento. Café formulara, em discurso no Senado, naquela tarde, seu apelo a Vargas pela dupla renúncia:

"Conversamos, debatemos e trocamos pontos de vista sobre a situação. E declaro à Casa e afirmo à Nação que, profundamente emocionado pelos acontecimentos, este homem, a cujo partido não pertenço, de cujo Estado não sou originário, este homem de quem nunca fui nem sou amigo pessoal, falou-me, com o coração nas mãos e com lágrimas nos olhos, que a sua decisão de renúncia dupla era o último serviço que, como patriota e como democrata, ele tinha pretendido prestar à República. Este é o meu depoimento."

Café Filho estava dormindo em casa de Raimundo de Brito. Ao chegar a notícia do suicídio do presidente, houve necessidade de despertá-lo com cuidado por causa das recomendações do cardiologista Aarão Benchimol.

Café Filho estava automaticamente investido nas funções presidenciais por um imperativo da Constituição.

Coube ao general Caiado de Castro fazer-lhe a comunicação oficial. Informou também que a família Vargas já tinha resolvido colocar o ataúde no Gabinete Militar, na parte térrea, e dispensava quaisquer honras oficiais.

Café Filho tomou conhecimento, pelo rádio, do bilhete deixado por Getúlio Vargas. Procurou mentalizar as palavras do presidente morto, através de uma nota oficial redigida em linguagem adequada ao momento.

Não há palavras que possam descrever a minha emoção. A notícia do gesto de desespero do presidente da República atingiu-me como um raio. Toda a Nação deve estar, como eu, profundamente traumatizada por esta tragédia sem igual em nossa história.

Jamais pensei em ter que assumir a Presidência do meu país, por força de preceito constitucional, em condições de um cunho doloroso e chocante.

O Brasil deve pôr de lado, nesta hora, quaisquer sentimentos políticos ou pessoais, para prestar ao dr. Getúlio Vargas as homenagens póstumas de que ele é credor, pelos altos e inestimáveis serviços que prestou à Pátria. S. Exa. não precisava recorrer a uma atitude tão extrema, que o País deve deplorar com a maior consternação.

Dirigindo, neste momento penoso, as primeiras palavras à Nação, faço-o com a alma suspensa. Antes de quaisquer outras manifestações de minha parte, quero desde logo assumir o compromisso de empenhar todas as forças para dar aos humildes a proteção que foi sempre a preocupação maxima do presidente Getúlio Vargas."

COM A PALAVRA JOSÉ AMÉRICO

CAPÍTULO IV

José Américo de Almeida e Osvaldo Aranha eram os últimos companheiros do movimento de outubro de 1930 que ainda estavam ao lado de Vargas na reunião ministerial de 23 de agosto de 1954.

José Américo, em entrevista à revista *O Cruzeiro*, descreve com a vivacidade de um flagrante pleno de autenticidade e de moção o trágico desfecho que previra e de cujos antecedentes participara.

"O presidente era o mesmo enigma que eu conhecera em 1930, refratário a toda confidência. Talvez ainda mais impenetrável, mais hermético, o que era próprio de sua formação avessa ao debate pessoal e de sua sobriedade de conceitos. Procurei arrancar sua impressão sobre o que se passava, galvanizando a opinião geral. E, abrindo uma brecha na reserva indecifrável, deplorou ele, num tom de revolta e amargura, como se estivesse recebendo novamente o impacto do bloco de granito da estrada de Petrópolis: 'era o pior que podia acontecer! Sobretudo neste momento!' Tinha a face arroxeada, como uma onda mortal de comoção .

"Depois, estourou a bomba. Irrompeu o escândalo do arquivo criminoso, como um cano de esgoto que se tivesse arrebentado, a expelir a podridão secreta e ameaçando infectar altas esferas que lhe eram estranhas.

"Tudo confluiu pela forma inelutável do que tem de acontecer, por uma determinação irrevogável, para a elaboração do desfecho fatal. A conspiração que evoluía, à espera de um motivo que pudesse autorizá-la (seria um contragolpe ao golpe problemático), adquiria, espetacular-

mente, por obra do acaso, essa configuração moral.

"Fiquei pasmado. E, no primeiro despacho com o presidente, falei-lhe disso.

"Custava-me permanecer no meu posto, ainda que depois dessas revelações escabrosas de violências e traficância não me tivesse faltado uma só vez o apoio necessário para poder reprimir todo aproveitamento ilícito, como a indústria das tarefas, exploração inqualificável que vinha de longe.

"Chocado, sob a pressão de apelos impacientes que estranhavam minha presença no governo, lembro-me insistentemente de meus precedentes de censor público, sempre na dianteira, e não quebrei o mutismo. Mas torturava-me o dilema inexorável: um imperativo de dignidade antiga aconselhava-me a fugir, a esquivar-me desse ambiente malvisto, a preservar meu nome, enquanto outro sentimento do dever dizia-me que muito mais feio que ficar seria desertar, em plena crise, sem noção das responsabilidades, podendo, desse modo, praticar, além de uma injustiça, um ato de deslealdade e fraqueza. O código de honra tem dessas contradições.

"Nessa ocasião, encontrei o presidente 'siderado', como diria Osvaldo Aranha. Deixando descair o queixo, seu único sinal de depressão: não disfarçava o estado de alma de um homem desesperado. Tinha ele que reconhecer o erro da composição da guarda que acabara defendendo-lhe a vida em trincheiras de lama.

"Surgiam imputações. Mas o que estava podre não era somente esse instrumento inconsciente. Era uma sociedade a decompor-se, a acamar-se com o outro, com o pântano, como um sistema alarmante de dissolução moral. Profissionais da fraude e cúpidos figurões cevavam-se nessas facilidades inconfessáveis, formando uma cortina de fumaça para as operações clandestinas, como cobertura da impunidade.

"Pecara o presidente pelo excesso de confiança nas pessoas que o serviam e — o que sempre lhe notei — por falta de curiosidade do debate. Se do outro mundo recorda passagens do nosso último convívio, estará agradecendo a impertinência pontual de meus avisos para que se livrasse de colaboradores suspeitos.

"Tornava a absorvê-lo, com testemunhos indubitáveis, Lourival Fontes, chefe da sua Casa Civil, e justificava seu desconhecimento dos crimes de Gregório Fortunato: 'Trinta anos de serviços criaram uma confiança que degenerou nesse abuso de confiança.'

"E, assim eu ia aplacando os meus conflitos, a consciência inquieta, até que se abrisse a porta larga. Era amigo do presidente e compreendia sua tragédia. Uma tragédia surda, sem impulsos, sem explosões, desconhecendo altivamente a sensação do perigo, mas entremostrando uma angústia devastadora diante dos escândalos revelados. Convicto de sua ino-

cência, jurando pela sua inocência, não dei o exemplo da fuga, à beira do precipício. Na hora insegura, gostaria de estar fora, mas minha natureza sensível e minha obrigação moral prendiam-me a seu lado. Fora ficando até o momento crucial, que poderia devorar-me. Agora, diante dessas barreiras, só me restava agir com lealdade e bom senso, com patriotismo e coragem, podendo ter, afinal, ao contato dos acontecimentos, um papel que me resgatasse os erros porventura cometidos.

"Já encontrei a postos dois ministros: Edgard Santos, da Educação, e Hugo Faria, do Trabalho, ambos ignorando, como eu, o motivo da convocação. O primeiro sabia, apenas por ter ouvido ao entrar, que era um movimento da Vila Militar, o que tomei no sentido de 'levante', sem fazer comentários.

"Apareceu depois Mário Pinotti, titular da Saúde, com quem passei a conversar sobre os pontos de seu programa, que mais me interessavam: uma campanha maciça para a erradicação da bouba no brejo paraibano e o plano de disseminação de postos de higiene por todas as localidades desprovidas de assistência médica.

"Nisto, fomos chamados ao salão dos despachos, onde penetramos justamente no momento em que vinha chegando do outro lado o presidente Getúlio Vargas, acompanhado dos demais ministros, menos o das Relações Exteriores, Vicente Rao, que estava ausente.

"Ocupamos nossos lugares, marcados por pastas com a indicação dos Ministérios, tendo também tomado assento o marechal Mascarenhas de Morais, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

"Embora um pouco mais magro, o presidente estava em forma, no seu natural, sem nenhuma lividez, nem a menor alteração no semblante ou na voz que refletisse um distúrbio interior. Dir-se-ia um despacho coletivo de rotina, sem qualquer encenação, só com a diferença que, pouco a pouco, foi a mesa rodeada por pessoas estranhas.

"Dada a palavra primeiro aos ministros militares, a começar pelo da Guerra, para exporem a situação de seus setores em face da crise, evidenciou-se logo não haver salvação possível. O general Zenóbio da Costa confessou sem rodeios que um fato novo viera modificar a posição do Exército em relação ao governo: dos 80 generais que serviam no Rio, nada menos de 35 já haviam assinado um manifesto de apoio aos brigadeiros virtualmente sublevados. No seu modo de falar, cortando as frases, aos jatos, com um vigor impressionante, reconhecia a gravidade do momento, mas dispunha-se a reagir, se assim fosse decidido. Ressalvando, porém, futuras responsabilidades, advertia com expressiva insistência: 'Mas haverá derramamento de sangue, muito sangue.' Era um bravo que se curvara à realidade das coisas. Não mantinha nenhuma ilusão quanto às conseqüências da ofensiva.

"Só o Exército permanecera fiel. E agora dividia-se, traduzindo a men-

talidade hostil do Clube Militar, marcada por uma reunião tempestuosa.

"O presidente estava impassível e impassível ficou, como se nada tivesse ouvido.

"O almirante Renato Guilhobel já não podia ter voz ativa, dada a linha adotada pelos seus camaradas da Marinha. Tinha um ar discreto de vencido que vinha, lealmente, confirmar a derrota. E foi positivo: 'A Marinha não pensa em levantar-se nem em depor o presidente, mas já se manifestou ao lado da Aeronáutica.'

"O brigadeiro Epaminondas Santos, apesar de sua dedicação, não ocultou, por igual, a impotência, em que se achava, em vista da unanimidade dominante em sua Arma de oposição ao governo, de arcar com o compromisso de resistência e de luta.

"E todos ainda revelaram que muitos dos oficiais superiores que não tinham subscrito documentos participavam da mesma orientação.

"Que fazer? Baqueavam as últimas esperanças, anuladas pela profundidade do movimento. Era uma situação liquidada, dependente, apenas, da ação, pronta a desencadear-se no caso de provocação. A ruptura das Forças Armadas com o governo num país de povo inerme representava sua condenação irremissível.

"E o presidente não deblaterou, não perdeu a serenidade, não teve uma palavra de recriminação ou de estranheza. Era o seu temperamento e, sobretudo, a disciplina dos instintos. Observei-o, lentamente, por estar à minha frente, na outra cabeceira, interessado em colher a impressão produzida por essas declarações atordoantes. E não havia a mais leve sombra de reação. Conservava o rosto imóvel, sem mostra de decepção, como se tudo corresse na medida dos seus cálculos. Tinha esse privilégio de, em qualquer circunstância, manter a mesma compostura.

"Passaram, então, a ser ouvidos os ministros civis, na ordem das colocações.

"O ministro Tancredo Neves afeiçoara-se de tal forma ao presidente que se tornara ultimamente, com justiça, confidente de seu pensamento político. E as horas de adversidade tinham, cada vez mais, aprofundado esses sentimentos. Expressou-se com vivacidade e destemor, salientando esse devotamento pessoal e exaltando as qualidades e a obra do chefe que sucumbia, estoicamente, num círculo de ferro, tentou levantar os ânimos com veemência e emoção, concitando os militares a uma atitude belicosa. Prontificou-se, enfim, a cumprir ordens.

"Seguiram-se os ministros Mário Pinotti e Edgard Santos com as mesmas afirmações de fidelidade política e de convicção democrática. Estavam, igualmente, pelo que o presidente resolvesse, considerando um ponto de honra a aceitação dos mesmos percalços, quando a situação perigava.

"E chegou a minha vez. Colhido de surpresa, minha reação poderia ter

sido puramente instintiva: mas já tinha a mente preparada para, se dependesse de mim, encarar com realismo o colapso iminente. Dera, antes, uns passos para ver se o presidente encontraria uma saída, sem detrimento de sua autoridade e sem risco de vida, em vez da atitude extrema ditada por seu temperamento. Fora ao Catete, numa segunda-feira, fora do meu despacho, o que era raro, sugerir-lhe a conveniência de se licenciar, dando assim uma prova de isenção, até que se esclarecesse o crime e fossem punidos os culpados. O que mais eu visava, entretanto, era poupá-lo dos vexames que lhe seriam impostos, quando já lhe faltava o controle do governo, de braços cruzados, diante das hostilidades que o golpeavam.

"Não poderei dizer que ele aceitou a idéia. Também não reagiu. Quando lhe ponderei ser tal a desordem que, vendo as coisas de fora, talvez se decidisse a não mais voltar ao poder, não se incomodou. Transparecia-lhe, ao contrário, na expressão mais aberta, uma aura de desafogo. E, quando lhe repeti, que, enjoado da vida pública, desesperançado de vê-la melhorar, só sentia o desejo de evasão, pareceu dessa vez que concordava, deixando escapulir, com um acento melancólico, que também já pensara nisso. Mas, logo depois, volveu a vigorosa obstinação de conservar o poder, dignificando o mandato que recebia do povo.

"Tornei a refletir. A exposição dos ministros militares não deixara nenhuma dúvida sobre a insegurança do governo e diluía-se a autoridade suprema, de transigência em transigência, para atestar a imparcialidade, até o estado de anarquia. Seria bonito lutar, mas patenteava-se a inutilidade da luta. E havia o lado moral que, no entanto, não ajudava a causa. Só restava essa perspectiva, com as três Armas unidas, voltadas contra o poder constituído. Diante dessa corrente irresistível do ímpeto de força material, volatizavam-se os princípios. E a resistência teria como conseqüência o que mais me aterrava: o horror da revolução, a calamidade da guerra civil.

"Seria a ruína total, o desastre irreparável, num país esgotado, sem consistência democrática, em condições de não poder suportar tamanho abalo. Inspirava-me a experiência de nossas transformações políticas sem sangue derramado.

"Chegando a minha vez, só me cumpria ser franco e objetivo. Comecei dizendo que, em vista da crise insuperável que estávamos defrontando, o nosso pronunciamento não deveria pairar num plano vago, tinha que ser conclusivo e terminante. Frisei que sem paz não haveria governo; falharia sua função essencial, porque todas as reservas destinadas a uma ação criadora seriam devoradas pelo incêndio. E, escudado no testemunho dos detentores das pastas militares, apelei para o desprendimento do presidente, exortando-o a que afugentasse com grande gesto os espectros que nos rondavam, sombrios e ameaçadores.

"Conhecia o homem que tinha à minha frente. Bater-se-ia como um

leão se fosse coagido ou humilhado, mas, voluntariamente, com a cobertura moral de seus ministros, seria capaz de dar uma solução pacífica às dificuldades que nos assediavam, numa hora incerta do mundo. E acabei admitindo, expressamente, a renúncia que deveria ser acompanhada de um manifesto à Nação, expondo os seus motivos.

"O ministro Apolônio Sales, que eu julgava um tímido, não deu parte de fraco. Expôs o pensamento viril com o seu timbre de voz sem nenhum nervosismo, opinando, como os outros, que a decisão final caberia ao presidente, com quem estaria até o fim. E o ministro Hugo de Faria enunciou, por seu turno, essa disposição, com serenidade e firmeza.

"Só faltava o ministro Osvaldo Aranha, misto de sensibilidade e de bravura romântica, suscetível de todas as paixões, como de todos os sonhos e de todas as renúncias. Refluíam-lhe na alma revolta as afinidades gaúchas que eu supunha adormecidas em duas vidas cortadas de bruscas separações e reconciliações emocionais. Pôs-se ao lado do companheiro em perigo, do velho lutador de suas lutas, com uma revelação que só depois compreendi: o apelo à resistência pessoal. O pacto de morte para que os dois se imolassem, lutando de armas na mão contra a invasão do inimigo. Mas, trabalhando por outras emoções, não chegou a repudiar a idéia mais humana da renúncia.

"O ministro Tancredo Neves teve aí a lembrança de submeter o caso ao Congresso e ouvir os governadores, o que foi impugnado por ausência de base constitucional e tendo em conta a precipitação dos acontecimentos. O que ele colimava, certamente, era apenas tomar tempo, procurando, em desespero de causa, outras medidas salvadoras.

"Já ninguém se entendia. Nessa altura, o presidente, sublinhando uma expressão que eu usara ao expor meu modo de ver, recomendou que os pronunciamentos fossem conclusivos. Reclamava uma definição que pudesse habilitá-lo a tomar uma resolução que representasse, em suma, o pensamento do Ministério, desejando, talvez, libertar-se do compromisso fatal. Já delatava certa impaciência, olhando para o alto, como se estivesse acompanhando a espiral do charuto infalível que, nesse instante. lhe faltava com sua inspiração.

"Fui, mais uma vez, afirmativo. Com uma voz leal e sincera, reiterei um ponto de vista. Tinham gorado os planos de resistência. Qualquer ato de indisciplina seria tocar fogo no estopim. Interpretei o fenômeno como uma contingência de nossa debilidade democrática. O governo chegara ao extremo de abrir mão de suas prerrogativas, perdendo a possibilidade de recuperar a posição. Já esquecia tudo para olhar somente a Pátria, a pique de ser lançada no caos. E dominava-me, ao mesmo tempo, a ânsia íntima de livrar a vida de um amigo. E a renúncia seria a bem dele, de sua paz de espírito, dos anos que lhe restavam de uma existência fatigada de conquistas.

"O general Zenóbio da Costa reproduziu os seus propósitos de impor a disciplina. Se recebesse ordens, prenderia os generais e poria a tropa na rua, mas – não se cansou de repisar – seria derramamento de sangue.

"E eis que D. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente, aproximou-se da mesa e, postando-se a seu lado, tomou a palavra. Sem levantar a voz, sem ênfase, sem nenhuma pose teatral, transfigurou a cena.

"Houve um frêmito na sala. Com a entonação resoluta e uma energia singular, dirigia-se ao ministro da Guerra, a encorajá-lo, como que o intimando a uma ação imediata que resguardasse a integridade democrática. Achava que o movimento era de gabinete, de generais, sem tropa, podendo assim ser facilmente sufocado.

"E, surpreso, o general Zenóbio replicou: 'Estou disposto a agir. Agirei; só fiz ver as conseqüências.'

"Manuel Vargas, também filho do presidente, secretário do governo do Rio Grande do Sul, assegurou, formulando o mesmo apelo, que seu Estado apoiaria a legalidade. Era a solidariedade do sacrifício nos estertores da crise. O sangue que falava. Ainda interveio o deputado Danton Coelho, num assomo combativo, com incentivo à reação.

"E compôs-se outro quadro, aumentando a tensão, na iminência de um choque. Chegou-se o general Caiado de Castro, por trás do ministro da Marinha, inflamado na sua fé, na intangibilidade do regime. Assinalou como seria desastroso mais esse precedente contra o mecanismo constitucional do País. E, antes que terminasse, deu-lhe o ministro da Guerra uma resposta surpreendente. Ofereceu-lhe um comando para a organização da resistência, que foi logo aceito. Estavam as coisas nesse pé quando o governador Amaral Peixoto propôs a liderança como solução conciliatória.

"Fui o primeiro a secundar a sugestão que suscitou ligeiro debate.

"E, com a mesma aparência calma, o ar tranqüilo, a fala mansa, encerrou o presidente a reunião, com estas palavras incisivas: 'Como não chegaram a nenhuma decisão, declaro que aceito a licença. Mas se vierem a depor-me, encontrarão meu cadáver.' Horrorizava-o a idéia de um fim de triunfal carreira mofino e humilhante. Preferia selar com sangue a derrota. O plano da aventura extrema contra todas as forças, todas as armas, de bater-se sozinho, vinha de outros episódios. Dito isso, retirou-se, sem se despedir, sem mais uma palavra.

"Tinha, então, o passo firme, mas a testa franzida, a fisionomia quase carregada. Era só decisão. Parecia resignado à fórmula incruenta, conformado com o alvitre pacificador. Mas, premeditava o ato heróico se fossem desfeiteá-lo. Receberia a bala qualquer intimação para deixar o governo. E já tinha guardado o documento dessa determinação da fibra indômita.

"Finda a reunião, formaram-se grupos, comentando os fatos, com uma visível sensação de alívio. Achava-me à porta, numa sala fechada, com Amaral Peixoto e Osvaldo Aranha, quando me ocorreu advertir: E o ministro da Guerra? Saiu irritado, disposto à ação. Mandem chamá-lo. Osvaldo Aranha providenciou, sem perda de tempo, dominado pelo mesmo cuidado.

"Já foi encontrado descendo a escada para cumprir a palavra dada de atuar com energia. Ia nessa disposição.

"Ao voltar, fiz-lhe esta justa confissão: O senhor foi correto até aqui. Tive ocasião de dizer ao presidente que, se não fora sua presença no Ministério da Guerra, teria sido ele deposto desde o segundo dia da crise.

"Numa troca de impressões com o marechal Mascarenhas de Morais, tive a fortuna de merecer uma referência abonadora de minha conduta na reunião. 'O senhor foi objetivo.'

"O licenciamento proposto não sofreria objeções se houvesse da parte de todos discernimento do seu alcance. Por isso pedi a Osvaldo Aranha que, logo cedo, procurasse o brigadeiro Eduardo Gomes, com quem sempre se comunicava, para explicar-lhe as vantagens dessa fórmula: não provocaria reações nem comoção popular e seria uma ressalva para os chefes militares, por não violentar a Constituição.

"E comprometi-me a falar sobre o assunto com o general Juarez Távora, que estivera comigo, três dias antes, no Ministério da Viação, para tratar da construção de um açude, mas ventilando, de passagem, a questão político-militar.

"Enquanto isso, Tancredo Neves redigia a nota da reunião. Tudo havia serenado, mas eu andava preocupado. No meu coração intranqüilo acumulavam-se presságios por essa sensibilidade muito minha, das nuvens que se aproximavam.

"Tocado por tantos pressentimentos, despertei a índole cordial de Osvaldo Aranha: 'Acabamos de salvar o Brasil da revolução; vamos salvar agora a vida de Getúlio Vargas.'

"Já tinha ido procurá-lo em seu gabinete para um exame desse caso pessoal. 'O presidente tem muitos amigos, mas nós dois, homens de 30, temos para com ele compromissos mais íntimos. Vamos preparar uma saída menos trágica, vamos propor-lhe a vida.'

"Ele ouviu e retrucou: 'Em vez de licença, seja logo a renúncia.'

"Abracei D. Darci Vargas, minha grande amiga, única pessoa da família do presidente com quem me dava com essa cordialidade, benfeitora da Paraíba, sempre presente nas suas calamidades, abracei-a, solicitando-lhe, comovido, que, nessa adversidade, fosse o anjo da paz, ao que ela respondeu sorrindo: 'Se ele levar uma bala, quero também levar outra.'

"Voltando à casa, ao clarear o dia, saturado de emoções, não consegui dormir.

"Foram chegando alguns amigos curiosos da noitada trepidante. E eis quando, passadas algumas horas, um deles, aturdido, saltou com um grito de espanto, precipitando-se para o rádio que ainda reproduzia a notícia estarrecedora: 'O presidente Vargas acaba de suicidar-se.'

"Corri ao Catete. E por onde passava via um povo estupefato, na maior consternação,chorando o seu ídolo, o homem simples que gostava dos simples e tinha o segredo proverbial de fazer amizades.

"Atingido o Palácio, rompi a onda, vendo máscaras convulsivas e ouvindo exclamações de desespero. Filhos do Sul, afeitos às lutas mortais, em espasmos de sensibilidades trituradas, não continham o pranto. Nunca vi tanta lágrima. O quanto pode um ser humano sofrer sofria essa gente amargurada, numa dor sufocada ou rebentando em soluços que explodiam como urros de maldição. E lá fora as multidões inconsoláveis esperavam a visitação – a hora funesta dos desmaios coletivos, de corações que não resistiam à brutalidade do choque.

"Entrei no quarto. Lá estava ele estendido, muito pequeno, na plenitude de suas energias, com o peito varado. Não agüentei. Saí por não agüentar.

"Perguntei a Osvaldo Aranha, três vezes, as causas do desenlace, sustentando: 'Mas houve um motivo novo. Ele não ia suicidar-se.' O documento que aparecia era para a resistência.

"Fora a solução shakesperiana do homem que, desamparado, despojado de seus títulos, ao despertar, no ambiente matinal que é um convite à vida nova, via fugirem todas as suas razões de ser, ao impacto das últimas impressões que lhe eram ministradas. E, então, só distinguiu o vácuo que o devorou com uma atração de abismo.

"Ferira-se no coração, no grande coração de amigo que o matara. Não tendo a quem enfrentar, enfrentou a morte. Deu grandeza ao epílogo."

CAFÉ FILHO – PRESIDENTE

CAPITULO V

Café Filho assumiu o poder na manhã mesma do suícidio de Vargas, a 24 de agosto de 1954. Instalou-se, imediatamente, no Palácio das Laranjeiras, onde começou a exercer suas funções de chefe do Executivo.

Assumindo o governo naquele momento em que se entrechocavam paixões políticas, Café Filho teve de enfrentar uma tarefa bastante difícil. Não tinha, sobretudo, uma base parlamentar suficiente para ampará-lo no desempenho das novas funções.

Para elegê-lo, o PSP formara uma aliança de partidos. Mas essa aliança se rompera com o evoluir da crise política que culminara a 24 de agosto. O PSP não tinha uma grande representação no Congresso, por isso, sozinho, não poderia dar ao novo presidente o apoio que necessitava.

Adhemar de Barros, presidente do PSP, decide liberá-lo de qualquer compromisso partidário, na esperança de assim lhe facilitar a tarefa de composição do novo governo.

A herança que Café Filho recebia de Getúlio Vargas era bastante pesada. O novo presidente encontrava-se entre duas forças: de um lado, a pressão do antigetulismo, sediado entre as elites e na classe média, de outro, o ressentimento das camadas populares, a dos *humildes* de Getúlio Vargas, que funcionavam então, mais do que nunca, sob o estímulo do mito getuliano. Não era fácil organizar um Ministério naquela altura, quando as paixões ainda estavam muito vivas. Contrariando suas raizes

populistas, Café Filho escolheu um gabinete nitidamente conservador. Foram muitas as críticas que recebeu e ainda recebe até hoje. Embora tivesse declarado ter obedecido ao critério de atender às diversas correntes políticas e às diferentes regiões do País, visando a harmonia e a ordem da Nação, foi acusado de se deixar guiar pela UDN.

Entre dez e onze horas da manhã de 24 de agosto, Café Filho iniciou os indispensáveis contatos para a formação do novo gabinete. O presidente da República precisava solidificar a sua situação política, ante a ameaça de lhe faltar uma base parlamentar, especialmente na Câmara dos Deputados. Convocando o brigadeiro Eduardo Gomes para colaborar com o seu governo, esperava contribuir para a tranqüilidade da Nação. As *démarches* tiveram rápida execução, pois, ao meio-dia, Eduardo Gomes já estava em palácio, aceitando a incumbência que lhe dava Café Filho de chefiar a pasta da Aeronáutica.

O PSD era um partido suscetibilizado. Seu presidente era Ernâni do Amaral Peixoto, genro de Vargas. Passados os primeiros momentos de emoção, após a morte de Vargas, Amaral tivera conhecimento do discurso que Café Filho pronunciara no Senado, na véspera do 24 de agosto. Em vista daquele pronunciamento, como genro e correligionário de Getúlio Vargas, não aceitaria, de forma alguma, uma reunião para conchavos políticos com Café Filho. Só iria ao encontro do presidente da República para uma entrevista oficial, como presidente do PSD. E foi isso o que Amaral disse a Benedito Valadares, quando este o procurou para aproximá-lo do novo presidente.

O discurso de Café Filho, do dia 23, fora considerado por muitos como a gota d'agua que extravasara o vaso. Com a aquiescência do brigadeiro, Café Filho explicou-lhe que cada ministro teria liberdade de ação dentro dos critérios normativos do governo.

Ante o não-entendimento com o presidente do PSD, Café aguarda a chegada de Nereu Ramos, vindo de Santa Catarina, para oferecer-lhe a pasta da Justiça.

Café Filho declarou, mais tarde, que não era essa sua intenção, substituir todos os ministros do governo de Vargas, mas que foi obrigado a compor um Ministério inteiramente novo porque muitos dos antigos auxiliares do governo anterior começaram logo a hostilizá-lo. E citou como exemplo Osvaldo Aranha, que se exonerou sem lhe dar a menor satisfação, largando a pasta da Fazenda. Do mesmo modo, Tancredo Neves e José Américo se recusaram a colaborar.

A confusão era generalizada. Os boatos tomavam corpo rapidamente. Os jornais noticiavam nomeações indicando data e hora para a posse de personagens sem que o presidente tivesse sequer pensado no nome deles.

Quando Nereu Ramos chegou do Sul, teve uma breve conversa com

Café Filho e recusou o convite, alegando entre outros argumentos o fato de não poder contar com o apoio do presidente do PSD, assim como da bancada mineira, comprometida com a eventual candidatura de Juscelino à Presidência da República. Por isso, encarava o novo governo com reservas.

Ante a recusa de Nereu, depois de ouvir amigos, Café resolveu escolher o nome de um jurista alheio à política. Ocorre-lhe então o nome do desembargador Seabra Fagundes, do Rio Grande do Norte, seu amigo particular.

Chamado ao Palácio das Laranjeiras, sem saber o motivo, foi surpreendido com o convite. Foi difícil convencê-lo a aceitar, pois Seabra Fagundes não desejava qualquer cargo público. Ele seria um ministro não-político.

Vieram as eleições de outubro de 1954, a que o novo ministro da Justiça presidiu com imparcialidade, transcorrendo num clima ainda muito tenso, devido aos acontecimentos recentes.

Em fins de janeiro de 1955, se encerravam as comemorações do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo. O ministro Seabra Fagundes é convidado a visitar oficialmente aquele Estado, onde iria presidir as solenidades.

Antes de embarcar, num dia de despacho com o presidente da República, Seabra Fagundes toca no assunto de sua viagem. Em São Paulo, certamente, seria assediado por repórteres que iriam fazer-lhe perguntas sobre a sucessão presidencial. Seabra Fagundes expõe, então, ao presidente, seu ponto de vista. O governo não devia imiscuir-se na política sucessória. Isso era tarefa dos partidos. Ao governo só cabia manter a ordem, para que a campanha eleitoral se processasse normalmente, e presidir as eleições. Não lhe cabia opinar sobre as diferentes tendências, nem os diferentes candidatos. Café Filho concorda com seu ministro. Era exatamente a sua opinião.

Efetivamente, quando o ministro da Justiça chega a São Paulo, é recebido por uma bateria de fotógrafos, repórteres, microfones e televisão. E, entre as várias perguntas que lhe fizeram, não escapou a já esperada. E Seabra expõe tranqüilamente o que deveria ser a atitude governamental ante a campanha que se iniciava.

De volta ao Rio de Janeiro, no dia 27, é com surpresa que ouve o presidente Café Filho, em uma de suas alocuções rotineiras na *Voz do Brasil*, englobar, em sua fala semanal, as idéias expostas pelos chefes militares, em um manifesto enviado ao presidente da República, a 23 de dezembro último:

"Dentro da linha de conduta que venho seguindo à frente da administração do País, e tendo em vista a conjuntura nacional, é meu dever fixar uma palavra de esclarecimento e definição da atitude do governo em

face do problema da sucessão presidencial, atualmente em pauta.

"Mais de uma vez manifestei o propósito de manter, no curso da presente campanha eleitoral, uma posição de imparcialidade. No funcionamento normal do regime democrático, há um momento por excelência que a função presidencial deve adquirir um alto sentido de magistratura: é o período em que se decide da eleição de um novo chefe de Estado.

"Por ter uma nítida compreensão desse dogma do regime, firmei a deliberação de não intervir nas demarches da sucessão, a não ser que, exatamente devido à ausência de partidarismo do governo, me seja solicitada uma colaboração elevada e patriótica, no sentido de conciliar as forças políticas e ajudá-las a remover alguma dificuldade. Não vejo hipótese em que o presidente da República possa ou deva atribuir-se tarefas que são da alçada exclusiva e da competência natural dos partidos. A única interferência admissível, no caso, seria exatamente a do magistrado eqüidistante dos choques partidários e, por isso mesmo, com autoridade para se dirigir igualmente a todas as agremiações políticas, em busca de uma fórmula capaz de corresponder não aos interesses de um grupo mas a um imperativo de salvação nacional e preservação das instituições, em horas tão sombrias como as que está vivendo o Brasil.

"Se é ingerência do presidente da República participar da escolha de seu sucessor, também é verdade que, no exemplo figurado, a sua cooperação deixa de ser um ato facultativo para se transformar no indeclinável dever cívico.

"Não poderia ser favorável ao julgamento da opinião pública a respeito de um chefe de Estado, que visse com indiferença o seu país marchar para o perigo e se mostrasse surdo às exortações para que tentasse, com o prestígio do seu posto, encaminhar as agremiações políticas para uma solução feliz.

"Foi com este sentimento que recebi, recentemente, um apelo dos chefes das Forças Armadas, responsáveis pelos altos setores de comando militar do País. Simultaneamente, com o nobre e exemplar gesto de renúncia, em que demonstram a unânime disposição de evitar que seus nomes sirvam de obstáculo à solução do problema político do momento, eles me fizeram sentir, juntamente com o firme e sincero desejo de desenlace harmonioso e tranqüilo, a sua viva preocupação com a defesa do regime, ora sob ação de poderosas forças dissociadoras, no campo interno e externo.

"Esse apelo consta de um documento que me foi dirigido e cujo texto, para conhecimento da Nação, passo a ler neste instante. O texto é o seguinte:

'23 de dezembro de 1954.

'Exmo. sr. presidente Café Filho.

'Profundamente preocupados com os perigos que certamente advirão

em meio à grave crise econômico-social que atravessa o País, de uma campanha eleitoral violenta, os chefes militares das três forças armadas, mais diretamente responsáveis, perante V. Exa. pela preservação da ordem e tranqüilidade públicas, elevados pelo fato de que, em todos os momentos de crise nacional, a elas, sistematicamente, se têm dirigido os anseios populares para as soluções capitais, sentem-se no dever moral de encarecer junto a V. Exa. a necessidade de um apelo do governo da República a todas as forças políticas nacionais em favor de um movimento altruístico de recomposição patriótica, que permita a solução do problema da sucessão presidencial, em nível de compreensão, em espírito de colaboração partidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional.

'E, ao fazê-lo, querem, outrossim, declarar que não os move qualquer desejo de ver aceita a candidatura de um militar, apressando-se aqueles mais apontados, em comentários da imprensa, como possíveis candidatos e que também assinam este documento, a afirmar perante V. Exa. que não se consideram como tais e nem encararão como conveniente o lançamento de suas candidaturas nas circunstâncias atuais.

'Esperam, assim, os chefes militares signatários desta, que um apelo sincero, feito pelo mais alto magistrado da Nação, encontre eco em nossas elites políticas, as quais certamente não faltarão ao dever que ora se lhes impõe, de conduzir democraticamente, em ordem e harmonia, a evolução da delicada conjuntura política que atravessa o País, permitindo que ingresse este, numa fase de recuperação e de progresso.

'a) Edmundo Jordão Amorim do Vale; general Henrique Teixeira Lott; brigadeiro Eduardo Gomes; marechal J. B. Mascarenhas de Morais; general Canrobert P. da Costa; general Álvaro Fiúza de Castro; almirante de esquadra Saladino Coelho; tenente-brigadeiro Gervázio Duncan de Lima Rodrigues; general Juarez Távora.'

"Eis aí, com a sobriedade de um estilo objetivo e simples, a palavra dos mais eminentes responsáveis pela ordem e tranqüilidade do País, bem como pela sobrevivência das instituições democráticas. Não é a manifestação de qualquer sentimento de facção ou de personalismo. Bem ao contrário. É a linguagem da desambição e a advertência do patriotismo.

"Os homens que tem a incumbência de zelar pela paz da família brasileira, pela sustentação do regime – são eles, precisamente eles, com o conhecimento que têm da realidade, que tomam a iniciativa de mostrar a imperiosa necessidade de um desarmamento geral dos espíritos, para conjurar as ameaças que se acumulam nos horizontes.

"A renúncia prévia de quaisquer aspirações pessoais lhes confere indiscutível autoridade moral e marca-lhes o gesto, verdadeiramente digno de admiração e respeito, com o colorido da grandeza, que dignifica a vida pública do País e o espírito de suas Forças Armadas.

"De nada se poderá argüir os autores de um documento como este, inspirado nos mais puros sentimentos de vigilância patriótica. Eles não praticam uma interferência indébita, pois seria absurdo negar as responsabilidades dos chefes militares na manutenção da ordem e do regime. Estranhável seria exatamente o contrário, isto é, se eles se mostrassem ausentes em assunto de tanta relevância e negligentes no cumprimento de seus deveres. Então sim, poderiam ser, um dia, acusados de haver descurado as obrigações precípuas do seu civismo e deixado de prevenir oportunamente a Nação dos perigos que a envolvem.

"Meditem os brasileiros no teor do documento que acabo de revelar-lhes. Os chefes das Forças Armadas nada querem para si. Nada impõem. Não são, nem têm candidatos. Apenas cumprem o seu dever, num apelo imposto pela gravidade da situação nacional. Não desejam senão evitar ao povo brasileiro dias de melhores sofrimentos. A Nação está cansada das agitações estéreis. E não seria justo arrastá-la, convalescente como está, para os riscos mortais de uma luta violenta.

"Aí está o significado do apelo dirigido pelas Forças Armadas ao presidente da República, que é o seu comandante supremo.

"Evidentemente, não me seria lícito repelir uma missão colocada em termos de tanta elevação e tão nobre patriotismo. Impossível seria negar a gravidade da situação herdada pelo atual governo, especialmente no âmbito da crise econômico-financeira sem precedentes na história do País.

"Os prenúncios de uma sucessão convulsionada surgiram desde que foi indicada, por um partido, uma candidatura, sem maiores entendimentos com as outras forças políticas. Simultaneamente, irrompem sintomas em cujo mérito não me cabe entrar mas a que muitos atribuem o propósito de restaurar a ordem de coisas encerrada tragicamente a 24 de agosto de 1954.

"São assim evidentes os sinais de uma perigosa fermentação, diante da qual o governo tem mantido uma linha de rigorosa serenidade, abstendo-se de revolver o passado e empenhando-se em abrir margem a um período de paz e recuperação.

"Estes mesmos propósitos de defender a tranqüilidade nacional e o regime democrático animaram-me a aceitar a delegação confiada pelas Forças Armadas. E uma das primeiras pessoas a quem procurei transmitir o apelo dos chefes militares em favor da união nacional foi o eminente governador de Minas, sr. Juscelino Kubitschek, candidato virtualmente lançado pelo seu partido, em plena campanha eleitoral. Fiz-lhe, então, uma longa exposição da situação do País, apresentei-lhe o texto integral do documento, em que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica recorrem à minha autoridade, do seu comandante-chefe, sugerindo a necessidade de uma intervenção democrática, junto aos partidos, com o objetivo de

encontrar para o problema da minha sucessão, uma solução patriótica sem os perigos de uma luta violenta.

"Devo declarar que nesse encontro o sr. Juscelino Kubitschek se mostrou sensível às minhas ponderações, especialmente diante do argumento de que, no apelo das Forças Armadas e na minha atuação subseqüente, nada existe de pessoal quanto a S. Exa., nem contra Minas, ou contra o Partido Social Democrático.

"Por outro lado, a idéia da união nacional não encerra senão o desejo de evitar a extrema divisão das forças políticas, dando margem a uma coligação, capaz de assegurar o ritmo normal da administração e a continuidade das instituições democráticas, num período crítico de transição, agravado pela ação dos agitadores, muitos dos quais a serviço de interesses estranhos ao Brasil.

"A nota redigida no Catete pelo governador Juscelino Kubitschek e pelo senador Bernardes Filho, logo depois daquela conferência, recebeu minha integral aprovação. Ficara estabelecido que o ilustre candidato da direção do PSD me daria, posteriormente, uma resposta, para que eu pudesse conversar com os representantes dos outros partidos, em prosseguimento da minha missão, verificando quais as forças democráticas dispostas a reunir-se para a solução do problema político, de que neste momento depende a estabilidade do regime.

"A modificação nos termos daquele comunicado redigido em minha presença deu-me a impressão de uma mudança de propósito. E a ausência da prometida resposta até este momento em que me dirijo à Nação me coloca em dúvida sobre os resultados dos meus esforços e do apelo das Forças Armadas, pelo menos junto ao ilustre candidato pessedista. Receio assim que possam avolumar-se as perspectivas de que o Brasil caminhe para uma luta política de conseqüências imprevisíveis, pela intransigência e paixão de alguns, pela incompreensão e exaltação de outros, de par com a existência de focos de separação agravados pela hipótese do restabelecimento da situação que as Forças Armadas fizeram ruir em 24 de agosto.

"Não tenho, como presidente da República, o direito de tomar partido diante do problema eleitoral. Sem me deixar dominar pela paixão política e sem fazer nenhuma restrição pessoal a quem quer que pretenda ser o meu sucessor, cabe-me o dever patriótico de advertir a Nação dos perigos iminentes a que as instituições estarão expostas, se perdurar a falta de espírito de renúncia e incompreensão da gravidade da situação brasileira.

"Se falo com esta franqueza é porque recebi dos chefes militares, com a responsabilidade dos principais setores de comando, a advertência desses perigos. Ainda é tempo de encontrar uma solução capaz de conjurá-los.

"Não tem, nem poderia o governo ter candidato. Não pretendo apre-

sentar nomes aos partidos. Não lhe interessa a origem política do seu sucessor. Por isso mesmo se sente com autoridade para encaminhar este apelo, com a consciência de quem cumpre um dever de patriotismo. É de se esperar que as forças políticas, correspondendo à exortação leal das classes armadas do País, examinem a situação com o senso da realidade. Cumpre, antes de tudo, ter em vista que o Brasil acaba de emergir de uma crise, até então, nunca vivida.

"Por outro lado, os responsáveis pelas agremiações partidárias precisam ter presente o verdadeiro quadro da situação política e administrativa num de seus aspectos fundamentais que é a distribuição de força no Parlamento. É sabido a importância decisiva das funções atribuídas no mecanismo da democracia ao Poder Legislativo. Não é possível ao Executivo realizar uma obra de governo sem dispor de suficiente base parlamentar.

"As condições difíceis e o cunho de instabilidade que assinalaram a gestão de meu antecessor provinham, em grande parte, de sua fraqueza no Congresso Nacional. O presidente da República foi eleito por um partido que não dispunha no Senado e na Câmara de uma bancada própria cujo número lhe proporcionasse o apoio de que precisava. Viu-se, assim, o chefe do Executivo em permanente insegurança política que acabou por diluir e comprometer a orientação do governo, contribuindo, sem dúvida, para o trágico desfecho de 24 de agosto.

"O fenômeno está ligado, sem dúvida, dentro do sistema de representação proporcional, ao grande número de partidos e à extrema fragmentação da política brasileira, o que se torna bem precário e relativo o cunho majoritário da agremiação que dispõe de maior bancada.

"Conheço pela própria experiência o drama de um presidente da República sem base própria no Congresso Nacional. Pertenço, como cidadão, a um partido que não pode oferecer ao governo a cooperação de que necessita no Legislativo. Somente a compreensão e o espírito público dos nobres representantes do povo brasileiro, tendo em vista a gravidade da situação e a transitoriedade de minha investidura, é que têm permitido ao Executivo enfrentar os seus difíceis encargos no curso desses cinco meses.

"A verdade é que nenhuma de nossas agremiações políticas possui, por si só, força parlamentar capaz de oferecer estabilidade política ao governo. Isto põe em evidência as dificuldades que decorrem, para o funcionamento do regime, da eleição de um presidente da República a quem falte no Congresso uma base de apoio partidário, não dependente de transações momentâneas, com todo o seu cortejo de inconveniências e perigos.

"Bem diferente seria a situação de um chefe de governo cuja eleição se fizesse com o prévio compromisso de colaboração das forças políticas.

Nestas condições, ele estaria livre da contingência de recorrer depois a combinações muitas vezes constantes de concessões e arranjos nem sempre aconselháveis. Os entendimentos anteriores às eleições teriam, de resto, a vantagem de propiciar ao candidato uma campanha com base no programa, cujo apoio interpartidário lhe asseguraria de antemão, perante a opinião pública, a confiança, para não dizer a certeza da sua execução.

"Tudo isto explica os superiores motivos que ditaram ao patriotismo de nossas Forças Armadas o apelo que, pelo meu intermédio, dirigem à Nação, especialmente às elites políticas. Para garantir, na presente conjuntura, a tranqüilidade nacional e a continuidade do funcionamento regular e eficiente das instituições democráticas, será necessário um caminho seguro, que é um entendimento elevado, capaz de conferir ao meu sucessor as condições para que possa realizar a obra de paz e recuperação, que é o dever dos homens públicos e o anseio do povo brasileiro.

"Se o atual governo vem logrando atravessar esse período difícil, isto não se deve ao esforço exclusivo de um setor partidário, mas à colaboração que, de um modo ou de outro, a administração vem recebendo de todas as forças responsáveis.

"Por isso mesmo é que, diante da gravidade da situação, me animo a transmitir este apelo a todas as forças vivas do País, especialmente a todos os partidos políticos, na esperança de que saberão encontrar nas reservas de seu civismo a fórmula capaz de afastar os perigos iminentes e proporcionar os dias melhores que a Nação tanto deseja."

O discurso era a negação do que Seabra Fagundes declarara à imprensa em São Paulo. O ministro da Justiça, pessoalmente, não era partidário do candidato do PSD, mas não concordava com a intromissão do chefe do governo na campanha eleitoral. Havendo discordância entre o presidente da República e seu ministro da Justiça, só restava a esse último afastar-se do governo.

Seu substituto na pasta foi Alexandre Marcondes Filho, cuja nomeação suscitou uma crise no governo. E mais tarde Prado Kelly veio a ocupar a pasta da Justiça.

Na pasta do Trabalho a decisão de Café recaiu em Napoleão Alencastro Guimarães. Não poderia ter sido mais oportuna a escolha, pois o novo ministro era figura da confiança de Getúlio Vargas. Café Filho, nomeando Alencastro Guimarães, obtinha um grande trunfo, pois dava uma demonstração pública de que não pretendia fazer modificações na política trabalhista.

Juarez Távora foi nomeado chefe da Casa Militar, sem saber quem o presidente colocaria no Ministério da Guerra.

Na tarde do dia 26 de agosto, o presidente teve um encontro com o general Zenóbio da Costa, ministro da Guerra ainda em exercício. Os últimos acontecimentos ainda estava em pauta. Os ânimos ainda exaltados e

o impacto sofrido por todos – família, políticos e povo – refletia nos boatos, nas confabulações, na hipersensibilidade de cada um. Por isso, não houve entendimento possível entre Café Filho e Zenóbio da Costa, que solicitou sua demissão.

Tudo servia, no momento, para provocar especulações e aumentar o nervosismo. A saída do ministro da Guerra serviu para alimentar a tensão reinante. Sua substituição teria de ser imediata, mas era preciso muito cuidado por parte do presidente, pois não se tratava de um ato de rotina, dadas as implicações políticas da questão, naquele momento.

Café Filho consultou Juarez Távora. Precisava do nome de um general que, além de ter as necessárias qualidades para o cargo, politicamente fosse um elemento neutro, não estando ligado a quaisquer correntes partidárias.

Reunidos o general Juarez Távora e os coronéis Jurandir Mamede, Rodrigo Otávio e outros oficiais, o nome indicado para ministro da Guerra foi o do general Henrique Teixeira Lott. Café Filho não o conhecia. Mandou chamá-lo e, verbalmente, nomeou-o ministro da Guerra.

Ainda estava em aberto a solução de dois ministérios – o da Fazenda e o das Relações Exteriores. Eram duas pastas que requeriam cuidado na escolha de seus ocupantes, não só pela importância que tinham em si, como pela repercussão de caráter internacional que acarretariam para c novo governo.

O suicídio de Vargas granjeara uma onda de hostilidades contra os Estados Unidos. As camadas populares haviam provocado manifestações contrárias aos americanos, atribuindo-lhes a influência na crise de agosto.

Disse Café Filho que, ao escolher Raul Fernandes para ocupar a pasta do Exterior não pensara na sua filiação partidária. Coincidência, ou não, o novo ministro, famoso constitucionalista, também vinha das fileiras da UDN.

Café Filho pensou em entregar a pasta da Fazenda a um político paulista. Teve dificuldade. Era grande o fracionamento político naquele Estado. Não conseguiu chegar a um resultado que satisfizesse a maioria. Por isso, voltou-se para outra idéia e resolveu convidar Eugênio Gudin, professor de Economia e Finanças, que não tinha filiação partidá ria.

Para o Ministério da Saúde foi nomeado o paranaense Aramis Ataíde, elemento do Diretório Nacional do PSP, escolhido, entretanto, sem qualquer influência de Adhemar de Barros.

Alceu Amoroso Lima foi o primeiro a ser convidado para o Ministério da Educação, tendo recusado. Em seguida, Café Filho volta-se para São Paulo e escolhe Cândido Mota Filho, prócer do Partido Republicano, para ocupar aquela pasta.

A escolha do Ministério da Agricultura teve o respaldo político do

PSD dissidente, de Pernambuco, e, também por amizade pessoal, Café Filho decidiu-se pelo nome de Costa Porto.

O almirante Amorim do Vale foi indicado pelo próprio almirantado para compor a pasta da Marinha.

Para a chefia da Casa Civil, Café Filho convidou seu amigo Elmano Cardim, que não aceitou. Voltou-se para o nome de Prudente de Moraes (neto) que, igualmente, declinou do convite. Sua escolha, desta vez, recaiu no udenista Monteiro de Castro, seu antigo companheiro na Câmara dos Deputados.

A indicação de Lucas Lopes para ministro da Viação partiu de Juscelino Kubitschek, mas não teve qualquer conotação política. Café nomeou um técnico. Mais tarde, Lucas Lopes é substituído por Rodrigo Otávio Jordão Ramos, por pouco tempo. Este foi sucedido, em abril de 55, pelo engenheiro Marcondes Ferraz, por indicação de Jânio Quadros.

Embora o governo que se iniciava só tivesse recebido uma declaração pública de apoio de um único partido, o PR, era notória a influência exercida pela UDN junto a Café Filho.

E essa influência se exerceu, mais uma vez, quando Carlos Lacerda indicou Alim Pedro para substituir Dulcídio Espírito Santo Cardoso na Prefeitura do Distrito Federal. Tratando-se de um engenheiro da própria Prefeitura, sem muitas ligações partidárias, foi aprovada por unanimidade sua indicação pelo Senado.

A situação econômico-financeira do País precisava ser revista. Houve cortes drásticos nas dotações para os diferentes ministérios. O esforço antiinflacionário desenvolvido pelo professor Gudin resultou no seu afastamento do Ministério da Fazenda, sendo substituído por José Maria Whitaker.

* * *

A CANDIDATURA DE JUSCELINO

Em outubro de 1954, depois de já se terem realizado e apurado as eleições do dia 3, Café Filho convida Juscelino para um encontro na Gávea Pequena.

"Nessas cinco horas de conversa devo ter falado, no máximo, uns vinte minutos. O tempo todo foi o Café quem falou, analisando a situação do Brasil, todas as possibilidades eleitorais, analisando a posição dos partidos, em suma, uma análise completa da situação. E eu pensando, sempre acompanhando com muita atenção para ver qual era o objetivo do Café. Mas ele, muito habilmente, tangenciava os problemas, sobretudo os políticos. Já naquela altura estava francamente aberto o problema da sucessão. Já não havia cerimônia. E o meu nome já era muito falado para presidente. Café discutiu até cinco horas da tarde. Ele conversou comigo sem ser muito claro."

Café Filho, por sua vez, relata a mesma conversa: "Aludi depois a gravidade dos problemas do País, sobretudo no âmbito econômico-financeiro. Podia dar-lhe o testemunho da minha experiência. Quem quer que viesse a ser o meu sucessor, precisaria de suficiente base de apoio, a fim de poder enfrentar as dificuldades inclusive de natureza política.

"Chamei-lhe a atenção para o PSD, naquela ocasião dividido, com alas divergentes em Pernambuco, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

"Juscelino não me pareceu que desse maior importância a essa observação. Pelo menos não se mostrou impressionado. Ao contrário, estava otimista e confiante.

"Não sei se via no PSD desunido um campo mais propício aos seus projetos pessoais. O que sei é que me revelou o modo de fazer prevalecer a sua candidatura.

"Disse-me que, para obter o governo de Minas Gerais, se atirara à luta à revelia do PSD. Saíra em campanha antes de qualquer decisão do partido. Este se vira obrigado a aceitá-lo. Iria fazer o mesmo para a conquista do Catete, forçando o PSD a homologar a sua candidatura como um fato consumado.

"A partir daquela nossa conversa, Juscelino antecipou-se realmente e, em breve, tornou pública a sua pretensão, muito tempo antes de qualquer definição partidária."

E prossegue Juscelino: "Deixei o Café às cinco horas, peguei o automovel e vim para o meu apartamento na Sá Ferreira. No trajeto, vim raciocinando por que todos os líderes do partido estavam-me esperando no meu apartamento, para ver qual era o resultado da conversa. E eu pensava: Agora tenho de coligir bem as minhas idéias para ver o que, na realidade, o Café quer. Rememorei, passo a passo, a nossa conversa e cheguei à conclusão: É um veto à minha candidatura!

"Ele falava muito em união nacional. A união nacional, na opinião dele, só poderia se processar em torno de um candidato militar. De modo que, quando cheguei ao meu apartamento, transmiti o que estou contando.

"A conversa foi muito fluida, mas o que posso deduzir é o seguinte: é um veto à minha candidatura. É a proposta de um movimento de união nacional em torno de um candidato militar. Mas é, antes de tudo, um movimento udenista. A UDN não quer perder a oportunidade, agora que ela assimilou o Café. Quer capitalizar isso para tomar conta do poder no Brasil."

Após as eleições de 3 de outubro, o presidente do PTB, João Goulart, derrotado como candidato a senador, se retirara para Buenos Aires. O partido ficara sob a liderança de Osvaldo Aranha, figura de grande pene-

tração em todas as áreas políticas do País.

Tancredo Neves vinha com a incumbência de dizer a Juscelino que, para resolver o problema das próximas eleições e fazer uma sucessão que teria sido do agrado de Vargas, era preciso que o PTB e o PSD se reunissem. Isso só seria obtido com um candidato forte e que tivesse coragem para enfrentar a onda de oposição que daí surgiria. Osvaldo Aranha achava que os requisitos necessários eram encontrados em Juscelino. O governador mineiro, entretanto, nao dá uma resposta a Tancredo Neves, pois precisa consultar seu partido.

Foi, então, marcada para 25 de novembro a reunião do Diretório Nacional do Partido Social Democrata. Compareceram todos os líderes estaduais do partido e, sob a presidência de Amaral Peixoto, iniciaram os trabalhos. A grande maioria dos políticos presentes mantinha-se firme em torno da candidatura de Juscelino. Mas havia as três fortes oposições: de Etelvino Lins, Nereu Ramos e Peracchi Barcelos, este representando os gaúchos. Para que o partido se sentisse à vontade para a escolha de seu candidato, Kubitschek enviara a Amaral Peixoto uma carta dando plena liberdade seus companheiros.

A oposição gaúcha surgira por causa da possível aliança do PSD com o PTB, pois havia incompatibilidade entre os dois partidos na política do Rio Grande do Sul.

Apesar das divergências, o nome do governador de Minas Gerais é o escolhido para ser apresentado, num futuro próximo, à Convenção Nacional do PSD.

Dessa maneira, é lançada a candidatura de Juscelino Kubitschek.

Na reunião, ficara assentado que deveria ser feito um entendimento imediato com os demais partidos. Cabe a Amaral Peixoto fazer essas aproximações. O apoio dos pernambucanos e dos gaúchos na Convenção Nacional dependerá do resultado das *démarches* a serem conduzidas pelo presidente do PSD. Conforme seja, passarão a articular um nome ou nomes que possam reunir em torno de si um maior número de agremiações partidárias e os submeterão à Convenção Nacional.

A repercussão da escolha oficial do nome de Juscelino Kubitschek no seio dos demais partidos foi variável. Os líderes udenistas, declarando que não opinavam, chamaram atenção para o fato da escolha não ter sido unânime. Alguns elementos de projeção do PTB reagiram de forma bastante positiva. O PR estava favorável, devendo reunir-se dentro de poucas semanas, sob a presidência do senador Bernardes Filho, para certamente apoiar aquela candidatura.

No dia 26 de novembro, Juscelino inicia sua campanha presidencial, realizando em Belo Horizonte seu primeiro comício.

Etelvino Lins declara que continuará lutando, dentro do PSD, pela tese da união nacional. Acha que a situação econômico-financeira do

País é de tal ordem que não poderá suportar, sem perigo para as instituições, uma luta política acesa entre correntes adversas. Entende que Kubitschek, através de uma firme atuação junto aos demais partidos e de atitudes nitidamente dentro dos principais princípios e propósitos que norteiam esses mesmos partidos, poderia tornar-se ainda o candidato de união nacional. Se isso não ocorrer, acrescenta Etelvino Lins, a luta será deflagrada, com imprevisíveis malefícios para a vida nacional.

No dia 30, em São Paulo, o líder udenista Prado Kelly declara: "A minha opinião pessoal sobre a candidatura do governador Juscelino Kubitschek é de que, pelas origens e pelo processo escolhido, não poderá ser aceita pela UDN, por melhores que sejam os seus propósitos e ampla a compreensão da política brasileira. É de se esperar que todos os elementos que consideram a candidatura Juscelino como a expressão de um sentimento sebastianista, quanto aos rumos da política brasileira, congreguem-se em torno de um programa que corresponda às esperanças de uma reforma, pela qual anseia a opinião brasileira. Nesta fase dos acontecimentos, há mais necessidade de traçar as bases de uma política orgânica, de solução do problema nacional, de reconhecida relevância, de afirmações de teses moralizadoras, do que o debate de nomes."

Estava iniciada a campanha e estava aberta a polêmica em torno do governador de Minas Gerais.

No fim do mês de dezembro de 1954, começam a surgir boatos sobre o aparecimento de um documento de militares vetando a candidatura Kubitschek. As conjecturas sobre o assunto ficaram um tanto perplexas, quando, no dia 29, o ministro da Guerra, general Teixeira Lott, declara na Escola de Instrução Especializada, por ocasião da solenidade de formatura, que o Exército não deve sair da órbita de suas atribuições. As suas armas poderão ser usadas contra as instituições vigentes.

Independente dessa declaração, continuam os comentários sobre a existência do tal documento dos chefes militares. Mas tudo não passa de conjecturas porque ninguém tivera acesso ao referido manifesto.

Politicamente, Minas Gerais apoiava maciçamente a candidatura de seu governador.

A 20 de janeiro, Juscelino recebe, por intermédio do senador Bernardes Filho, um convite para ir ao Palácio do Catete. Lá chegando, o presidente da República lhe expõe uma série de dificuldades que estavam afligindo o País. E, como prova do que estava dizendo, Café Filho apresenta a Kubitschek o manifesto dos chefes militares. Indagado se pretendia publicar o documento, o presidente responde que dependia das circunstâncias. Juscelino acha que já é hora de definir a sua posição. O diretório do PSD já escolhera seu nome para candidato e já convocara a Convenção Nacional para 10 de fevereiro. Por isso, afirma a Café Filho que vai concorrer às eleições presidenciais.

Artur Bernardes se oferece para redigir a nota daquele encontro.

"O objeto de minha conversa com o sr. presidente da República foi, de fato, o problema da sucessão presidencial. Foi para este fim que se realizou o nosso encontro. Examinando o panorama nacional em todos os seus aspectos, o sr. presidente da República manifestou-me o seu desejo, que considera o seu dever, de tudo fazer para que a campanha da sucessão se processe em terreno alto e, se possível, dentro de um pensamento de união nacional. Os propósitos revelados por S. Exa. encontraram, em princípio, o melhor acolhimento de minha parte, pois nunca foi outro o meu propósito, já várias vezes manifestado. Dessa conversa terei de dar conhecimento à direção do meu partido."

Tendo a nota ficado um pouco ambígua, os chefes do PSD chamaram atenção para o fato, pois parecia que Juscelino teria aderido à idéia do candidato único. Por isso, Kubitschek resolve modificar o documento. Telefona a Bernardes e tenta, inutilmente, falar pelo telefone com Café Filho. A nova nota é apresentada à imprensa. Há alteração apenas nas duas últimas frases:

"Os propósitos revelados por S. Exa. encontraram, em princípio, o melhor acolhimento de minha parte, pois nunca foi outro o meu propósito, já várias vezes manifestado, e que manterei integralmente no decorrer da campanha, se for homologada a minha candidatura pela convenção do meu partido."

Na noite de 27 de janeiro, estando em Belo Horizonte, sozinho em Palácio, recebe telefonema de um amigo que lhe pergunta se ouvira o discurso que Café Filho fizera na honra do Brasil. Não tendo ouvido, o governador se empenha em obter uma cópia da fala presidencial, que só lhe vem às mãos às dez horas da noite. Enquanto isso, Juscelino telefona para Álvaro Lins, redator-chefe do *Correio da Manhã* e pede-lhe para reservar um espaço de destaque em seu jornal, pois ainda naquela noite lhe daria uma entrevista de grande importância. Álvaro Lins retém o jornal por algumas horas e, na manhã seguinte, o *Correio da Manhã* publica a resposta do candidato do PSD a Café Filho:

"A propósito do trecho do discurso do sr. Café Filho em que foi posto em causa, pessoalmente, disse-nos Juscelino Kubitschek:

"Não é verdade que eu tenha ficado de dar uma nova resposta ao presidente da República. O que ficou combinado é que eu transmitiria o teor da nossa conversa ao presidente do meu partido, para que este desse uma resposta final às ponderações de Café Filho sobre a união nacional em torno de um candidato único.

"A minha resposta pessoal, esta eu a dei ao sr. Café Filho, direta e individual, no encontro para o qual me convidou, no Catete. Disse-lhe, naquela ocasião, e reafirmo agora, que não coloco o problema de minha candidatura em termos pessoais, nem do meu Estado. A minha candida-

tura se encontra sob a responsabilidade dos meus amigos e partidários. É um problema de meu partido, não me cabendo retirá-la, nem sendo do meu dever recuar, quaisquer que sejam as circunstâncias. Mas se for homologada a minha candidatura na Convenção Nacional do PSD, como espero, então saberei mostrar-me digno da confiança do meu partido, aceitando a investidura e empenhando-me para torná-la vitoriosa nas urnas.

"Esta foi, em síntese, a minha resposta, como a minha atitude, no encontro com o sr. Café Filho.

"Preparei, em seguida, uma carta que enviei ontem de manhã, por portador, ao sr. Amaral Peixoto, presidente do PSD, em que exponho a minha conversa com o sr. Café Filho, entregando o assunto à deliberação do partido. Não o fiz antes porque não me fora dado prazo para tomar tal providência, nem seria admissível que o presidente da República houvesse feito um ultimato ao governo de Minas.

"O sr. Café Filho é que agora se impacientou e se precipitou, falando na ausência da prometida resposta. Faz apenas uma semana do nosso encontro e as eleições presidenciais, afinal, não se vão realizar dentro de um mês; tudo indicando que o presidente da República deveria ter aguardado a minha carta ao presidente do PSD e a resposta do PSD às suas proposições.

"Repito, também, a afirmativa de que modifiquei os termos do meu comunicado, redigido no Catete, aliás como um documento a ser assinado e divulgado por mim. Acrescentei, apenas, algumas palavras, sem alteração substancial do texto, tão-somente para exprimir melhor meu pensamento e, no período que me dizia respeito, sem tocar no outro parágrafo anterior, em que se encontrava o pensamento do presidente da República.

"Nesta hora quero reafirmar o que já proclamei uma vez: Deus poupou-me do sentimento do medo, como da arrogância e da vaidade. Quaisquer que sejam os rumos dos acontecimentos saberei ser digno das minhas responsabilidades, assumindo-as com ânimo firme e sereno, ao mesmo tempo."

Além da entrevista exclusiva, Juscelino Kubitschek, no dia 28, às quinze horas, fornece uma nota à imprensa: "Antes mesmo de um exame mais detido do discurso presidencial, quero reiterar perante o País, a afirmação de que continuo no firme propósito de honrar nossas instituições democráticas, concorrendo às eleições de 3 de outubro, se assim o entenderem o meu partido e as demais forças democráticas que me apóiam, sempre dentro do pensamento de união nacional, que nunca me abandonou e que tudo farei por realizar."

Ao cair da noite, Juscelino é aguardado no Rio de Janeiro onde deverá fazer um discurso, por ocasião da homenagem que lhe será prestada pelo PSD carioca.

Nas palavras dirigidas aos pessedistas, o governador Kubitschek declara que, diante de todo o povo brasileiro, reafirma não desejar senão a paz e a união. Não se apresenta candidato para vinganças. Nem deseja, de modo algum, ressuscitar situações que já foram parte da história. Só tem um ódio. E cita Montaigne: "Um ódio à crueldade e a algumas de suas manifestações conseqüentes: a calúnia, a intransigência pelos defeitos alheios e o desprezo pela verdade."

E, prosseguindo, diz: "Tenta-se formar um círculo de ferro em torno de mim, para me obrigar a renunciar. E quando me convidam para, em nome da paz, abandonar o campo da luta, até agora vazio, pois nem sequer escolheram quem enfrentar-me, estavam, na verdade, me forçando a não renunciar. Porque, nos termos em que foi posta a questão. renúncia, para mim, passou a significar fuga, irresponsabilidade. E, ainda, dar razão a falsidades contra mim articuladas. Não pedem uma paz política, mas uma capitulação. Querem um gesto de submissão. E este gesto eu não terei. A minha candidatura já não me pertence. A esta altura encarno uma causa, um princípio, o da vitalidade democrática. Nada mais estou fazendo senão acreditar na legalidade. A duração da minha candidatura está condicionada à duração da própria democracia no Brasil. Sou, neste momento, um homem que cumpre o seu dever."

Após o discurso do presidente Café Filho, Lucas Lopes sente-se incompatibilizado, não podendo assim continuar à frente do Ministério da Viação. Por isso, pede sua demissão. A 31 de janeiro, Café Filho nomeia seu sucessor o coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Depois dessa ocasião, o presidente Café Filho nunca mais se manifestou em relação à candidatura Juscelino Kubitschek, nem mesmo participou de qualquer entendimento nesse sentido.

Desse modo, a campanha prosseguiu regularmente até as vésperas da eleição, em 3 de outubro de 1955.

* * *

Passada a crise provocada pelo discurso do presidente Café Filho, as atenções se voltaram para a próxima convenção do PSD, a realizar-se no dia 10 de fevereiro.

Reunida a Convenção Nacional com o fim específico de homologar a candidatura de Juscelino Kubitschek ou a de outro candidato a ser apresentado, a sessão se prolongou por quatro horas agitadas. A reunião foi presidida por Ernâni do Amaral Peixoto, presidente do Partido Social Democrático.

Inicialmente, houve uma votação para se decidir se os convencionais desejavam que a homologação do nome de JK fosse por votação nominal, a descoberto, o que foi confirmado. Esse primeiro resultado já foi bastante sintomático em favor de Juscelino. Os dissidentes se manifesta-

ram por intermédio de Peracchi Barcelos, do PSD gaúcho. Ele fala em nome de seus conterrâneos e também dos catarinenses e pernambucanos. "Com Juscelino Kubitschek o PSD lutará sozinho, ou quase, correndo os riscos de derrota idêntica à sofrida há quatro anos pelo saudoso e eminente Cristiano Machado."

Sucedeu-o na tribuna Vianna de Melo que, ao terminar o seu discurso, requereu à mesa preferência para votação da indicação, já aprovada pelo Diretório Nacional do Partido, isto é, que fosse submetida à aprovação ou rejeição, antes da proposta de Peracchi Barcelos, o nome de Juscelino Kubitschek, que emanava do Diretório Central. Amaral Peixoto, como presidente da mesa diretora da convenção, decidiu promover a votação, na ordem de preferência. Aceito o nome de Juscelino, ficaria prejudicada a proposição do PSD do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. Feita a votação nominal e aberta, foram apurados 1646 votos para o nome do governador mineiro e 279 abstenções. Não houve votos contrários. Estava aprovada a candidatura Juscelino Kubitschek.

Os pessedistas dos três referidos Estados e parte da representação do Distrito Federal, em oposição, já haviam apresentado uma declaração de abstenção de voto em que enfatizavam o fato de o governador de Minas não ter um nome que trouxesse garantias de apoio a grandes forças de opinião pública. Por isso eles continuariam, sem quebra de filiação partidária, a lutar pela escolha de um brasileiro que reunissse as qualidades que julgavam indispensáveis.

No dia 12, os jornais publicam uma carta que Juscelino enviara a Amaral Peixoto e que fora lida para os presentes, durante os trabalhos convencionais. Alguns pessedistas dissidentes consideraram-na uma renúncia à sua candidatura.

"Exmo. sr. almirante Ernâni do Amaral Peixoto.

"Digno Presidente do Partido Social Democrático.

"Agradecendo a honra da escolha do meu nome para candidato à Presidência da República, quero afirmar-lhe que, deste momento em diante, a minha candidatura fica entregue à direção do meu partido, a fim de que se processe um amplo entendimento com as demais organizações políticas do nosso país, no sentido de obter-se uma base eleitoral que lhe assegure a vitória e o apoio parlamentar indispensáveis à concretização de um programa político, que é meu ponto de honra executar.

"Passarei a expor a V.Exa., suscintamente, os tópicos principais desse programa, sendo a minha intenção sobre eles manifestar-me mais extensamente ao longo da campanha que vou empreender.

"Pretendo, se eleito presidente da República, propor ao Congresso uma reforma da Constituição, com o pensamento de fortalecer as instituições democráticas, tornar ainda mais sólida e vigorosa a segurança nacional e estabelecer uma reforma da lei eleitoral, tendo como finali-

dade o aperfeiçoamento do atual sistema, de modo a abolir a violência e a corrupção produzidas no predomínio do dinheiro nas eleições.

"Procurarei dar forma mais enérgica ao lutar contra o mal da inflação, não só pelo saneamento da moeda como pela melhoria da produtividade, da produção, dentro de um regime drástico de economia e sobriedade.

"É minha intenção firme e deliberada proceder a uma profunda reforma nos serviços administrativos, a fim de facilitar, melhorar e tornar benéficas e úteis todas as intervenções do governo nas atividades públicas. Está na consciência de todos que o mau funcionamento da máquina burocrática é um dos mais graves entraves ao desenvolvimento harmônico do País.

"Sempre, sr. presidente do PSD, afirmei a V.Exa. que não sou dono da minha candidatura, mas um soldado a quem confiaram uma missão precisa. Não estou a serviço de nenhuma ambição pessoal, não me considero representante de um alto pensamento em que não comunga nosso partido, como de resto outros partidos nacionais.

"Em vista da situação do País, das suas dificuldades econômico-financeiras e dos perigos internacionais que aconselham a ordem interna e congraçamento dos brasileiros neste momento, peço a V. Exa. que proceda, desde já, a um amplo entendimento com as outras organizações partidárias, para que se possa estruturar em termos democráticos a esperada união nacional.

"Quem manteve, como eu, no governo de Minas, durante quatro anos, os propósitos mais conciliatórios, conseguindo reunir em torno do seu governo uma vigorosa coligação de partidos, se sente, nesta altura, inteiramente à vontade para declarar que está de pleno acordo com o alto, patriótico e democrático apelo das Forças Armadas, expresso no documento que S. Exa. o sr. presidente da República, Café Filho, se incumbiu de comunicar à Nação.

"Reputo necessário à minha candidatura que seja feito o encaminhamento desses entendimentos que visam, à base eleitoral, apoio parlamentar mais do que aconselhável para execução da obra do governo que pretendo realizar para o bem do nosso país.

"Reafirmando os meus mais comovidos agradecimentos e pedindo a V.Exa. que os transmita a todos os nossos companheiros, sou de V. Exa. amigo e admirador."

INSTITUIÇÃO DA CÉDULA ÚNICA

CAPÍTULO VI

A UDN estava empenhada na reforma da lei eleitoral. Seus representantes no Congresso se sucediam na tribuna, reclamando várias modificações no processo que, muitos diziam, dava origem à fraude e à corrupção. Também os três ministros militares se preocupavam com a lei em vigor.

Havia dois pontos sobre os quais incidia grande parte das críticas: a instituição da cédula oficial e a necessidade de o candidato à presidência da República obter a maioria dos votos do eleitorado do País.

O ministro Edgard Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, foi encarregado de elaborar a nova lei. Ouvindo seus pares no TSE, e também representantes de partidos políticos, como Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN, e José Maria Alkimim, do PSD, deu forma ao projeto que, submetido ao Congresso, transformou-se na Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955.

Nessa lei foi introduzido um artigo que constituía uma novidade e que fora apresentado por insistência do brigadeiro Eduardo Gomes:

"Art. 36 – Depositado o voto na urna, o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

"§ 1º – Se o eleitor se encontrar impossibilitado de utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto neste artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou permanente, seja por qualquer outro mo-

tivo, deverá ser assinalado pela mesma forma em lugar visível, de preferência no dedo mínimo da mão direita.

"§ 2º – A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desaparecerá após doze (12) horas, no mínimo.

"§ 3º – Não será admitido a votar o eleitor que, no ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata este artigo e seus parágrafos."

Os chefes militares estavam preocupados com a candidatura de Juscelino, que ganhava corpo. Eles julgavam que a eleição do governador de Minas Gerais seria um retorno à situação anterior a 24 de agosto de 1954. Por isso, mais de uma vez, procuraram o general Lott para discutir o assunto. O ministro da Guerra, além de ouvi-los, também auscultou próceres políticos do PSD e partidários da chapa Juscelino-Jango. E concluiu com o firme propósito de cumprir fielmente tudo o que a nova lei viesse a determinar. Era o aval do chefe do Exército para o pleito que se anunciava.

A Lei nº 2.550 não satisfez os apelos udenistas que não cessavam de clamar por reformas mais profundas. A pressão foi tão grande, principalmente da parte da imprensa, que o ministro Edgard Costa decidiu redigir novo projeto de lei com algumas alterações mais urgentes, entre elas a retirada do artigo 36. Levado ao Congresso, é transformado em lei, sancionada a 30 de agosto de 1955, sob o nº 2.582:

"INSTITUI A CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO

"Art. 1º – É instituída para as eleições de presidente e vice-presidente da República a cédula única de votação, de acordo com o modelo anexo, contendo os nomes dos candidatos na ordem cronológica dos respectivos registros.

"Parágrafo Único – A cédula única será impressa e distribuída pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Tribunais Regionais e, por estes, redistribuída aos juízes, que a remeterão aos presidentes das mesas receptoras em número suficiente aos eleitores de cada urna.

"Art. 2º – O disposto no artigo anterior não exclui a faculdade que têm os partidos de imprimir e distribuir cédulas do mesmo modelo para sua utilização nos termos desta lei.

"Parágrafo único – Se a Justiça Eleitoral não puder fazer chegar às mesas receptoras as cédulas por ela impressas, os partidos poderão entregar às mesas as de sua impressão, desde que o façam em quantidade suficiente para todos os eleitores.

"Art. 3º – O eleitor admitido a votar apresentará, com o seu título eleitoral, a cédula de que se houver munido, ao presidente da mesa receptora, o qual, verificando estar a cédula em ordem e não assinalada, depois de, nesse ato, rubricá-la com os mesários presentes e dar-lhe o número correspondente (séries de 1 a 9), a devolverá ao eleitor para que, no gabi-

nete indevassável, assinale em cruz, a tinta ou lápis-tinta fornecidos pela mesa, no retângulo a esse fim destinado, os nomes de seus candidatos a presidente e vice-presidente da República.

"§ 1º – A cédula de que trata esta lei constituirá a própria sobrecarta, de modo a resguardar-se o *sigilo* do voto, devendo as rubricas serem apostas na parte externa.

"§ 2º – Se o eleitor não apresentar a cédula, o presidente da mesa entregar-lhe-á a cédula distribuída pela Justiça Eleitoral, observando-se todas as cautelas previstas neste artigo.

"§ 3º – O presidente da mesa também entregará ao eleitor a cédula distribuída pela Justiça Eleitoral, caso o votante apresente cédula já assinalada ou com vícios outros que comprometam o sigilo do voto ou, ainda, que não corresponda ao modelo legal. Nesta hipótese, o presidente da mesa reterá a cédula apresentada pelo eleitor, inutilizando-a em seguida.

"§ 4º – Ao entregar ou restituir a cédula ao eleitor, o presidente da mesa receptora mostra-la-á antes aos fiscais do partido presentes ao ato, para que possam verificar se está conforme as disposições desta lei.

"Art. 4º – A rubrica da cédula em outra oportunidade que não a da entrega ou restituição da mesma ao eleitor, no ato de votar, constitui o delito previsto no item 19 do artigo 175 do Código Eleitoral.

"Parágrafo único – Qualquer que seja o meio de grafia utilizado para o assinalamento da cédula, deverá ser, quanto possível, uniforme, a fim de resguardar o sigilo do voto.

"Art. 5º – Ao depositar a cédula na urna, o votante deverá fazê-lo por maneira a mostrar a parte rubricada à mesa e aos fiscais de partido presentes.

"Art. 6º – Havendo coincidência de eleições para presidente e vice-presidente da República, com eleições para preenchimento de outros cargos, o eleitor irá ao gabinete indevassável duas vezes: a primeira para assinalar na cédula única os nomes dos candidatos de sua escolha; depois de votar com a cédula única, o eleitor receberá do presidente da mesa a sobrecarta oficial com a qual voltará ao gabinete indevassável para votar nos demais candidatos.

"Art. 7º – É revogado o artigo 36 e seus parágrafos da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955.

"Art. 8º – Os militares, removidos ou transferidos no período de seis meses anteriores ao pleito, poderão votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República, na localidade em que estiverem servindo, observado o disposto no artigo 32, parágrafo 1º da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955.

"Art. 9º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

A nova lei trazia uma grande dificuldade. O TSE teria de dispor de um

dispositivo que pudesse fornecer a todos os eleitores, do Brasil inteiro, as cédulas oficiais. E o pleito deveria realizar-se cerca de trinta dias após a data da publicação do dispositivo legal.

O PSD, partido que dispunha do maior número de diretórios já havia distribuído cédulas por todo o País. Com a modificação da lei, teria um prejuizo material considerável. Maior seria, entretanto, no sentido do resultado das eleições, pois o tempo era muito curto até mesmo para o Tribunal fazer a total distribuição, de modo a atingir os mais longínquos rincões do Brasil. O PSD resolveu enfrentar a luta e para isso se dispôs a colaborar com a Justiça Eleitoral, fornecendo transporte para aquele material. Em certos casos, além de serem transportados por via aérea, as cédulas tiveram de ser empacotadas em pesados fardos e atirados sobre as localidades de difícil acesso. Apesar de todo esse esforço, Juscelino declarou-nos: "O fato é que eu considero que perdi, nesse momento, pelo menos um milhão de votos. Mas ainda fiquei com uma maioria para ganhar. A minha vitória foi muito pequena – 450 a 453 mil votos. Ainda deu para ganhar." De qualquer forma, o PSD se empenharia na luta, pois era de seu capital interesse que fosse cumprida a lei, pois contava, naquele momento, com a garantia, com o aval do ministro da Guerra, que se comprometera a respeitá-la.

O general Lott era um ministro sem vivência política. Quando começaram a cogitar da tese da maioria absoluta ele passou a ser procurado com insistência pelos adversários de Juscelino, para que ele pressionasse o TSE, no sentido de adotar aquele princípio. Eles alegavam que Lott poderia pressionar o Tribunal da mesma maneira como procurava influir na Câmara dos Deputados para a aprovação do projeto da cédula única. O ministro da Guerra vai procurar o já então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Gallotti e pede-lhe que o auxilie nesse problema. O presidente do TSE ponderou que o ministro da Guerra poderia responder aos que lhe pediam essa pressão sobre o tribunal, explicando: "Uma coisa é, perante o Congresso, que é livre para adotar, escolher entre duas soluções uma que lhe convenha e outra coisa diferente seria pressionar um tribunal cujos membros, magistrados, estão presos a um juramento de cumprir fielmente a Constituição e as leis. Em 1950, quando da eleição de Getúlio Vargas, a mesma tese fora levantada com a finalidade de obter a não-diplomação de Getúlio, uma vez que ele não alcançara a maioria absoluta. Naquela ocasião, o Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, rejeitara a tese, pois ela estava inscrita claramente na Constituição de 91, mas não se encontrava expressa na Constituição de 46. Portanto, em 1955, seria muito difícil para o TSE adotar a tese da maioria absoluta, que ele mesmo havia repelido em 1950, por unanimidade e que fora objeto de emendas constitucionais em curso e não-aprovadas."

AS DEMAIS CANDIDATURAS

CAPÍTULO VII

As eleições de 3 de outubro de 1954 trouxeram grandes surpresas. No Rio Grande do Sul, João Goulart e Alberto Pasqualini foram derrotados como candidatos ao Senado. Esse resultado era fruto de um problema local, o desentendimento entre o PSD e o PTB gaúchos.

A eleição do terço do Senado, de governadores de alguns Estados e, principalmente, o pleito municipal dariam as bases para os candidatos que aspirassem à presidência da República, em 1955.

Em São Paulo, Jânio Quadros se elege governador apoiado no PDC e UDN, vencendo Adhemar de Barros, candidato do PSP.

Em Pernambuco, Oswaldo Cordeiro de Farias, apoiado no PSD, PDC e PL, derrota João Cleófas, candidato de uma estranha coligação, PTB e UDN. A vitória de Cordeiro de Farias muito se devia ao patrocínio de Etelvino Lins, do PSD, governador que encerrava o mandato.

Desde logo, a UDN abre fogo cerrado contra a candidatura Juscelino Kubitschek. Começam, então, os movimentos visando a reforma da lei eleitoral.

A UDN mineira pretende desmantelar a candidatura do governador de seu Estado e, para isso, aproveita a próxima eleição para presidente da Câmara dos Deputados.

A direção nacional do PSD decidira apoiar um elemento do partido, proveniente de São Paulo. Cirilo Júnior estava encarregado de coordenar as forças e indicar um candidato. Nesse ínterim, surge o nome de Gus-

tavo Capanema, do PSD mineiro. Os setores favoráveis a essa candidatura resolvem aguardar os entendimentos de Cirilo Júnior para depois decidirem. Mas a cúpula do PSD não lhe é favorável, porque Juscelino tinha um compromisso com os pessedistas de São Paulo.

A UDN entra na luta com todo o empenho de derrotar o candidato do PSD, pois considera a questão da presidência da Câmara a batalha decisiva para a sucessão. Entre os udenistas surgem duas correntes, no caso do PSD persistir na candidatura de um paulista: a) a favor do lançamento de um nome do PSD mineiro, se Gustavo Capanema não aceitar a indicação, o escolhido será Carlos Luz, e b) esta corrente, mais estruturada, está inclinada por um elemento do PTB de São Paulo. Seu objetivo é infligir uma dupla derrota ao PSD.

Se a direção do PSD pretender impor aos demais diretórios, em razão de compromisso assumido por Juscelino um nome de São Paulo, haverá luta.

O PSD paulista se reúne no final de janeiro de 1955. De início, começa a haver uma concentração em torno do nome de Carlos Luz, do PSD mineiro, pois parecia ser o candidato com maiores probabilidades de vitória, já que Capanema se recusara a disputar, por não querer cindir o partido. Mas a decisão final do PSD é o apoio à candidatura de Ranieri Mazzili. A UDN confirma sua decisão por Carlos Luz.

A bancada pessedista se reúne a 1º de fevereiro e resolve indicar o udenista Flores da Cunha para primeiro vice-presidente da Câmara.

Estranho jogo político: a UDN sustentando um candidato do PSD e este partido, por sua vez, se empenhando na eleição de um udenista.

A escolha é realizada no dia 4 de fevereiro e o vitorioso é Carlos Luz. A derrota de Ranieri Mazzilli é atribuída a uma declaração de Caiado de Castro, do PTB carioca, em que ele afirmara que a eleição do pessedista paulista poria em risco o regime. Essas palavras provocaram divisão no PSD e PTB.

Os udenistas acolheram com grande júbilo a vitória de Carlos Luz. Para eles, estavam lançadas as bases para a eleição do seu candidato à Presidência da República. O que faltava era o candidato...

O manifesto dos militares já havia sido divulgado por Café Filho no discurso do dia 27 de janeiro. No manifesto, os signatários haviam-se comprometido a não serem candidatos.

A UDN achava imprescindível, para vencer nas urnas, que a reforma do código eleitoral adotasse a tese da maioria absoluta, sem refletir sobre a viabilidade ou não, naquele momento, de uma alteração fundamental como aquela.

Em fins de janeiro de 55, já se fala num próximo lançamento da candidatura Juarez Távora. Também corriam rumores de que do Catete partia o desejo de ver lançada a candidatura Munhoz da Rocha. Numa reunião

de chefes militares, ali realizada, teriam proposto nomes que poderiam ter a mais ampla acolhida, servindo como candidato de união nacional – Eurico Dutra, Juarez Távora, Nereu Ramos e Munhoz da Rocha.

Logo após a convenção nacional do PSD, as forças antijuscelinistas tomam posição. Reúnem-se Etelvino Lins, Peracchi Barcelos, Nereu Ramos, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Artur Santos, Afonso Arinos, Carlos Lacerda, Coelho de Souza e outros líderes, para o início da Campanha de Recuperação Moral do País.

As forças juscelinistas se empenham em conquistar a adesão do PTB e do PR. Juscelino conferencia com Abilon de Souza Nades, presidente em exercício do PTB,antes de ele seguir para São Borja, ao encontro de João Goulart. Também mantém conversações com o senador Artur Bernardes, do PR. O apoio do PST já é certo.

Enquanto isto, as forças de oposição, acham que não devem lançar nenhum nome até 30 de março. Pretendem obter o apoio de Jânio Quadros. E políticos da UDN vão a São Paulo.

Inicialmente o PTB não se define. Ora o noticiário diz que Jango Goulart está em entendimento com Munhoz da Rocha, ora com Jânio Quadros. Enquanto isto, Amaral Peixoto vai procurando fazer o acordo PSD-PTB.

A candidatura Juarez Távora, inicialmente lançada pelo PDC, também custou a se definir. Era comentada desde o início do ano, mas o general se sentia constrangido pelo fato de ter assumido o compromisso de não candidatar-se ao assinar o manifesto dos chefes militares.

A UDN aprova, em convenção nacional, a candidatura Etelvino Lins. Esta tem curta duração. Se esvazia e desaparece.

Mais tarde, surge novamente a candidatura Juarez Távora, apresentada pelo PDC e, logo após, apoiada pela UDN. É sugerido o nome de Munhoz da Rocha para seu companheiro de chapa.

Nessa altura, Jânio Quadros intervém na marcha da sucessão. Manda dois emissários a Café Filho – Auro Moura Andrade e Olavo Fontoura. O governador de São Paulo também era candidato à Presidência da República, mas estava disposto a desistir, em troca de uma melhor solução política. Ele desejava melhor entendimento entre o governo federal e o paulista. Apoiaria Juarez Távora numa chapa em que o vice-presidente fosse um paulista. Moura Andrade informa que o PTN já o indicara, mas estava disposto a abrir mão em favor de Munhoz da Rocha.

Até então, Adhemar de Barros dizia não ser candidato.

Apesar do declarado, Jânio Quadros fez um acordo por escrito com Porfírio da Paz, vice-governador de São Paulo. Jânio transmitiria o cargo a Porfírio da Paz, para poder concorrer à Presidência da República. Porfírio se comprometia a entrar em exercício imediatamente.

A 3 de abril,todos os governadores e políticos que pretendessem con-

correr às eleições de 3 de outubro teriam de se desincompatibilizar.

Café Filho manda Reginaldo Fernandes a São Paulo conversar com Jânio, no dia 2 de abril. Em troca da desistência de Jânio e do seu apoio à chapa Juarez Távora/Munhoz da Rocha, Café lhe oferece algumas pastas na remodelação do Ministério. E fica assentado. Jânio faz uma declaração pública de que não é candidato e que apóia aquela chapa. Assim ele não se desincompatibilizará, Munhoz da Rocha deixa o governo do Paraná para concorrer à vice-presidência. Tudo parecia antever que tinham encontrado o tão procurado candidato de união nacional, pois formavam a seu lado a UDN, PSD dissidente, elementos do PTB, PR e PSP.

No dia seguinte ao lançamento de sua candidatura, Juarez Távora toma conhecimento dos acordos firmados entre Café Filho e Jânio Quadros. E não aceita a fórmula, pois acha que poderá ser interpretada como condição indispensável para um apoio eleitoral à sua candidatura.

E desmoronam-se as esperanças de obter um candidato de união nacional. Nessa altura, Jânio Quadros não podia ser mais candidato. A desistência de Juarez deu um aspecto de chantagem política ao acordo firmado. Café Filho, entretanto, dá a São Paulo o Ministério da Fazenda (José Maria Whitaker), o Ministério da Viação (Marcondes Ferraz) e a presidência do Banco do Brasil (Alcides Vidigal).

Com a entrada para o governo de ministros indicados por Jânio Quadros, Marcondes Filho, também paulista, não contando com o beneplácito de seu governador, pede demissão do cargo.

Mais tarde, entretanto, Juarez Távora aceita sua candidatura pelo PDC, UDN e PL, que fazem uma curta mas intensa campanha em seu favor, obtendo nas urnas 2.610.462 votos contra 3.077.411 dados a Juscelino Kubistchek.

O PSD acaba por aproximar-se do PTB, formando a chapa Juscelino-Jango Goulart. Juarez apresenta-se com Mílton Campos para a vice-presidência. Munhoz da Rocha sentindo que lhe faltava o devido apoio partidário se afastara e fora nomeado ministro da Agricultura.

Adhemar de Barros decide-se a concorrer, por seu partido, o PSP.

O quarto candidato é Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular.

O CASO MAMEDE

CAPÍTULO VIII

Dia de Todos os Santos. 1º de novembro de 1955. Naquela tarde, sob uma forte chuva, chegava ao cemitério de São Francisco Xavier, o féretro do general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e nome tantas vezes lembrado como um possível candidato à presidência da República.

Antes do ataúde baixar à sepultura, falaram, sucessivamente, o ministro da Guerra, general Teixeira Lott; o brigadeiro Gervásio Duncan, substituto de Canrobert na chefia do EMFA; o almirante Borges Fortes, pela Marinha; o major Faria Terra, pelo Clube da Aeronáutica; o almirante Otacílio Cunha, pelo Clube Naval; e Prudente de Moraes(neto). Só faltava falar o presidente do Clube Militar. Entretanto, à beira do túmulo, em vez do general Pedro Leonardo de Campos, o coronel Jurandir Bizarria Mamede toma a palavra e, em lugar de um necrológio, faz um discurso político inflamado:

"General Canrobert Pereira da Costa.

"Aqui estamos, camaradas e amigos do Clube Militar, à beira de teu túmulo recém-aberto, em romaria de saudade e de afeto para a derradeira e comovida homenagem a quem tanto devem nossa associação e nossa classe. Na presidência do Clube que, em seu quadro social, congrega toda a família militar, ninguém tanto se esforçou para cimentar mais e mais a união das três Forças Armadas, nem tão bem soube preocupar-se com os problemas mais prementes da classe cujos anseios e inquietações sempre quis fazê-los todos seus de cujo pundonor e de cuja

honra sempre se fez devotado paladino.

"A gratidão, um vivo reconhecimento e a admiração mais sincera nos trariam a todos aqui, para esta despedida sem retorno que tanto e tão fundamente nos sensibiliza o coração.

"Mas também viemos aqui – e principalmente – para responder, ante os teus despojos, à mensagem corajosa de verdade e de civismo que, em dias de agosto último, abandonando o teu leito de enfermo, dirigiste a todos nós e à toda a Nação, num último alerta contra a insensatez e o desvario das paixões desenfreadas que ameaçam de ruína os próprios destinos do País.

"Ressoam ainda em nossos ouvidos, com todo vigor de sua emoção concentrada e de uma convicção inabalável, aquelas palavras imperativas de fé: "Estejais certos, camaradas, de que nós, vossos chefes, não vos decepcionaremos."

"Aqui estamos, pois, para dizer-te, com emoção não menor, que tu não nos decepcionaste um só instante.

"Sabemos que nunca renegaste, nem renegarias jamais, os altos propósitos patrióticos como os que mais o fossem, absolutamente desinteressados e apartidários como não poderiam deixar de ser, pelos quais as Forças Armadas, tendo à frente os seus chefes em expressivo movimento de solidariedade e união, se viram forçados a um pronunciamento extralegal, sem dúvida, mas plenamente justificado pela moral e pela razão ante o imperativo das circunstâncias, a fim de vencer, como se impunha, a crise trágica de agosto de 1954.

"Vimos-te sempre fiel àquele generoso apelo em prol da união nacional, mediante o qual, em momento decisivo, os altos chefes militares se viram impelidos pelos ditames de suas consciências de cidadãos e de soldados a advertir a todos dos perigos da desunião em hora tão grave e contra a insânia suicida das intransigências partidárias ou personalistas que jamais sabem ceder de bom grado aos interesses superiores da Pátria.

"E, sobretudo, sentimos, a todos os instantes, como pulsava animosa em teu velho coração de soldado a convicção determinada de que seria necessário – e seria seguramente possível, em identidade de vistas com os chefes altamente credenciados que se encontram à testa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – preservar sempre e acima de tudo, a despeito de quaisquer forças que se conjugassem para destruí-la, a união sagrada de nossas Forças Armadas, profundamente compenetradas de seu papel histórico de fator de equilíbrio e de contenção ante o tumultuar dos interesses partidários.

"Nunca duvidamos de teu amor e respeito, tantas vezes comprovados, às instituições políticas que implantamos em nossa terra, mas que desejavas ver cada vez mais fortalecidas, através da verdade e da moralidade democráticas, contra a corrupção e a fraude, contra a arrogância e a pre-

potência, contra a hipocrisia dos oportunistas contumazes e a insídia dos extremismos totalitários, aliados todos, como tu o disseste, a se 'arrogarem o direito de oprimir a Nação e macular, à vista de todos, os verdadeiros e insofismáveis postulados da ordem democrática que fingem defender e aclamar, para, afinal, poderem anulá-los pela artimanha ou pela força'.

"Pouco importa, afinal, se hajam exibido hipocritamente escandalizados ante a justeza de tuas palavras os maiores interessados na perpetuação dessa 'mentira democrática' que tão bem conhecem e exploram e 'da pseudolegalidade imoral e corrompida' em que buscam justificativa fácil para os seus apetites de poder e de mando.

"Não será por acaso indiscutível mentira democrática, um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da Nação, uma vitória da minoria?

"Não será também por acaso pseudolegalidade patente aquela que ousa legitimar-se pela defesa intransigente de um mecanismo adrede preparado para assegurar, em toda a sua plenitude, o voto do analfabeto, proibido por lei?

"Compenetrado das pesadas responsabilidades que cabem aos altos chefes militares – sobretudo em país como o nosso, em marcha, a duras penas, para a concretização de seu ideal democrático e onde por isso mesmo a vigilância por parte daqueles chefes será indispensável, muitas vezes, para prevenir dias amargos para o povo e evitar a desordem pública e a derrocada nacional –, soubeste manter sempre, com serenidade e decisão, a posição do mais justo equilíbrio entre um partidarismo – inadmissível para teus foros de soldado – e a passividade e a omissão – de qualquer forma incompatível com teu elevado conceito do que seja a verdadeira liderança militar.

"Em verdade, soubeste ser realmente um chefe – um chefe, tal como o definiste em breve oração que veio a ser, afinal, tua derradeira mensagem de incentivo e de fé à juventude militar brasileira:

'Ser chefe é, sobretudo, ter amor às responsabilidades que da própria investidura do comando promanam. É afirmar-se sempre como vontade esclarecida e consciente e é, acima de tudo, em meio à confusão e à perplexidade, saber divisar claro e retilíneo, o caminho da honra e do dever.'

"Quis Deus, em sua sabedoria que não podemos compreender, mas contra a qual não pode prevalecer jamais a revolta das criaturas, fulminar-te agora, no apogeu de tua insigne carreira e quando de ti mais esperavam a Nação, pela qual tudo estavas pronto a dar, e os teus camaradas de farda, a quem não faltaste jamais com a tua lealdade de chefe compreensivo e amigo.

"Ficam conosco, porém, as tuas palavras e, mais ainda do que essas

palavras, o espelho imaculado de teu exemplo, como guia da nossa geração e guia também das gerações futuras.

"E esse exemplo há de multiplicar-se e frutificará."

O general Lott comenta o fato na Nota Especial de Informações nº 22, de 12 de fevereiro de 1960:

"Deveria falar também o presidente do Clube Militar, instituição de que o ilustre morto fora dirigente. Com surpresa geral, apresentou-se em seu lugar o coronel Jurandir Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra. Discursando sobre teses de natureza político-constitucional, como a da *maioria absoluta*, esse oficial, além de disvirtuar a homenagem da associação de que era o intérprete e de tecer certas considerações inoportunas e desrespeitosas à ordem legal, incidia contra expressas recomendações do sr. presidente da República quanto a pronunciamentos de militares sobre tais problemas.

"Não era possível comparar, como muitos pretenderam, a oração do coronel Mamede com a do general Canrobert, feita três meses antes, em local mais apropriado, no decurso de uma homenagem de nítido sentido político e quando o ambiente político-militar era bastante diferente. E note-se que, apesar disso, o então chefe do EMFA logo procurara o presidente da República para desautorizar a interpretação que parte da imprensa dera a sua oração."

Anos depois, Lott confirmaria sua observação, descrevendo-nos o fato: "Depois de terem falado vários oradores, lamentando o desaparecimento do general Canrobert, apareceu, então, esse oficial. Surpreendeu-me porque ele não estava na lista dos que iriam falar, o que foi para mim a primeira surpresa. Depois, o que ele disse à beira do túmulo de um amigo, nosso camarada e amigo, com a família ali presente, abordando temas políticos; era completamente desarrazoado o que ele estava fazendo. Além de tudo, a maneira pela qual ele abordava os temas era infringente dos dispositivos disciplinares. Ele estava praticando uma inconveniência, uma impropriedade, uma indisciplina. Minha primeira reação foi de intervir, mas ali estava a família de Canrobert, e o momento não era oportuno. Eu decidi, então, mais tarde resolver esse problema."

Lott mantivera uma fisionomia cada vez mais séria e mais fechada, à proporção que Mamede avançava em seu discurso.

É provável que não fossem as mesmas a expressão de Carlos Luz, a dos outros políticos e de militares ali presentes.

Cumpre ressaltar que, perguntado posteriormente se tinha aprovado o discurso do coronel Mamede, o então presidente do Clube Militar, general Pedro Leonardo de Campos, revelou ao general Lott que escrevera um discurso completamente diferente, mas que elementos da diretoria do clube julgaram-no inadequado ao momento.

Terminada a oração, o general Lott permaneceu onde estava. Carlos Luz se dirigiu ao coronel Mamede e o cumprimentou efusivamente o que foi notado pelos presentes.

Estava deflagrada a crise.

A NOVEMBRADA

CAPÍTULO IX

O dia seguinte era dia de Finados; feriado nacional. Por isso, o ministro da Guerra teve de esperar outras 24 horas. A 3 de novembro, Lott telefona ao coronel José Canavarro Pereira, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, perguntando se o presidente Café Filho havia tomado conhecimento do discurso do coronel Mamede. "Limitou-se o chefe da Casa Militar, coronel Canavarro, a informar – sem dizer sim nem não – que S. Exa. se recolheu ao hospital do IPASE com uma crise de coração, mas prometeu, posteriormente, maiores informações." Três horas depois, o referido coronel transmitia ao ministro da Guerra a notícia de que o presidente estava em estado grave, não podendo inteirar-se do assunto.

Declarou-nos o marechal Lott:

"Eu justamente tinha que falar com o presidente devido a esse fato. Eu, nessa ocasião, conhecia muito bem os regulamentos militares, mas nunca tinha tido um caso desses, em que um oficial do Exército serve uma função que está sujeita ao presidente da República, diretamente. Mas, mais tarde, verifiquei que nos nossos regulamentos, mesmos nesse caso, o ministro da Guerra tinha autoridade para punir sem necessidade de qualquer interferência de outra autoridade. Se eu soubesse disso na ocasião, talvez os fatos se tivessem passado de uma maneira bastante diferente. Não sei se para pior ou para melhor."

Não conseguindo comunicar-se com o presidente, o general Lott, no dia 4, procura o substituto na Chefia do Estado-Maior das Forças Arma-

das, o brigadeiro Gervásio Duncan. E Lott se aproxima de Ducan por causa do problema que se apresentara: o fato de Mamede estar servindo na Escola Superior de Guerra e por isso não estar submetido à jurisdição militar do ministro da Guerra. E indaga do brigadeiro se não pretendia punir o coronel Mamede. Ante a resposta negativa, "decidiu, então, o chefe do Exército oficiar ao chefe do EMFA, pedindo o retorno do coronel Mamede, fundado em preceito legal, pois que este oficial já excedera o prazo-limite de três anos para lá servir. Contestou-lhe o brigadeiro Duncan que o coronel Mamede era ainda necessário à Escola Superior de Guerra, baseado em informação de seu comandante, o almirante Ernesto de Araújo". Duncan indaga de Lott se já conversara com Eduardo Gomes. Não havia porque consultar o ministro da Aeronáutica, pois a questão não se ligava ao seu ministério. Foi a resposta do general Lott.

O coronel Mamede já servia há cinco anos na Escola Superior de Guerra. E, sendo a Escola Superior de Guerra um órgão ligado diretamente à Presidência da República, caberia ao chefe do Executivo tomar qualquer deliberação quanto à conduta do coronel. Era o que constava.

Logo após esses fatos, a 5 de novembro, o brigadeiro Neto dos Reys dá uma entrevista ao *Correio da Manhã*, dizendo que o poder Judiciário teria de se manifestar livremente sobre as eleições presidenciais. Qualquer que fosse sua decisão, teria de ser acatada pelas Forças Armadas.

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, ao contrário do brigadeiro Duncan, pune, imediatamente, o brigadeiro Neto dos Reys pela mesma falta cometida por Mamede, determinando sua prisão por dez dias.

Mas os boatos eram tantos em torno da ação das autoridades diretamente ligadas ao problema que os jornais se perdiam em comentários muitas vezes sem qualquer fundamento. Por isso mesmo, o gabinete do ministro da Guerra, no dia 5 de novembro, fornece um comunicado à imprensa:

"O vespertino desta capital Tribuna da Imprensa, em sua edição de 4 do corrente, faz, entre outras, as seguintes afirmações:

"1) De sua tenda de oxigênio no hospital do IPASE, o presidente Café Filho disse não ao general Lott, ministro da Guerra.

"2) Durante os dias de anteontem e ontem (2 e 3), o general Lott desenvolveu uma série de esforços para conseguir a punição do coronel Mamede, cuja prisão é reclamada pelos gregórios.

"3) O brigadeiro Duncan recusou-se a atender o desejo do general Lott no sentido de punir o coronel Mamede.

"4) Do seu leito no hospital do IPASE, o presidente da República fez saber, extra-oficialmente, ao general Lott que não está disposto a mandar punir nem a substituir o comandante que o ministro quer mudar em Pernambuco.

"5) O ministro Lott tentou obter o consentimento do presidente no dia de Finados, em longa conferência sobre o discurso do coronel Mamede.

"6) Uma das prováveis causas do distúrbio cardiovascular sofrido pelo presidente teria sido o aborrecimento provocado pela insistência do general Lott em obter a sua aquiescência para uma perseguição que o presidente considera iníqua e injustificável.

"No que tange à participação do ministro da Guerra nos fatos acima citados, o que se passou realmente foi o seguinte:

"1) A última vez que o ministro esteve e falou com o presidente da República foi na ocasião do despacho desta semana, na parte final da manhã de 1º do corrente (data do sepultamento do general Canrobert).

"2) No dia de Finados, o ministro da Guerra não se entendeu pessoalmente, nem pelo telefone, com qualquer autoridade civil ou militar.

"3) Na manhã de 3 do corrente, por volta das oito horas, o ministro teve um entendimento pelo telefone com o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, indagando se o sr. presidente tivera conhecimento do teor do discurso pronunciado pelo coronel Mamede na ocasião do enterramento do general Canrobert. O chefe do Gabinete respondeu que o sr. presidente tinha sido acometido de um distúrbio cardiovascular durante a madrugada do dia 3 e tinha sido, em conseqüência, internado no hospital do IPASE e que mais tarde daria novas informações.

"4) Cerca de três horas mais tarde, o chefe do Gabinete Militar informou que não apresentava gravidade o estado de saúde do sr. presidente, mas que era mister que ele, durante alguns dias, se mantivesse em completo repouso.

"5) Pouco após, o ministro da Guerra estabeleceu ligação telefônica com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e indagou se já havia sido tomada alguma decisão de ordem disciplinar com relação ao coronel Mamede. Recebendo resposta negativa, o ministro informou ao chefe do EMFA que iria solicitar fosse o coronel Mamede dispensado das funções que exerce na Escola Superior de Guerra.

"6) Imediatamente após, o ministro expediu um aviso à Chefia do EMFA solicitando fosse o coronel Mamede dispensado da comissão em que se encontrava fora do Exército. Esse aviso foi recebido pouco depois do meio-dia pelo coronel-chefe do Gabinete daquele Estado-Maior, em 5 de novembro de 1955."

A Presidência da República também envia um comunicado à imprensa:

"Não têm fundamento as notícias publicadas sobre a conferência que teria sido realizada entre o ministro da Guerra e o presidente da República, no dia 2 do corrente mês. A última vez que o ministro da Guerra esteve em contato com S. Exa. foi no despacho ministerial de 1º de no-

vembro, antecipado para a manhã desse dia em conseqüência dos funerais do general Canrobert."

Simultaneamente, o ministro da Guerra recebia em sua residência a visita do presidente da Câmara dos Deputados, que tudo indicava ter assegurada, naquela altura, sua ascensão à Presidência da República.

A resposta de Lott prolongou-se por duas horas, entrando em todos os detalhes mais importantes para a situação política do País.

Dentro do Exército, havia dois grupos divergentes, mas em número reduzido de componentes. O grosso da oficialidade era pela manutenção das garantias constitucionais e de acatamento à Justiça Eleitoral.

O ministro da Guerra aproveitou a oportunidade para expor a questão criada pelo discurso do coronel Mamede, fazendo ressaltar a necessidade de ser mantida a disciplina da oficialidade. Fez uma proposta a Carlos Luz, apresentando quatro soluções diferentes para o caso em pauta:

1) Volta do coronel aos quadros do Exército, sem qualquer punição;
2) Punição do oficial pelo EMFA;
3) Punição pelo próprio presidente; e
4) Punição pelo ministro da Guerra.

O general Lott, pessoalmente, preferia a primeira solução. Mas estava empenhado, acima de tudo, numa decisão final do caso Mamede.

No dia 8, pela manhã, o general Lott era solicitado, como os demais ministros, a comparecer ao hospital dos Servidores do Estado. Recebido a sós pelo presidente Café Filho, encontrou-o de ânimo jovial e aparentando ostentar perfeitas condições de saúde.

Comunicou ao chefe da Nação sua decisão de transmitir o governo imediatamente ao presidente da Câmara dos Deputados. Ante a determinação médica de ter de repousar por mais algum tempo, concluíra que precisava tomar uma deliberação quanto a sua substituição legal, enquanto perdurasse o motivo do seu afastamento.

Por isso, no dia 7, o ministro Prado Kelly fora chamado pelo presidente para estudar a maneira mais simples e prática de transmitir provisoriamente o poder ao substituto constitucional, que era o presidente da Câmara dos Deputados. A conclusão de Prado Kelly era de que, em razão do estado de saúde do presidente, bastaria que este escrevesse uma carta a Carlos Luz, transmitindo-lhe o poder.

No hospital dos Servidores, os ministros ficaram sabendo da decisão de Café Filho. Na mesma ocasião, o presidente enviou carta ao deputado Carlos Luz:

"Sr. presidente da Câmara dos Deputados:

"Tendo-me recolhido, por motivo de uma crise cardiovascular, ao hospital dos Servidores do Estado e, recomendando-me os médicos assistentes. drs. Aarão Benchimol e Raimundo de Brito, bem como os médicos chamados em referência, drs. Genival Londres, Deolindo Couto e Teobaldo

Viana, que me mantenha afastado de qualquer atividade e observe por mais alguns dias o repouso indispensável ao meu restabelecimento, venho por meio desta transmitir a V. Exa., na qualidade de meu substituto, o exercício, enquanto perdurar o referido impedimento, das funções de presidente da República, nos termos do Artigo 79, parágrafo 1º da Constituição."

À tarde desse dia, dava-se a posse do dr. Carlos Luz, confirmando a informação antiga fornecida pelo dr. Sobral Pinto ao ministro da Guerra. Após o ato oficial, o novo presidente reuniu o Ministério e solicitou a todos que permanecessem em seus postos. Terminada a reunião, o ministro da Guerra solicitou a Carlos Luz uma audiência particular. E falou-lhe no caso Mamede, já ventilado no encontro de ambos, dois dias antes. Lott pedia uma solução para o caso, pois já estava bastante explorado pela imprensa. Era uma questão de disciplina, assunto básico para o Exército.

Mas Carlos Luz não quer resolver imediatamente. Não ficaria bem tomar uma tal decisão logo ao assumir o governo. Pretendia ouvir o almirante Ernesto de Araujo, comandante da Escola Superior de Guerra, e o brigadeiro Duncan, chefe do EMFA. Carlos também solicitou um parecer de Temístocles Cavalcanti, consultor-geral da República.

No dia 9 de novembro, Carlos Lacerda, no artigo "Não podem tomar posse", traçava normas e confessava claramente as intenções e ligações do novo governo.

"É preciso que fique claro, muito claro, que o presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse.

"É preciso dizer toda a verdade. O governo inaugurado ontem, sob o aspecto legal de uma sucessão rotineira, é um governo que só se manterá pelo consenso dos chefes militares responsáveis pelo 24 de agosto, cujo equívoco, agora, estão em situação de desfazer.

"A consciência nacional, o povo revoltado, as Forças Armadas mobilizadas pelo Brasil não permitirão que novo disvirtuamento se dê. Juscelino e Jango não podem tomar posse."

Carlos Luz, no dia 10 de novembro, recebe resposta à consulta que fizera ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas:

"Em 1/G – em 10/11/1955. Reservado.

"Exmo. sr. presidente da República.

"1) O discurso pronunciado pelo coronel Jurandir de Bizarria Mamede junto ao túmulo do general Canrobert produziu um impacto na opinião pública que se encontrava ainda excitada pelas emoções da disputa eleitoral, como é do conhecimento geral.

"2) As interpretações do aludido discurso sob o aspecto disciplinar suscitaram divergência de opiniões nos círculos militares.

"Cabia, entretanto, ao comando da Escola Superior de Guerra – estabelecimento onde serve aquele oficial – a primazia em jugá-lo; em escalão imediato, a esta chefia, competia conhecer o assunto.

"3) Estudando minuciosamente o teor do discurso, concluiu o comandante da Escola Superior de Guerra, em seu alto senso de julgamento, que ele não colidia com dispositivos disciplinares. Antes, porém, de qualquer pronunciamento oficial, submeteu verbalmente o caso à apreciação desta chefia, que também não vislumbrou incidência disciplinar nas palavras do porta-voz da diretoria do Clube Militar, caráter em que foi pronunciada pelo oficial em apreço a aludida peça oratória.

"Também oficiais que assessoram esta chefia, reunidos para apreciação do assunto, foram unânimes, antes de conhecerem a opinião do chefe, em encarar o fato pelo mesmo critério de inexistência de indisciplina.

"4) Achavam-se em andamento estes trâmites de julgamento, quando o titular da Pasta da Guerra, em pessoa, pelo telefone, entendeu-se com esta chefia, para solicitar sanções disciplinares que, no seu entender, o caso exigia.

"Ponderei-lhe, pelo telefone, que, na opinião desta chefia, não havia razões para punições, recebendo, entretanto, de parte de S. Exa. a enfática resposta de que iria requisitar o coronel Mamede de volta ao Exército, em documento.

"5) Nesse mesmo dia 3 de novembro, após o expediente da manhã, encerrado às 12 horas, quando esta chefia já se havia retirado, foi o documento de requisição recebido no Estado-Maior das Forças Armadas. Esse documento, de caráter reservado e urgentíssimo, alegando necessidades de serviço, solicitava o retorno do coronel ao âmbito do Ministério da Guerra com a possível brevidade.

"Não denunciando conexão alguma com o discurso, o documento do eminente titular da Pasta da Guerra, depois de informado pelo comando da Escola Superior da Guerra, foi examinado por esta chefia, que o respondeu nos termos do anexo ofício 98/G, encaminhado a S. Exa. em 7 do corrente.

"Surpreendeu-se, pois, esta chefia com a nota ministerial dada à publicidade na tarde de 5 do corrente, dando conexão aos dois fatos e tornando ostensivo o que vinha sendo tratado em caráter sigiloso, antes mesmo de qualquer pronunciamento oficial deste Estado-Maior.

"O retorno do coronel Mamede ao âmbito do Ministério da Guerra passou a assumir, assim, por si só, o caráter de uma punição e a representar uma diminuição para a autoridade desta chefia.

"6) Antecipando-se a essas ocorrências, esta chefia, no dia 4, minutou uma carta ao Exmo. sr. presidente da República, e, em data de 5 entregou-a ao coronel José Canavarro Pereira, chefe de sua Secretaria

Militar, para que a fizesse chegar às mãos do ilustre chefe de Estado assim que sua saúde lhe permitisse ajuizar do feito.

"Submetendo o caso ao escalão superior, único capaz de ajustar os pontos de vista, pretendeu esta chefia ter acertado com rumos que detivessem a crise esboçada no sensacionalismo dos jornais, a qual, entretanto, não tinha fundamento maior que o de uma simples divergência de interpretação de regulamentos entre altas patentes militares.

"7) Com a passagem do governo para o novo signatário, e em face do acima exposto, está o supremo magistrado habilitado a resolver tanto o caso disciplinar como o da requisição do coronel Mamede como julgar mais conveniente aos altos interesses da Nação.

"Sirvo-me desse ensejo para reiterar a V. Exa. as afirmativas solenes de elevado apreço e leal dedicação.

"(a)Tenente-brigadeiro Gervásio Duncan de Lima Rodrigues."

No mesmo dia, por solicitação do presidente da República, o general Lott comparece a uma audiência no Palácio do Catete, marcada para as 18 horas. Lá chegando, o ministro da Guerra é convidado a um salão que fica ao lado da sala de despachos do presidente. Os minutos foram-se escoando. Várias outras pessoas foram sendo recebidas por Carlos Luz. E o general Teixeira Lott continuava à espera... Decorrida mais de uma hora e meia, finalmente, o presidente da República manda entrar o ministro. Recebe-o fazendo uma exposição dos últimos fatos. Lott pede-lhe que vá diretamente ao assunto. Carlos Luz lê o parecer de Temístocles Cavalcanti, consultor-geral da República:

"Assunto: Assistente da Escola Superior de Guerra. Nomeação. Requisição de autoridade. Competência do presidente da República. Nº de referência – 185-X.

"I) O coronel da Arma da Infantaria, Jurandir de Bizarria Mamede, foi, por decreto do presidente da República, nomeado em 1950-1951 para assistente da Escola Superior de Guerra, cargo cujo provimento está regulado pelo artigo 22 do Decreto nº 27.264, de 28 de setembro de 1949 (Regulamento da Escola Superior de Guerra) *verbis:*

"Art. 22 – No provimento dos cargos, serão obedecidas as seguintes disposições:

"c) Os assistentes serão nomeados por decreto do presidente da República mediante indicação dos comandantes da escola e proposta do chefe do EMFA.

"Nestas condições, a nomeação do oficial para o cargo de assistente não somente cria para ele um *status* especial como ainda o coloca sob a jurisdição própria da escola e dentro da seguinte escala hierárquica: diretor da escola – chefe do Estado-Maior das Forças Armadas – presidente da República.

"O EMFA, sendo uma organização peculiar, porque constituída por

oficiais dos três ministérios militares, escapa à jurisdição de cada um dos titulares desses ministérios, dependendo diretamente do presidente da República, que, por dispositivo constitucional, é o comandante das Forças Armadas.

"A nomeação por decreto do presidente da República subtrai, por sua vez, o oficial às contingências de remoções ou transferências, perda do cargo ou dispensa da comissão por outra autoridade que não a do presidente da República.

"A transferência, mesmo transitória, da jurisdição em que se encontra para outra só por decreto do presidente da República pode ser determinada.

"A nomeação é ato de provimento, como diz o regulamento citado, de acordo, aliás, com a boa doutrina administrativa, e, assim, somente por outro decreto que anule o primeiro pode ser tornada sem efeito.

"Acresce que, no caso em apreço, o aludido decreto transfere para outra área de jurisdição administrativa, militar e, portanto, também disciplinar, o oficial nomeado.

"A permanência do oficial em comissão na escola, é *por prazo indeterminado,* devendo, em princípio, como diz o artigo 23 do citado regulamento, ser de três anos.

"Mas o que não se pode admitir, com a situação criada com o decreto de nomeação, é o desligamento automático, sem decreto do presidente da República.

"Nem fatal é o prazo dos três anos, nem o seu término pode ser declarado por outra autoridade que não a do presidente da República, por provocação ou iniciativa das autoridades a que se acha diretamente subordinado o oficial.

"Assim, temos firmado os seguintes princípios:

"1) O oficial assistente da Escola Superior de Guerra é nomeado por decreto do presidente da República;

"2) O exercício do cargo perdura enquanto não revogado por outro decreto do presidente da República;

"3) A Escola Superior de Guerra está sob uma jurisdição administrativa e militar própria, subordinada diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas, que, por sua vez, depende do presidente da República;

"4) Que, assim, nenhum ministro de Estado dos ministérios militares terá ação diministrativa, militar ou disciplinar sobre os oficiais servindo no EMFA ou na ESG antes que o presidente da República torne sem efeito o ato da nomeação para a Escola Superior de Guerra, restituindo-o, desde então, à jurisdição do seu ministério originário.

"Sendo assim, ao solicitar o Exmo. sr. ministro da Guerra ao Exmo. sr. general chefe do Estado-Maior das Forças Armadas a dispensa do coronel Jurandir Mamede das funções que exerce na Escola Superior de

Guerra – tendo em vista os interesses do Exército, e a fim de que o mesmo retorne, com a urgência possível, ao âmbito deste Ministério (Aviso nº 200 – D/2, de 3 e novembro de 1955) –, teria de ser o caso afeto ao Exmo. sr. presidente da República, a quem cabe nomear e, portanto, dispensar os oficiais para servir na Escola Superior de Guerra.

"As razões de conveniência e oportunidade desse ato estão na alçada do julgamento do presidente da República.

"II) Trata-se, no caso, entretanto, segundo nota oficial do gabinete do ministro da Guerra, publicada em 7 de novembro último, de transferência provisória, para o âmbito do Ministério da Guerra, a fim de ser aplicada a pena disciplinar. É preciso, no entanto, considerar dois aspectos diferentes, a saber:

"a) A possibilidade dessa requisição, tendo em vista a situação acima exposta;

"b) A possibilidade de subtrair o oficial a uma jurisdição disciplinar própria, transferindo-se a outra autoridade o exercício de ação disciplinar.

"Não me parece possível a requisição mencionada na letra *a*, porque o exercício daquela requisição depende especificamente do poder de requisitar, de uma competência que possa ser livremente exercida e que não dependa do consentimento de outra autoridade.

"Essa competência cada ministro militar exerce integralmente de ordenar, de requisitar não se exerce, como também não seria admissível, dentro da ordem natural das coisas, que uma autoridade pudesse entregar um oficial sob sua jurisdição para ser punido por outra autoridade.

"O artigo 41 do Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942) permite, na verdade, essa requisição, quando o subordinado estiver à disposição de outra autoridade.

"Mas, no caso em apreço, o militar não se acha à disposição de outra autoridade, porque foi nomeado para exercer cargo sob a jurisdição do EMFA (artigo 1º da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1940).

"Não estivesse o EMFA subordinado diretamente ao presidente da República, mas a algum dos ministérios, poder-se-ia pôr em dúvida a aplicação do preceito, mas, dentro da linha hierárquica própria ao Estado-Maior Geral, não seria possível, a meu ver, subtrair o oficial àquela jurisdição para defender o poder disciplinar a qualquer dos ministérios.

"Sábio, em face da lei, foi, portanto, o procedimento do Exmo. sr. ministro da Guerra, *solicitando a dispensa do oficial* de sua comissão, evitando, assim, as dificuldades insuperáveis de uma *requisição* por si mesma impraticável, porque dependente do consentimento de outra autoridade, sobre a qual o ministro da Guerra não pode exercer a sua ação jurisdicional.

"Nota-se, aliás, o cuidado com que se evitou uma requisição, impossível por sua natureza.

"A primeira pergunta pode ser, assim, respondida negativamente, sendo certa a impossibilidade, no caso, de uma requisição fundada no artigo 41 do Regulamento Disciplinar, que, aliás, não foi feita.

"Quanto à ação disciplinar, parece-me que ela só pode ser exercida em linha reta, seguindo a escala hierárquica:

"a) Comandante da Escola Superior de Guerra, que, nos termos do artigo 20 do regulamento, exerce ação de comando e de direção sobre o pessoal militar e civil subordinado à escola, na forma prescrita na legislação em vigor;

"b) O chefe do Estado-Maior nas Forças Armadas; e

"c) O presidente da República.

"Acrescente ainda que o Regulamento Disciplinar, em seu artigo 37, declara que a competência para aplicar pena disciplinar é atributo inerente ao cargo e não ao posto – o que define muito nitidamente a competência pela natureza da função exercida, pela escala das atividades administrativas e militares.

"Ora, o EMFA constitui um organismo autônomo, fora da órbita dos ministérios militares, o que exclui o Exército da competência inerente ao cargo de ministro da Guerra sobre os que se acham no quadro do EMFA.

"Dada a categoria hierárquica dessa autoridade, não me parece atribuir a qualquer ministro militar competência para aplicar pena disciplinar aos oficiais subordinados ao EMFA.

"Quanto à solicitação de dispensa do oficial, constante do aviso do Exmo. sr. ministro da Guerra, somente ao presidente da República cabe decidir, porque depende de ato seu, de decreto executivo.

"É o meu parecer.

"Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1955.

"(a) Temístocles Brandão Cavalcanti."

Despacho sem número do Exmo. sr. presidente da República:

"Lembrou o general Lott que a inferência de um civil sobre matéria disciplinar do Exército era inútil, pois a disciplina só se aprende servindo, comandando e sofrendo; interessava-lhe, portanto, unicamente, a solução que pretendia dar ao caso."

Na véspera, Lott havia proposto a Carlos Luz as quatro hipóteses para a solução do caso Mamede.

A resposta de Carlos Luz é de que não havia o que punir.

É pronta a reação de Lott. Pergunta ao presidente a quem deveria passar a Pasta da Guerra. O presidente Carlos Luz esperava que isso acontecesse, pois, desde aquela manhã, convidara para assumir o Ministério da Guerra o general Fiúza de Castro. Sabedor do nome de seu substituto, Lott elogia seu colega, mas pondera que o general Fiúza, como chefe do

Estado-Maior do Exército, em agosto de 1954, tivera grande atuação naqueles acontecimentos.

A transmissão do cargo foi imediata, porque o general Fiúza de Castro estava, novamente, no Catete, a chamado do presidente. A posse foi marcada para as 15 horas do dia seguinte, 11 de novembro. Lott pedira essas horas para "limpar as gavetas".

Por volta das 20h30, a secretaria da Presidência da República, ao anunciar oficialmente a exoneração do general Teixeira Lott e a nomeação do general Fiúza de Castro, distribuiu a seguinte nota:

"O sr. presidente da República, tendo em vista os pareceres do sr. chefe interino do Estado-Maior das Forças Armadas e do sr. consultor-geral da República no processo em que foi solicitada a dispensa do coronel Jurandir Bizarria Mamede do cargo de assistente da Escola Superior de Guerra, para o qual foi nomeado por decreto do presidente da República, proferiu o seguinte despacho: Em face do pronunciamento do chefe interino do Estado-Maior das Forças Armadas, considerando necessária a permanência do coronel Jurandir Bizarria Mamede na Escola Superior de Guerra, deixo de atender à solicitação do sr. ministro da Guerra, no sentido de dispensar o referido oficial das funções que exerce naquela Escola."

Nesse episódio da demissão do ministro da Guerra há um detalhe curioso. Quando o general Lott chegou à sua residência, por volta das 21 horas, o *Repórter Esso* (jornal falado, muito ouvido, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro) já noticiara, às 20 horas, a sua demissão, e mais: detalhava que o novo ministro, general Fiúza, convidara o general Ademar de Queiróz para chefe de seu gabinete. Mal sabia também o general Lott que o *Diário Oficial* correra à tarde nas máquinas da Imprensa Nacional, estampando o ato de sua exoneração e a nomeação do novo titular da Pasta da Guerra.

Em sua casa, o general Teixeira Lott é informado de que o general Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste, o havia procurado. Denys morava numa casa que pertencia ao comandante da Zona Militar e que ficava ao lado da do ministro da Guerra.

Já de há algum tempo Lott suspeitava que suas conversas telefônicas com Denys estavam sendo ouvidas por algum censor. Por isso, mandara instalar um telefone de campanha entre as duas residências. Por esse telefone, convocou o general Denys para ir a sua casa. Conversaram sobre a sua demissão. Denys mostrou-se bastante preocupado com o ocorrido. Ele também se demitira do Comando da Zona Militar Leste e estava certo de que outros comandos tomariam idêntica atitude. Desde a manhã daquele dia que já corria um boato de que chefes militares do Exército reagiriam caso o pedido do general Lott, de reversão do coronel Mamede às fileiras, não fosse atendido.

Eleito novo presidente do Clube Militar, naquele dia, o general Leonardo Campos afirmava que, tendo o coronel Jurandir Mamede falado em nome do clube, possivelmente teria sua solidariedade no caso de ser punido.

O despacho de Carlos Luz, negando a solicitação do ministro da Guerra, foi considerado por Denys um desprestígio do Exército. Tudo isso provocaria uma crise no comando militar. Além do mais, achava por demais evidente a intenção do governo em impedir que Juscelino Kubitschek e João Goulart, a chapa vencedora nas últimas eleições, tomassem posse. Por isso, o general Denys era de opinião que o general Lott ordenasse que a tropa do Exército se mantivesse de prontidão.

Mas o comandante da Zona Militar não logrou convencer o ministro da Guerra demissionário. Lott achava que a prontidão iria inquietar o povo. E o momento já era de bastante ansiedade. Vendo serem inúteis suas ponderações, o general Denys retirou-se para a sua residência. Entretanto, deixou o general Lott com a cabeça repleta de interrogações.

Descreve-nos a cena o marechal Lott:

“Mas eu não consegui conciliar o sono e passei a considerar o ponto de vista do meu dever naquela situação. Para mim, pessoalmente, eu me afastando do Ministério da Guerra ficaria livre de preocupações. As preocupações passariam para outro. Eu ia dar lugar, dada a tensão do ambiente, a que talvez se chegasse a uma guerra civil. Entretanto, se eu decidisse agir e agisse com prontidão e segurança, talvez conseguisse resolver esse problema, sem chegarmos à guerra civil. E, para mim – que tive, infelizmente, de tomar parte em lutas intestinas: 1914, no Contestado, nos limites do Paraná e Santa Catarina; e 1924, combatendo contra São Paulo; e 1932, combatendo novamente contra São Paulo –, isso sempre foi muito doloroso – vi as barbaridades que eram praticadas por brasileiros contra brasileiros e suas famílias.

Eu não queria ver mais isso no nosso Brasil; de modo que, então, decidi agir.

“Levantei-me e olhei a casa em que residia o general Denys – ao lado daquela em que residi enquanto ministro da Guerra – e vi que lá estavam com as luzes acesas. Fui ao telefone da campanha que tinha na minha mesa de cabeceira. Devido à interferência que havia nos telefones da Companhia Telefônica, eu tinha estabelecido esta ligação para que pudéssemos entrar em entendimento sem que terceiros soubessem o que estavamos falando. Ademais, eu sou um homem previdente por questão de educação e temperamento, de modo que, quando vi que as eleições iam ser disputadas e talvez discutíveis, determinei, mesmo antes das eleições, que fossem tomadas providências na área, que era a mais perigosa, a do I Exército, para ter a tropa pronta para agir ao primeiro sinal. Nessas condições, dei ordem ao general Denys que elaborasse or-

dens de modo a constituir uma série de destacamentos, para que, se a ordem pública pudesse ser perturbada, imediatamente o Exército interviesse e evitasse que a situação se agravasse. O incêndio, no começo, às vezes com um copo d'água se apaga, depois do incêndio expandido, nem o Corpo de Bombeiros consegue apagar.

"Então, o general Denys e um auxiliar redigiram essas ordens, que foram trazidas a mim, e eu as examinei, fiz modificações na constituição dos destacamentos e, depois disso, elas foram novamente copiadas à máquina, seladas e guardadas. Estavam prontas. De modo que, nessa ocasião, bastava distribuir as ordens que já estavam endereçadas aos comandantes para imediatamente a tropa agir. E isso foi feito, e sem perda de tempo. O Exército, aqui na I Região Militar, tomou todas as disposições necessárias. Agora, isso eu sabia que iria se passar dessa maneira.

"Mas outros fatos... Eu disse ao general Denys que tinha-me decidido a agir. O automóvel que me servia estava guardado no Leme e ia demorar, e eu tinha urgência de chegar ao Ministério da Guerra. Então, pedi que ele me acompanhasse. Ele passou então lá. Eu fiquei surpreso porque o general Falconieri, que era comandante do II Exército de São Paulo – que eu sabia que havia estado no Rio, mas que já tivesse regressado –, estava no automóvel com o general Denys. Fomos para o Ministério da Guerra. Lá, o meu gabinete estava fechado, todo apagado. Fui então para o gabinete do general Denys e lá passei a agir, telefonando para os comandantes dos outros exércitos, determinando as providências que deveriam ser tomadas. Era necessário, antes de mais nada, resolver o problema de São Paulo, cujo governador era Jânio Quadros, ligado à UDN. Durante mais de quatro anos, comandei a Região Militar de São Paulo. Durante esse tempo, ele foi primeiro-intendente, depois, deputado estadual. E, pela atuação dele nessas funções, eu sabia que era um homem que não tinha limitações no seu modo de agir. Então, ele iria fazer o possível e o impossível para conseguir o que desejava. Então, determinei que a tropa de São Paulo tomasse imediatamente providências, a fim de que o porto de Santos, que era naturalmente o lugar que, caso a Marinha interviesse, deveria ser imediatamente ocupado – para que a Marinha lá não pudesse fazer nenhum desembarque e apoiar o governador. Estava, na ocasião, em São Paulo, como comandante da tropa, o general Tinoco, que é primo do brigadeiro Eduardo Gomes. Naturalmente, além de outras razões, eu sabia que ele, ligado a nossos adversários, deveria estar contra nós. Isso era mais uma razão para que agíssemos com rapidez. Felizmente, o oficial que comandava a II Região foi para Santos, onde tomou as providências com uma rapidez, com uma segurança e uma competência fora do comum. Então, não houve nem luta em São Paulo. Cavaram-se trincheiras, mas com o general Tinoco só ficou a tropa sediada no seu quartel-general, que era uma unidade de Cavalaria e um

grupo de Artilharia que começou a fazer trincheiras mas não se manifestou. E, assim, o problema da segurança em São Paulo foi resolvido sem dificuldades, nem lutas, nem maiores delongas.

"Mas outro fato interessante, a respeito do 11 de novembro, é que nós movimentamos tropas de todo o Brasil. Entretanto, não houve nenhum acidente, não houve nenhuma morte, nenhum ferido.

"Houve outro problema, relacionado com a Esquadra. Eu justamente desejava que não houvesse guerra civil, era, então, da maior importância que a Esquadra não saísse para ir auxiliar nossos possíveis adversários, como os de São Paulo. Determinei logo as primeiras providências para que a barra fosse fechada aos navios de guerra. No nosso sentido, deviam ser tomadas as providências, como sinais de semáforos e tudo que fosse necessário para que a Esquadra não pudesse sair da baía da Guanabara. Depois de terem sido tomadas essas providências, informaram-me de que um navio, o Tamandaré, rumava para a barra. E que se devia fazer? Eu disse que cumpriria o que estava determinado.

" Depois,o próprio general Correia Lima,que era comandante da Artilharia de Costa, disse que já tinha feito essa intimação, mas o navio continuava. Eu disse: 'Então, dê os tiros de intimação à frente. Se continuar, então, atire em cima, porque é preciso que a Esquadra não saia. E se o Tamandaré não sair, os outros navios naturalmente não sairão.'

"Mas foi facilitada a saída do Tamandaré porque, no momento, havia um navio mercante no mesmo rumo e ele colocou-se ao lado desse navio, de modo que as fortalezas ficaram inibidas de atirar. Felizmente, o que foi um ato elogiável, o navio não atirou contra Copacabana, o que era uma coisa que eu temia. A população de Copacabana sofreria se ele tivesse atirado. Mas isso não se passou e assim a saída do navio não trouxe nenhum problema, apesar de estarem a bordo o Carlos Luz e uma série de auxiliares dele, além do almirante Pena Botto."

Pouco depois da chegada de Henrique Lott ao Ministério da Guerra, lá apareceu a 1ª Companhia de Batalhão de Guardas, logo seguida da 2ª Companhia.

A primeira decisão foi tomar o Departamento Federal de Segurança Pública. A razão da prioridade estava na sua excelente rede de comunicações, indispensável para pronta propagação daquele movimento. O general Lott telefona para o general Augusto Magessi e pede-lhe que compareça com urgência ao Ministério. Lá chegando, Magessi é conduzido ao gabinete onde se encontrava o chefe do Exército e também o marechal Mascarenhas de Morais. Então, recebe a incumbência de assumir, imediatamente, a Chefia de Polícia. Chegando à rua da Relação, Magessi não encontra o coronel Menezes Cortes. É recebido pelo coronel Felisberto Batista Teixeira, a quem informa da natureza de sua missão. Só mais tarde, quando volta ao Ministério da Guerra, é que se encontra com

o ex-chefe de Polícia. O coronel Menezes Cortes, chorava, acometido por uma crise nervosa, após se exaltar, devido à ordem de prisão que recebera.

Dentro em breve, começam afluir ao Ministério vários oficiais-generais.

Houve quem sugerisse a Lott transferir o seu QG para o Palácio do Catete, devido às facilidades de comunicação. O que foi recusado, para não dar a impressão de que pretendia assumir o governo. Foi apenas interditado o acesso ao palácio por uma das Companhias do Batalhão de Guardas e foram cortadas as suas linhas telefônicas. E Lott passou para o seu antigo gabinete, no próprio Ministério.

A partir de 1h30 do dia 11, foi feito o acionamento das unidades do Exército, em todo o País, através do rádio, radiofonia e televisão. O general Henrique Lott consultava os comandos, depois de informá-los do que se passava.

O golpe se alastrou rapidamente. Denys se encarregou da movimentação das tropas de Minas Gerais, constituídas pela 4ª Divisão de Infantaria. Também movimentaram as tropas da 5ª Divisão de Infantaria, sediadas no Paraná, e da 4ª Divisão de Cavalaria, de Mato Grosso. Elas deveriam convergir para São Paulo. Enfim, o esquema militar acionado estava mostrando eficiência, pois os postos-chave se encontravam, pouco a pouco, em um único comando.

Diante da situação de fato, o presidente Carlos Luz, pouco depois das duas horas da manhã, telefonou ao general Lott. Ao saber de quem se tratava, o general mandou que seu ajudante-de-ordens, capitão Grossmann, respondesse que estava muito ocupado naquele momento e não poderia atender.

Às quatro horas da manhã, o marechal Mascarenhas de Morais foi enviado ao Catete para prender o presidente Carlos Luz e os generais Fiúza de Castro e Alcides Etchegoyen. Lá chegando, só encontrou os oficiais, porque o presidente partira numa ambulância, em direção ao Ministério da Marinha. O general Fiúza de Castro, ao se entregar, esboçou um pequeno discurso cívico de protesto. O general Etchegoyen tentou resistir. Exaltou-se. Disso resultou-lhe um abalo cardíaco, quando já se encontrava preso no oitavo andar do edifício do Ministério da Guerra. Tendo sido recolhido ao Hospital Central do Exército, acometido de um segundo enfarte, ficou sob assistência permanente de cardiologistas militares.

Mais tarde, soube que o presidente Carlos Luz, acompanhado pelo deputado Carlos Lacerda, almirante Pena Botto, ministro Marcondes Ferraz, Prado Kelly e Munhoz da Rocha, comandante Sílvio Heck e outros elementos ligados ao seu governo, tinha ido para bordo do cruzador Tamandaré ou do Barroso. A notícia não era precisa. O brigadeiro Eduardo

Gomes voara para São Paulo, onde pretendia organizar a resistência. A informação dizia também que Carlos Luz e os ministros que o seguiram pretendiam desembarcar em Santos e instalar ali a sede do governo federal. A presença das tropas fiéis ao ministro da Guerra tornariam impossível a operação projetada pela Marinha.

O brigadeiro Eduardo Gomes, de manhã cedo, esteve no Ministério da Aeronáutica, tendo, então, se avistado com Afonso Arinos. Depois, seguiu para São Paulo, voando num C-47, escoltado por bombardeiros da FAB. Aterrissou em Cumbica, tomando logo o rumo do Palácio dos Campos Elísios, onde foi conversar com Jânio Quadros, para convencê-lo a apoiar o governo Carlos Luz e dar-lhe a necessária cobertura para o Executivo poder instalar-se em Santos.

Em São Paulo, o brigadeiro contava com a Força Pública e com o general Tasso Tinoco, seu parente e comandante da 2ª Divisão de Infantaria.

Foram dadas as ordens para que todos os aviões de caça, assim como os bombardeiros do Campo dos Afonsos e da Base Aérea do Galeão decolassem, tomando o rumo da Base de Cumbica.

Sabedor do que se passava, o general Lott determinou que as tropas mineiras, que já alcançavam Três Rios e Petrópolis, se deslocassem em direção a São Paulo. Tomou providências idênticas em relação ao Paraná e Mato Grosso. Eram mais de três divisões convergindo para São Paulo. Além do mais, as tropas ali sediadas mantinham-se fiéis ao ministro Teixeira Lott.

Decidida a ação militar, o general Falconiére se dispôs a seguir para São Paulo, a fim de assumir o comando das tropas da Zona Militar Centro. Comunica-se com o general Tasso Tinoco, que também estava no Rio, convida-o para seguirem juntos, no mesmo automóvel. Tinoco se esquiva, dizendo que irá no seu próprio carro e que se encontrariam em São Paulo. Na realidade, o general Tinoco parte de avião para a base de Cumbica, a fim de chegar à capital paulista antes de seu comandante.

Às cinco horas da manhã do dia 11, o general Falconiére já estava na via Dutra. Era sua intenção entrar em contato com o general Costa e Silva, comandante da Infantaria Divisionária sediada em Caçapava. Ao chegar em Resende, na AMAN, o general Falconiére se comunica pelo telefone com Costa e Silva, que, na ocasião, lhe assegura o apoio das unidades do vale do rio Paraíba: 5º Regimento de Infantaria, de Lorena; 6º Regimento de Infantaria, de Caçapava; e 2º BE de Pindamonhagaba. O general Falconiére contava com essas forças para conter qualquer reação por parte da Escola de Especialistas da Aeronáutica, sediada em Guaratinguetá, onde se encontrava o brigadeiro Guedes Muniz. Este, deixara o Rio de Janeiro de avião, em companhia do general Tasso Tinoco.

Ao passar por Guaratinguetá, o carro de Falconiére é interceptado por

forças da Escola de Especialistas. Logo depois, aparecem os brigadeiros Guedes Muniz e Arquimedes Cordeiro, que, de certa forma, o forçam a ir até a sede da escola para entender-se, pela radiofonia, com o brigadeiro Eduardo Gomes. O general Olímpio Falconiére, sentindo-se prisioneiro, não pôde recusar o que lhe determinaram. Mas a ligação não foi imediata. O general percebeu que havia intenção de retê-lo ali por algum tempo e julgou que fosse o necessário para o general Tasso Tinoco chegar a São Paulo na sua frente. Finalmente completaram a ligação. O brigadeiro Eduardo Gomes perguntou ao general Falconiére se ele ia para São Paulo a fim de defender a legalidade e a Constituição. Falconiére respondeu afirmativamente.

Apesar da maneira amistosa como fora recebido, o comandante da Zona Militar Centro só conseguiu ser liberado às 11 horas da manhã, quando prosseguiu para Caçapava, ao encontro de Costa e Silva, e de lá para São Paulo. Antes de atingir a capital paulista, Falconiere já desconfiava da ação de Tasso Tinoco. Por isso, comunicou-se com o general Levy Cardoso, chefe de seu Estado-Maior em São Paulo, determinando uma pronta ação, que pudesse neutralizar as tropas do general Tinoco.

Assim, o general Levy Cardoso deslocou-se para Campinas. Assumiu o comando do 2º Grupo de Artilharia 155, de Jundiaí, do 2º Batalhão de Carros de Combate, de Campinas, do 2º Grupo de Artilharia 105, de Itu, e do 17º Regimento de Cavalaria, de Pirassununga. Por sua vez, o comandante da 2ª Região Militar, general Stênio Albuquerque, deslocou o seu posto de comando para Quitaúna, onde estavam o 4º Regimento de Infantaria e o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea 90.

Quando o general Olímpio Falconiére chegou a São Paulo, já tinha garantido o comando de mais de 15 mil homens, restando ao general Tasso Tinoco apenas o 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado.

O general Tasso Tinoco chegara a São Paulo de avião, junto com o brigadeiro Ivo Borges, comandante da 4ª Zona Aérea. E, logo pela manhã, faziam irradiar pelas estações de rádio locais, uma proclamação conjunta:

"O major-brigadeiro comandante da 2ª Divisão de Infantaria e Guarnição de São Paulo e o general-de-divisão Tasso Tinoco dirigem-se ao povo e aos seus comandados no sentido de manifestarem o seu respeito à Constituição e às leis do País, recebendo e acatando ordens do presidente Carlos Luz, através de seus ministros militares.

"(a) Major-brigadeiro Ivo Borges

"General-de-divisão Tasso de Oliveira Tinoco."

Em determinado momento, surgiu a possibilidade de um choque entre as tropas de Caçapava-Lorena do general Costa e Silva e as da Aeronáutica, no quilômetro 24 da via Dutra, nas proximidades de Cumbica.

Aviões de transporte provenientes de diferentes bases aéreas baixavam

em Cumbica com soldados. Ao longo da estrada, a patrulha da Aeronáutica se mantinha em estado de alerta.

O general Falconiére decidiu enviar um comunicado ao comandante da base de Cumbica. Se a Aeronáutica resolvesse preparar uma resistência, o Exército bombardearia suas pistas, contando, para isso, com a participação dos Grupos de Artilharia de Itu e Jundiaí. Finalmente, às 21 horas do dia 11, já não havia mais resistência e as tropas do general Costa e Silva podiam passar tranqüilamente por Cumbica.

Como o governo do presidente Carlos Luz pretendesse se instalar em Santos, atracando o Tamandaré naquele porto, o general Falconiére para lá enviou o Regimento de Quitaúna. O general Stênio Albuquerque assumiu o comando da guarnição de Santos e logo determinou que passassem para o seu controle os fortes que dominam a entrada do porto.

Sentindo que a situação em São Paulo se prolongava, o general Lott fez com que as unidades sediadas em Curitiba e em Minas Gerais convergissem para as divisas com aquele Estado. A Zona Militar Centro ordenou que as tropas de Mato Grosso se concentrassem nas margens do rio Paraná.

Na madrugada de 11 para 12 de novembro, o general Falconiére já dominava completamente a situação em São Paulo. O general Lott achou necessário obter a colaboração de um intermediário para se entender com o governador de São Paulo, Jânio Quadros. A pessoa escolhida foi o Cardeal Mota, que se encontrava em Aparecida do Norte:

"Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1955.

"Prezado amigo Cardeal Mota

"Atenciosos cumprimentos

"Imperativos do momento levaram o Exército brasileiro à atitude extrema no sentido de preservar o princípio da ordem constitucional e da disciplina.

"Venho, nesta emergência, apelar para o prezado amigo no sentido de levar ao chefe do governo do Estado de São Paulo a certeza de que os recentes acontecimentos objetivam exclusivamente aquele fim, como convém aos supremos interesses da Pátria.

"Abraça-o cordialmente,

"(a) General Henrique Lott."

A resposta chega dois dias depois. Apesar de o Cardeal não entrar em detalhes, é fácil perceber que sua missão não fora coroada de êxito.

"Exmo. e prezado amigo.

"Sr. general Teixeira Lott.

"Tenho a honra de escrever esta em resposta à estimada carta com que V. Exa. me distingiu em data de 11 do corrente.

"Fiz o que pude para o melhor desempenho da comunicação que levei pessoalmente ao conhecimento do sr. governador deste Estado.

"E, no Santuário de Aparecida, no dia 11, fiz as mais fervorosas preces à nossa querida Padroeira do Brasil; pela mais completa pacificação de nossa querida Pátria; e, em particular, pela pessoa de V. Exa. e por sua missão atual.

"Tenho a impressão de que tudo está-se normalizando também aqui na Paulicéia.

"Continuarei a rezar e a fazer rezar.

"Que Deus guarde a V. Exa., de que sou co-estaduano, amigo e admirador.

"(a) C. Card. Mota, Arcb. de São Paulo."

Por sua vez, o governador Jânio Quadros, através do chefe de sua Casa Civil, Francisco Quintanilha Ribeiro, já fizera distribuir nota à imprensa que não deixava dúvida quanto aos seus propósitos:

"Jornais noticiaram que o governador teria hipotecado solidariedade a chefes militares ou civis responsáveis pelo recente movimento ou beneficiários deste.

"A suposta informação é mentirosa.

"O governador continua imerso nas atividades inerentes aos seus deveres e empenhado em respeitar, e serem respeitadas, a Constituição, as leis e a paz pública, de sorte a assegurar o trabalho profícuo do grande e generoso povo paulista.

"O governador continuará nesse trabalho até onde e quando o império das circunstâncias e sua honra pessoal lhe permitirem."

Quando o general Falconiére chegou à capital de São Paulo, foi logo procurado por inúmeros políticos. Diante da disposição clara do governador em favorecer a instalação do governo Carlos Luz em Santos, a oposição procurou convencer o general de que deveria depor Jânio Quadros, fazendo uma intervenção federal no Estado ou obtendo o seu *impeachment*. Foi difícil convencer aqueles políticos que sua missão não era essa.

A população de São Paulo, das nove horas até as dezesseis horas do dia 11, não percebeu que a cidade escapara de ser palco de graves acontecimentos, pois os canhões militares admitiam a possibilidade de um choque armado entre as forças do general Tasso Tinoco e as subordinadas ao general Falconiére da Cunha. O povo ficou sem entender por que foram abertas trincheiras no parque D. Pedro II, nas vizinhanças do quartel do 2º Grupo de Canhões Antiaéreos, e também na avenida São João, junto à antiga sede da 2ª Região Militar, além da montagem de metralhadoras no alto de alguns edifícios. Em São Paulo, ignorava-se que Carlos Luz pretendesse instalar em Santos a sede do governo da República. Só quando cessaram os movimentos, à noitinha, foi que o paulistano tomou conhecimento daquilo que escapara de lhe acontecer.

Quando o brigadeiro Eduardo Gomes sentiu que estava perdida a par-

tida para o seu lado, fez uma proclamação, atendendo ao apelo do presidente Carlos Luz, em prol da pacificação política brasileira. Depois, voltou ao Rio de Janeiro, apresentou-se ao novo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Alves Seco, e foi para sua residência, de onde só saiu no dia seguinte, quando foi esperar o desembarque de Carlos Luz de bordo do Tamandaré.

O PRESIDENTE RELATA A SUA DOENÇA

CAPÍTULO X

No dia 2 de novembro de 1955, o presidente Café Filho teve uma agenda trabalhosa e cheia de preocupações. Recebera um documento das mãos do subchefe de seu Gabinete Militar, o coronel-aviador Doorgal Borges, assinado pelos três ministros militares. Por meio dele, lhe era solicitado o fechamento imediato de alguns jornais e revistas, "para salvaguarda das nossas instituições e para o bem do nosso país". O documento, antes de formular um pedido, apresentava uma longa argumentação sobre os perigos da ação comunista no Brasil.

Mas Café Filho discordou. Não cabia ao Executivo, num ato de força, impedir a circulação de meios de divulgação. Por isso, consultou Prado Kelly que, também não concordando, sugeriu que fosse ouvido Temístocles Cavalcanti, consultor-geral da República. Temístocles achava a medida inconstitucional. Assim é que Café Filho combinou com o ministro Prado Kelly que, no dia seguinte, reuniria os três ministros militares, na presença dele, para expor-lhes as razões do seu não assentimento.

"Não punha em dúvida os sentimentos de patriotismo que teriam inspirado os chefes militares. Mas, acostumado a levar a sério as minhas responsabilidades e as dos meus colaboradores, não podia deixar de temer uma crise, uma vez que me recusava a aceitar uma sugestão formulada com tanta ênfase em torno de um problema extremamente delicado, não tanto pelo comunismo em si, mas porque, a meu ver, punha em risco a linha constitucional do meu governo e poderia criar uma ameaça por parte do Executivo à liberdade de imprensa em geral.

"Recolhi-me pensando no assunto e sentindo-me cada vez mais indisposto. Mais tarde, caracterizou-se o distúrbio cardíaco. Fui levado para o hospital e colocado na tenda de oxigênio.

"Não pude, assim, realizar a reunião programada para o dia seguinte, nem cheguei mesmo a convocar os ministros militares.

"A conferência com Prado Kelly, às últimas horas da tarde de 2 de novembro de 1955, foi o meu derradeiro despacho normal como presidente da República.

"Agravou-se o meu estado de saúde por volta das 23 horas do dia 2 de novembro. Simultaneamente com uma sensação de angústia e uma transpiração abundante, entraram em fase aguda os sintomas doloro sos.

"Pessoas de minha família e o meu ajudante-de-ordens, capitão Juércio de Paula, procuraram localizar às pressas os médicos Raimundo de Brito, Aarão Benchimol e Teobaldo Viana.

"Conseguiram, mais ou menos à meia-noite, o comparecimento de Raimundo de Brito, que me examinou e tomou as providências mais urgentes, ministrando-me os remédios necessários e estabelecendo contato, pelo telefone, com o seu colega Benchimol, com o qual estivera alguns momentos antes num jantar em homenagem ao professor Mariano de Andrade.

"Raimundo e Benchimol chegaram logo à conclusão de que eu deveria ser imediatamente recolhido a uma tenda de oxigênio e ficar em repouso absoluto.

"O apartamento não tinha condições adequadas ao tratamento de que eu precisava. O mesmo acontecia com o Catete. Impunha-se, pois, a minha hospitalização – opinaram os dois médicos."

Café Filho desde moço apresentava distúrbios circulatórios. Em 1932, quando quisera fazer um seguro de vida, o exame médico não o deu como apto, mas ele, então, atribuiu a recusa a razões políticas.

Mais tarde, em um comício no Nordeste, chegou a desmaiar devido a uma perturbação circulatória. Café atribuiu-a a um reflexo nervoso e não deu maior importância. Em 1952, já vice-presidente, teve o primeiro enfarte. Portanto, já era um homem com o organismo combalido.

"No Hospital dos Servidores do Estado já me esperava um grupo de médicos e enfermeiros sob a chefia do dr. Aarão Benchimol.

"Confirmado o diagnóstico de Raimundo de Brito, fui posto na tenda de oxigênio. A partir da manhã seguinte, empenhados em promover-me a cura dentro do prazo mais rápido possível, fixaram-me os médicos um severo programa de repouso, impedindo-me de receber visitas, mesmo da família.

"Somente no terceiro dia, Jandira teve permissão de entrar no quarto, com a recomendação de não conversar senão sobre assuntos caseiros. Fi-

quei, assim, completamente isolado dos acontecimentos políticos e administrativos.

"Asseguravam-me os medicos que tudo ia bem e pediam-me que não me preocupasse. Ao mesmo tempo, prosseguiam no tratamento e nos exames, inclusive através de eletrocardiogramas e balistocardiogramas. Enclausurado no hospital, ignorava tudo, por ordens dos especialistas que me assistiam.

" De dentro da tenda de oxigênio, só via uma novidade: a paisagem branca e silenciosa do interior do quarto de doente, com o avental dos médicos e o uniforme das enfermeiras.

"Paralelamente à crise cardíaca que me imobilizara, evoluía a crise política e militar, motivada pelo discurso do coronel Mamede à beira da sepultura do general Canrobert. Os outros sabiam disto, eu ignorava; mas, ignorando, não deixava de inquietar-me.

"Era-me impossível deixar de preocupar-me com a paralisação de inúmeros assuntos do governo, dependentes de minha decisão. Como já me sentia melhor, manifestei a disposição de despachar pelo menos a parte mais urgente do expediente da Presidência da República.

"Opuseram-se terminantemente os médicos, principalmente o dr. Benchimol, o cardiologista. Diziam que eu estava em plena recuperação e não devia interrompê-la. Alegavam também a responsabilidade deles, argumentando: 'O senhor é o presidente da República e está entregue aos nossos cuidados profissionais. Se, retornando à atividade, lhe sobrevém uma recaída fatal, a repercussão contra nós será tremenda. Veja, por outro lado, que está melhorando e não deve cometer imprudências que poderiam ter um desfecho desagradável para os seus parentes e para o País. Pense, pois, na nossa responsabilidade de médicos e também na sua como presidente da República e como chefe de família.

"Persisti, contudo, na idéia de assinar alguns papéis para não atrasar demais os serviços da Presidência da República. Sentia-me fisicamente capaz desse esforço, o qual, por outro lado, no meu entender, poderia contribuir psicologicamente para a minha recuperação, deixando-me menos preocupado com a paralisação dos assuntos do governo.

"O paciente, em casos como o meu, superada a pressão aguda do sistema cardiovascular, sente-se bem, talvez de maneira ilusória, até que os exames demonstrem encontrar-se em perigo de vida, ainda.

"Minhas energias, naquele intervalo, foram bastante para discutir a situação clínica com os médicos, insistindo em retomar, progressivamente, no próprio hospital, o desempenho das minhas funções.

"No dia 6, avisaram-me os médicos que iam convocar para uma conferência em torno do meu caso mais três colegas, especialistas de renome.

"Assustei-me ao saber desta iniciativa, julgando-a oriunda de um agravamento do meu estado de saúde. Mas, diante das explicações, concor-

dei plenamente. Não queriam os drs. Raimundo de Brito e Aarão Benchimol assumir sozinhos a responsabilidade de uma decisão sobre se eu estava ou não em condições de voltar às minhas ocupações, conforme pretendia.

"Chamaram, por isso, os professores Genival Londres, Teobaldo Viana e Deolindo Couto, aos quais se reuniram, na noite do dia 7, para me submeter a um novo e minucioso exame. Segundo o laudo dessa junta médica, eu deveria manter-me ainda 'por alguns dias afastado de qualquer atividade'.

"Mais tarde, ao examinar-me nos Estados Unidos, o célebre cardiologista dr. Paul White elogiou o rigorismo do tratamento que me fora dispensado no Hospital dos Servidores do Estado, considerando-o decisivo para o meu restabelecimento".

Mas o presidente estava muito preocupado com a situação política. Queria, por força, avistar-se com seus ministros. E urgia que se fizesse a sua substituição temporária, enquanto se encontrasse hospitalizado. Por esse motivo, conseguiu que os médicos lhe permitissem conversar com o ministro da Justiça. Prado Kelly deixou o hospital encarregado de examinar a possibilidade de Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, assumir interinamente a Presidência, da maneira mais simples possível. Quando regressou ao hospital foi para informar ao presidente que bastaria uma carta dele a Carlos Luz, transmitindo-lhe o poder até que cessasse o impedimento.

Finalmente os médicos concordaram que Café Filho se avistasse com seus ministros, um de cada vez, limitando-se à comunicação da passagem do governo, sem conversas que o emocionassem.

Recebeu-os no dia 8 de novembro em ambiente de cordialidade.

No mesmo dia, enviou a carta ao deputado Carlos Luz:

"Senhor presidente da Câmara dos Deputados.

"Tendo-me recolhido, por motivo de uma crise cardiovascular, ao Hospital dos Servidores do Estado e recomendando-me os médicos assistentes, drs. Aarão Benchimol e Raimundo de Brito, bem como os médicos chamados em conferência, drs. Genival Londres, Deolindo Couto e Teobaldo Viana, que me mantenha 'afastado de qualquer atividade' e observe 'por mais alguns dias' o repouso indispensável ao meu restabelecimento, venho por este meio transmitir a V. Exa. na qualidade de meu substituto, o exercício, enquanto perdurar o referido impedimento, das funções de presidente da República, nos termos do Artigo 79, parágrafo 1º da Constituição."

"O dia 9 de novembro decorreu sem que eu tivesse qualquer informação. Também o dia 10. Mas, à noite desse dia, cerca das dezenove horas, por coincidência num instante de ausência dos médicos, Monteiro de Castro, chefe do Gabinete Civil, entrou no meu quarto de hospital e, de-

pois de algumas palavras preliminares, informou que o presidente Carlos Luz mandava avisar que demitira o general Lott e pretendia nomear o general Fiúza de Castro, para a Pasta da Guerra.

"A notícia de tal decisão do meu substituto provisório, para mim inteiramente imprevista, não só por não ter sido antes ouvido sobre ela mas também por ignorar a evolução da crise, surpreendeu-me e alarmou-me.

"Após a visita de Monteiro de Castro, que me fora levar na noite de 10 de novembro de 1955 a comunicação do presidente Carlos Luz sobre a exoneração do general Teixeira Lott e a nomeação do general Fiúza de Castro, esteve comigo no hospital o ministro da Agricultura, Munhoz da Rocha.

"Manifestei-lhe igualmente as minhas apreensões em face do desfecho, para mim inesperado e grave, do caso Mamede. A conversa com Munhoz foi interrompida por Raimundo de Brito que, preocupado com a minha recaída, restabeleceu com maior rigor as medidas relativas ao meu isolamento.

"No dia seguinte, em conseqüência da intensa medicação, acordei tarde. Ao fim da tarde, quase noite, apareceram-me, juntos, os médicos Aarão Benchimol e Raimundo de Brito.

"Em pequenas doses, numa conversa cautelosa e gradativa, foram-me comunicando os acontecimentos, até que, por volta das 22 horas, fique ciente dos fatos mais importante, inclusive a retirada do presidente Carlos Luz com uma parte do governo a bordo do Tamandaré.

"O ajudante-de-ordens que deveria ter entrado em serviço pela manhã, capitão Geraldo Almeida, só chegou no fim do dia, à paisana, explicando que não pudera entrar no Catete para vestir a farda.

"Embora não tenha experimentado propriamente o choque de uma surpresa, de vez que já me encontrava na expectativa de graves acontecimentos, a revelação das ocorrências do dia 11 abalou-me profundamente, tendo os médicos registrado a pressão mais alta de todo o período da doença.

"Sentia-me tanto mais inquieto quanto estava desinformado de pormenores decisivos. Desconhecia a posição exata de vários setores militares e civis. Não era senão de maneira vaga e incompleta que me chegavam as notícias, como, por exemplo, as que diziam respeito aos deslocamentos de forças da Marinha e da Aeronáutica. Ignorava também a verdadeira atitude dos responsáveis pela rebelião em relação a mim.

"Não pude, assim, nas primeira horas, fazer um julgamento da situação.

"Tendo Raimundo de Brito solicitado demissão dos cargos de presidente do IPASE e diretor do Hospital dos Servidores do Estado, depois de um certo incidente com o ministro do Trabalho de Nereu, Nélson

Omegna, resolvi antecipar a minha mudança para uma casa de saúde particular.

"Esta mudança fora programada antes de 11 de novembro, dada a conveniência de uma renovação de ambiente e a necessidade de minha ida para uma clínica de repouso mais apropriada à convalescença. A exoneração de Raimundo de Brito apenas precipitou uma iniciativa já planejada.

"Dirigi-me, assim, no dia 14, para a Casa de Saúde São Vicente. A princípio, ocupei um quarto comum, de onde saí para um apartamento, ante a gentileza dos diretores do estabelecimento, professores Genivaldo Londres e Aluísio Marques e dr. João Borges, que me instalaram em cômodo mais amplo, onde pudesse receber visitas, de vez que estas já estavam sendo parcialmente permitidas pelos médicos.

"No dia 15, Nereu chamou Raimundo de Brito ao Catete e se mostrou aborrecido e surpreso ao saber da resolução de certos funcionários do palácio presidencial que, à revelia dele, haviam-me deixado sem carro e privado de certos serviços inerentes ao cargo, tais como correspondência e ajudante-de-ordens".

Apesar de todas essas afirmativas e dos protestos de solidariedade, Café Filho, observando o curso dos acontecimentos, verificou que havia "no novo governo um abismo entre as palavras e os atos, pois estes continuavam a ser praticados inteiramente à minha revelia".

"Não me foi difícil perceber que o verdadeiro propósito das autoridades investidas pelo golpe era obter uma discreta composição comigo, de modo que eu prolongasse a convalescença até findar o prazo do meu mandato legal.

"Eu não podia conformar-me com isto, que me parecia uma farsa e um procedimento ignóbil. Achei que devia reagir.

"Embora em fase de recuperação, faltavam-me, no entanto, perfeitas condições de saúde, bem como suficientes meios de fazer prevalecer a minha autoridade.

"Comecei, por isso, a admitir a hipótese de resignar o poder, como forma de protesto não apenas contra o golpe, mas também contra a tentativa em favor da minha concordância tácita.

"Incumbi reservadamente o meu secretário particular de redigir a comunicação da minha renúncia. Uma vez pronta esta declaração, resolvi aguardar um pouco a evolução dos acontecimentos.

"O decorrer de uma semana mais me convenceu de que não restava outro caminho, embora mantivesse em sigilo a deliberação, conhecida apenas de poucas pessoas e que seria naturalmente objeto de uma consulta a meus principais colaboradores, quando adotada definitivamente.

"No dia 20 de novembro, antes de receber o general Lott, não via outra solução fora da renúncia. Mas os termos em que o ministro da Guerra

colocou o problema resultante da rebelião militar, levando-me o ultimato de um grupo de generais contra a minha volta ao governo, deixando-me política e moralmente inibido de consumar a renúncia, que a partir daí não seria mais espontânea e digna.

"Para o esquema do meu procedimento naquela fase, o encontro do general Lott comigo representou um fato novo, que modificou radicalmente o meu estado de espírito e me impôs outra atitude.

"Compreendi que não cabia senão resistir em meu posto de presidente constitucional, aguardando a deposição por parte dos generais a quem confiara os comandos.

"Em 17 de novembro de 1955, três dias depois da minha mudança do Hospital dos Servidores do Estado para a Clínica de Repouso São Vicente, Raimundo de Brito e Aarão Benchimol comunicaram-me que eu seria novamente examinado por uma junta médica, desta vez mais ampliada.

"Foram assim convocados, além dos professores Genival Londres, Deolindo Couto e Teobaldo Viana, que haviam comparecido à conferência anterior, os professores Aluísio de Castro, Jairo Ramos e Luís Feijó.

"Todos eles e meus dois médicos assistentes deveriam reunir-se na Clínica São Vicente no dia 21, segunda-feira, às dez horas.

"A idéia de promover esta nova conferência com a participação de oito especialistas dos mais eminentes do País resultava da necessidade de verificar se eu já estava em condições de retornar à atividade normal, em face da recuperação obtida em quase três semanas de permanência no hospital e na clínica de repouso.

"Sentindo não apenas as próprias responsabilidades, mas também as minhas, como presidente da República em momento de grave crise nacional, Raimundo e Benchimol desejavam revestir de todas as medidas de cautela e segurança o laudo definitivo sobre o meu estado de saúde.

"No dia 21 de novembro, às dez horas, fui submetido ao exame da junta médica, integrada dos professores cujos nomes já consignei. O dr. Jairo Ramos, catedrático da Escola de Medicina de São Paulo, em presença dos seus companheiros, declarou-me, a certa altura, que a opinião do próprio doente valeria muito naquele caso, antes de uma decisão dos especialistas. Acentuou as grandes responsabilidades das funções de presidente da República, principalmente numa hora de crise política e militar, havendo ainda a circunstância de ser eu portador de uma lesão cardíaca.

"Em tais condições, importava muito conhecer o meu estado psicológico, a minha verdadeira disposição. Cumpria verificar se eu me sentia intimamente em condições de voltar à atividade para exercer o mandato ou se temia que isso poderia prejudicar-me. Explicou que a minha opinião seria acrescida aos resultados do exame geral, realizado pela junta.

"Em resumo, foi esta a minha resposta: Devo declarar aos senhores que, depois da visita que recebi ontem do meu ministro da Guerra, que me fez, em nome de um grupo de generais a quem confiei os principais comandos militares, uma notificação contrária à minha volta ao governo, o meu desejo é reassumir imediatamente o cargo. Naturalmente, respeitarei a decisão da junta. Os senhores podem tomar uma resolução na base do meu verdadeiro estado de saúde. A minha vontade íntima é retornar o quanto antes ao exercício do mandato. Mas acatarei o que ficar deliberado nesta conferência médica.

"Procedidos os exames, os oito especialistas, em decisão unânime, consideraram-me em condições de reassumir o governo. Dizia o laudo, em sua parte essencial:

'Atualmente, o sr. presidente está recuperado do episódio da insuficiência coronariana subaguda que o acometeu, voltando às condições clínicas anteriores, isto é, de cardiopatia hipertensiva e coronariana, em estado de equilíbrio circulatório'.

"Diante deste resultado, não me cabia senão cumprir o meu dever, voltando ao exercício do mandato.

"Na manhã de 21 de novembro, ainda admiti que o bom senso voltasse a predominar entre os generais e eu pudesse completar o mandato. Poupar-se-ia, assim, à Nação o opóbrio de um segundo golpe.

"Mas as notícias que daí a pouco chegavam ao meu conhecimento não deixavam dúvida sobre o propósito do grupo dominante de impedir a minha volta ao governo. Às primeiras horas da tarde, alguns jornais e estações de rádio eram novamente submetidos ao regime da censura, como por ocasião do primeiro golpe.

"Os portões do Palácio do Catete foram fechados, ao mesmo tempo que lá chegavam reforços militares.

"Deixei a casa de saúde por volta das 17 horas, com uma pequena comitiva distribuída em alguns automóveis, da qual faziam parte o brigadeiro Eduardo Gomes, o almirante Amorim do Vale, os ministros Munhoz da Rocha, Prado Kelly e Alencastro Guimarães, além de outros amigos e auxiliares.

"O meu propósito, naquela tarde, não era dirigir-me ao Catete, mas sim a minha residência, onde pernoitaria, pretendendo, no dia seguinte, comparecer ao Palácio no expediente normal, uma vez que já estariam, então, efetivadas as necessárias comunicações.

"A porta de entrada do edifício onde moro, fomos todos, eu e os que me acompnhavam, envolvidos por numerosos manifestantes. Informados dos acontecimentos, haviam-se aglomerado nas proximidades proporcionando-nos uma acolhida em meio de aclamações, que se prolongaram por algum tempo."

O CONGRESSO SE AGITA

CAPÍTULO XI

Tendo o deputado Carlos Luz deixado a presidência da Câmara para substituir o presidente Café Filho, que adoecera, seu lugar foi preenchido pelo vice-presidente, deputado Flores da Cunha.

Na madrugada de 11 de novembro, tão logo o deputado gaúcho tomou conhecimento da agitação militar que se desencadeara no País, dirigiu-se para o Palácio Tiradentes. Às seis horas da manhã, as portas da Câmara dos Deputados foram abertas para receber todos os seus membros. Depois disso, Flores da Cunha convocou uma reunião, em seu gabinete, com os líderes de todos os partidos políticos e o senador Nereu Ramos, presidente em exercício do Senado. A conferência durou até as 11 horas da manhã, quando foram iniciados os trabalhos da Câmara.

Aberta a sessão, foi lida uma comunicação do presidente Carlos Luz em que este declarava estar no pleno exercício da Presidência da República, a bordo do cruzador Tamandaré.

Em seguida, o líder pessedista Gustavo Capanema apresentou uma moção, em que chamava a atenção dos deputados para a situação de fato em que se encontrava o País. Não cabia, na ocasião, analisar o sentido do movimento militar deflagrado. O importante, no momento, era evitar uma ditadura militar.

Houve um grande debate sobre o assunto, opondo-se em suas idéias a maioria e a minoria. Falaram contra a moção os deputados João Agripino, Afonso Arinos, Castilho Cabral, Alberto Torres e Adauto Lúcio

Cardoso. Apoiaram a proposta de Capanema, além do seu autor, Fernando Ferrari e Croacy Oliveira.

Posta em votação, a moção de Capanema foi aprovada por 185 votos contra 72, contando com o apoio das bancadas do PSD, PTB, PTM, PR e PRP. A minoria só teve o apoio da UDN.

As 16 horas, foi levada ao Senado, por uma comissão de deputados, a decisão da Câmara quanto à moção apresentada por Gustavo Capanema. O senador Nereu Ramos levou o ofício à consideração do plenário. Posto em votação, o Senado aprovou por 43 votos contra nove.

Discursaram, durante os debates, os senadores Argemiro de Figueiredo, contra a moção, e Atílio Vivacqua, Apolônio Sales e Kerginaldo Cavalcanti, a favor.

Apurados os resultados, estando aprovada a moção pelas duas casas do Congresso, com fundamento no Artigo 79, parágrafo 1º da Constituição, o deputado Carlos Luz foi declarado impedido para o exercício da Presidência da República. Conseqüentemente, estava convocado para substituí-lo seu sucessor legal, o senador Nereu Ramos.

Saindo do Senado, Nereu Ramos, por volta das 17 horas, compareceu ao Ministério da Guerra, sendo recebido na entrada pelo marechal Mascarenhas de Morais e vários oficiais que o conduziram ao gabinete do ministro da Guerra.

Nereu Ramos e Lott mantiveram uma conversa, a portas fechadas, por alguns minutos. Depois, passando para o salão dos despachos, o ministro da Guerra apresentou o novo presidente da República aos oficiais-generais ali presentes.

Do Ministério da Guerra, Nereu Ramos e Henrique Lott seguiram para o Palácio do Catete, onde seria realizada a posse solene do novo presidente da República.

O senador Nereu Ramos recebeu a investidura de chefe do governo das mãos do general Teixeira Lott, na qualidade de chefe do movimento revolucionário. Haviam-se passado 32 horas de governo de fato.

As 20 horas, o presidente Nereu Ramos assinava seus primeiros atos, nomeando alguns membros do seu governo. Ministro da Guerra, general Henrique Lott; ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Alves Câmara Júnior; ministro da Aeronáutica, brigadeiro Vasco Alves Seco; ministro da Justiça, Francisco de Menezes Pimentel; chefe da Casa Civil, Paulo Lira; chefe da Casa Militar, coronel F.L. Brayner.

ASSIM RELATOU CARLOS LUZ

CAPÍTULO XII

No dia 14 de novembro, Carlos Luz resolveu comparecer à Câmara dos Deputados, contrariando os apelos de seus amigos e correligionários, inclusive o cardeal d. Jaime de Barros Câmara. Todos temiam que a sessão se tornasse excessivamente agitada, de modo a resultar em tumulto.

Carlos Luz historia os fatos a partir do discurso do coronel Mamede à beira do túmulo do general Canrobert Pereira da Costa. Lê os pareceres do brigadeiro Duncan e do consultor-geral da Republica, Temístocles Cavalcanti, sobre a questão disciplinar que atingia o referido coronel. Descreve, em detalhes, seus encontros com o general ministro da Guerra, até o momento de sua demissão, na noite de 10 de novembro, no Palácio do Catete. Explica a razão da demora em receber o general Lott em seu gabinete. Fora um dia de trabalho excessivo, com um acúmulo de audiências que se prolongaram mais do que o devido. E quanto ao fato de já ter escolhido o substituto do general Henrique Lott, ele, na véspera, havia-lhe declarado que, se o presidente Carlos Luz decidisse não punir o coronel Mamede, se veria obrigado a pedir exoneração do cargo, porque se sentiria diminuído, tal o rumor que o caso tivera. Em vista dos pareceres referidos, que lhe chegaram às mãos a 10 de novembro, Carlos Luz tomou a decisão de não devolver o coronel Mamede às fileiras do Exército. Estando esta sua decisão em desacordo com a de Lott, já sabia, de antemão, que seu ministro se demitiria. Teve, pois, que providenciar a escolha de um substituto. Por isso, no momento em que Lott se demitiu, o

presidente pôde apresentar imediatamente um nome para seu sucessor na Pasta da Guerra.

Após seu último encontro com o general Lott, o presidente Carlos Luz permaneceu no Palácio do Catete até cerca de meia-noite, recebendo de todos os setores informações normais. Depois, seguiu para a residência particular.

Por volta de 2h20 da madrugada, o ministro Prado Kelly avisou-o de que, através da Chefia de Polícia, recebera a informação de que algo de anormal ocorria nos quartéis. Logo depois, oficiais lhe davam a mesma comunicação, quando se dispunha a voltar para o Palácio do Catete.

No Catete, Carlos Luz chamou Fiúza de Castro, convocou alguns generais e tentou substituir comandos. Mas já era tarde, pois o dispositivo militar de Lott estava em pleno funcionamento. Vendo que seria arriscado permanecer no Palácio, o presidente decidiu transferir-se para o Ministério da Marinha, pois tinha como certo o apoio do almirante Amorim do Vale. Sentindo que, mesmo naquele Ministério, poderia ocorrer o risco de ser preso, resolveu seguir para bordo do cruzador Tamandaré. Desse vaso de guerra, o presidente dirigiu ao deputado Flores da Cunha uma proclamação, em forma de mensagem ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal e a todos os governos dos Estados.

"Ao general Flores da Cunha, presidente em exercício da Câmara dos Deputados.

"Venho comunicar a V. Exa. e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo em que estou investido, de presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício daquele cargo a bordo de uma unidade da nossa Marinha, em águas territoriais.

"Apresento a V. Exa. os meus protestos de distinta consideração."

Sob o comando do almirante Carlos Pena Botto, o Tamandaré, apesar de estar em reparos, pois somente duas de suas caldeiras estavam em funcionamento, navegou barra afora. Eram 9h19 quando desatracou do cais norte do Arsenal da Marinha, na ilha das Cobras.

E Carlos Luz continua seu depoimento, declarando que seguiam numa missão de paz. Era o governo constitucional que se mantinha dentro de uma fortaleza militar, para manter a autoridade e o prestígio ante a sublevação que se alastrava.

Logo que o cruzador se aproximou da Fortaleza de Laje, recebeu avisos de que estava proibida a saída de vasos de guerra. Pena Botto resolveu correr o risco, enfrentando também as duas outras fortalezas que guarnecem a barra do Rio de Janeiro. Fora da baía de Guanabara, o Tamandare navegou durante 22 minutos sob o fogo dos fortes de Duque de Caxias e Copacabana.

Foram lançados 12 disparos contra o cruzador. Um passou sibilando

sobre a cabeça do comandante do navio, o capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Heck; outro caiu a 70 metros do navio; e mais seis caíram nas proximidades.

Pena Botto não quis responder ao fogo, com receio de atingir residências particulares das vizinhanças.

O propósito da Marinha era levar o presidente Carlos Luz para Santos. As informações que tinham eram de que os fortes daquele porto e as forças de terra permaneciam fiéis ao governo constitucional. Mais tarde, com a sucessão de informações oficiais, através do capitão do porto, verificaram que a situação se transformara e já os fortes, aderindo ao movimento, tinham ordem de atacar o navio, estando as forças de terra de comum acordo com as que operavam na capital da República.

Pediram informações ao brigadeiro Eduardo Gomes, que se encontrava em São Paulo. Já então toda resistência seria inútil. A guarnição de terra era controlada pelo general Lott e o general Tasso Tinoco limitado a seu quartel.

Na noite de 11 de novembro, Carlos Luz reuniu na sala do comando do cruzador Tamandaré os elementos do governo que o haviam acompanhado, Prado Kelly, ministro da Justiça; Marcondes Ferraz, ministro da Viação; Munhoz da Rocha, ministro da Agricultura; coronel Canavarro, chefe da Casa Militar, e todos os seus oficiais; Monteiro de Castro, chefe da Casa Civil, e seus auxiliares diretos; etc . . . O presidente permitiu que cada um manifestasse seu ponto de vista em face da situação nacional. Naquela altura, já haviam ouvido pelo rádio que o senador Nereu Ramos fora empossado na Presidência da República.

Tendo sido constituído novo governo na capital da República, considerada a situação militar em todas as regiões do País, declarada a impossibilidade de descerem em Santos, Carlos Luz decidiu, numa última manifestação como presidente da República, expedir um rádio aos ministros da Marinha e da Aeronáutica.

"Srs. ministros da Marinha e da Aeronáutica:

"Minha atitude, até aqui, obedeceu unicamente ao propósito de resguardar a autoridade do presidente da República e de sustentar a Constituição.

"Considerando, porém, a opinião de ministros, oficiais e outros amigos que me acompanham, diante da situação de fato ora instalada no País, venho recomendar-lhes se abstenham de novos esforços no sentido da resistência, a fim de evitarmos se derrame o sangue generoso dos brasileiros e se lancem as forças militares umas contra as outras.

"Espero considerem com seus leais comandados estas derradeiras instruções, inspirados não só no sentimento da honra comum como na confiança que todos depositamos na bravura e no civismo da Marinha de Guerra e da Aeronáutica.

"Nesta data, dirijo-me ao atual governo, dando conta desta resolução."

Depois disso, Carlos Luz ordenou ao comando do Tamandaré que o cruzador retornasse à sua base, de onde havia partido por sua ordem, com a autoridade de presidente da República, e com a presença do vice-almirante Pena Botto, comandante-em-chefe da Esquadra, e do comandante do navio, capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Heck. Em seguida, expediu um rádio ao presidente Nereu Ramos:

"No exercício da Presidência da República, comandante supremo das Forças Armadas, ante a rebelião, que hoje surpreendeu o País, deliberei defender a autoridade e a lei por todos os meios legítimos ao meu alcance.

"A situação de fato ora criada com a formação de novo governo, sob sua presidência, faz com que comunique aos meus leais ministros, auxiliares, comandados e amigos que cessem qualquer esforço de resistência.

"Assumo todas as responsabilidades que a lei e a dignidade do meu cargo exigem, menos a de derramar sangue de brasileiros e permitir que sejam lançadas umas contra as outras as Forças Armadas da minha pátria.

"Por esta razão, estou determinando o regresso do cruzador Tamandaré à sua base, de onde saiu por minha ordem, trazendo o comandante da Esquadra almirante Pena Botto e o comandante do navio, capitão-de-mar-e-guerra Sílvio Heck.

Saudações."

Carlo Luz regressou ao Rio de Janeiro no dia 14 de novembro. Tinham aviso de que o desembarque seria plenamente facilitado. Quando já tinham o aviso do desembarque, chegou a ordem da Marinha para que fosse sustado. Souberam, então, que iria a bordo um mensageiro, o deputado Ovídio de Abreu, para parlamentar com o presidente deposto para a facilidade do desembarque.

OVÍDIO DE ABREU TAMBÉM FAZ SEU RELATO

CAPÍTULO XIII

O deputado mineiro teve uma missão importante no dia 14 de novembro de 1955 e este é o seu relato pessoal: "Às cinco horas da manhã, o telefone tocou em minha casa. Era o governador eleito de Minas Gerais, dr. Bias Fortes: 'Ovídio, você está de pé? Temos missão importante para confiar-lhe. Posso ir a sua casa imediatamente?'

"Não, Bias. Eu irei aí, em seu apartamento, em poucos minutos. Não precisa dar-se ao incômodo de vir aqui...

"Peguei meu carro e, em pouco tempo, estava em seu apartamento, no Posto 6, à avenida Atlântica. A essa hora, já havia muito movimento no apartamento, Bias tomava providências. Bias Filho ajudava.

"Disse-me Bias: 'Vamos ao assunto. Como você sabe, o Carlos Luz saiu do Catete e se refugiou no navio Almirante Tamandaré, que estava fundeado ao largo na baía da Guanabara. Tentou desembarcar em Santos mas, verificando a impossibilidade, retrocedeu e, agora, é preciso encontrar-se uma solução, que só pode ser a sua renúncia à Câmara dos Deputados. Então, meu caro, a sua incumbência é ir a bordo do cruzador Tamandaré para obter essa renúncia. Você está disposto a nos prestar esse serviço?. Lembramos seu nome, porque você tem a habilidade necessária e não há incompatibilidade entre você e o Luz'.

"Na época, eu era deputado federal e, portanto, colega de Carlos Luz. Respondi: Já que julgam me condições, estou às ordens.

"Passamos, então, a imaginar como chegar até o navio, verificando-se que somente mediante autorização das autoridades do Ministério da Ma-

rinha seria possível. Fizemos logo uma ligação para o Palácio do Catete de onde informaram que eu poderia ser recebido imediatamente pelo presidente Nereu Ramos, para tratar do assunto.

"Antes de me retirar, disse a Bias Fortes: Já que vou solicitar de Carlos Luz a sua renúncia, que poderei oferecer-lhe em retribuição? E em nome de quem o farei?

'Você lhe dirá que vai em nome de seus amigos políticos de Minas e que, pelo seu gesto patriótico, terá a nossa gratidão e de todo o País. Evite falar muito em meu nome, Ovídio, você sabe...'

"Desci, peguei meu carro e segui para o Catete. Imediatamente fui introduzido no gabinete do presidente. Nereu estava bastante preocupado e dizia que a situação era muito grave. Pedi-lhe, então, providências junto às autoridades da Marinha para que eu pudesse ir até o Tamandaré. Nereu se entendeu com o Ministro da Marinha e me disse que poderia ir para lá, que seria conduzido ao Cruzador. E acrescentou: 'O momento não comporta protelações e é necessário que você traga a renúncia.'

"Disse-lhe, então: Presidente, V. Exa. poderia mandar comigo mais alguém de sua confiança para ajudar nas conversas, pois a incumbência é de muita responsabilidade e é de conveniência que a conferência com Carlos Luz seja testemunhada. Eu já fiz esse pedido ao Capanema, que está aí fora, mas ele acha que não pode afastar-se hoje da Câmara, justamente neste momento em que se estuda uma fórmula jurídica para preservar a ordem constitucional.

"Nereu, mostrando-se contrariado, preocupado e constrangido, disse, entre o monólogo e diálogo: 'Eu não devia entrar nisso. Poderei ser mal interpretado. Vocês, mineiros, criam suas complicações, armam suas brigas políticas, transferem-nas para o plano nacional. Mas, já tomei providências junto ao Ministério da Marinha. Você siga para lá, e só, sem mais ninguém.' Ainda não eram nove horas da manhã. Já havia alguns políticos no Catete: Drault Ernani, Guilhermino de Oliveira, Joaquim Ramos, Uriel Alvim e outros.

"Retirei-me do Palácio e segui, agora em carro oficial da Presidência da República, a fim de não ser interceptado pelas tropas militares que ocupavam a cidade, principalmente na rua 1º de Março, via de acesso ao Ministério da Marinha. Minha entrada no pátio do edifício do Ministério só foi possível por estar em carro oficial da Presidência.

"Tímido e temeroso, no meio daquela oficialidade alinhada e correta, em plena atividade àquela hora, fui encaminhado ao gabinete do Ministro, que me tratou cortesmente e, sem conversa, mandou chamar o comandante Sílvio Mota, dizendo-lhe: 'Leve-o ao Cruzador.' Com o comandante Mota, tomamos uma lancha que, depois de algum tempo, acostou ao Almirante Tamandaré. O que para o oficial Mota era uma rotina, para mim era episódio inédito e fascinante. Assim que subimos ao

tombadilho, encontrei o deputado Carlos Lacerda, que contemplava à distância a baía e com quem conversei enquanto esperava. Dizia com enfado: 'Tudo acontece porque são uns adolescentes esses políticos.'

"Enquanto passava de uma sala para outra, fui encontrando pessoas conhecidas, alguns ministros de Carlos Luz. Um dos primeiros que vi foi meu caro amigo José Monteiro de Castro, com quem falei ligeiramente. Outros de que me lembro foram os drs. Prado Kelly, Munhoz da Rocha, Marcondes Ferraz, Carlos Lacerda, almirantes Amorim do Vale e Ernesto Araújo, general Delson Fonseca, coronéis Canavarro Pereira, Jurandir Mamede e brigadeiro Sá Earp.

"Afinal, cheguei ao gabinete 'presidencial', como chamavam. Carlos Luz me recebeu com secura e perguntou logo: 'Você vem em nome de quem?'

"Dos amigos da política de Minas, respondi. Por indicação de Bias Fortes.

"Carlos Luz fez um sorriso de mofa e pronunciou entre os dentes: 'Amigos... da política de Minas... E o Nereu? Que tem ele com isso? Com tanto medo do Lott?'

"Respondi: Nereu não queria interferir no caso, achava mesmo que poderia ser acusado de agir em causa própria, mas diante das circunstâncias teve que agir, inclusive para possibilitar minha vinda até este navio.

"Carlos Luz não ocultava sua irritação contra os políticos de Minas e também contra Nereu, por quem se dizia esbulhado do poder.

"Disse eu: Minha missão é ingrata e lamento ter sido eu o escolhido para receber de você a renúncia à presidência da Câmara dos Deputados. 'Ingrata mesmo, disse Luz, porque não vou entregar minha renúncia com esta urgência, pois, para mim, que ainda sou presidente da República, é uma humilhação assinar tal documento a bordo de um navio.'

"Retruquei: Entende o governo que a renúncia é urgente porque a situação é grave e as Forças Armadas exigem a normalização do poder civil para não terem que tomar conta do poder.

'Como já disse, a bordo deste navio não assinarei carta de renúncia.

"Você sabe que sou um simples emissário e nada poderei resolver, observei.

'Então, você que se entenda com o governo e obtenha meu desembarque, a fim de que, já em minha casa, possa tomar a atitude que julgar adequada.'

"Disse-lhe eu:Peço-lhe expedir ordens para que eu possa deixar o navio, mas desejo esclarecer como se processará a renúncia em terra.

'Isso não é assunto para ser cogitado agora', respondeu Carlos Luz.

"Mas, se eu não levar uma promessa firme de sua parte, estou certo de que o governo não dará a autorização desejada.

"Reafirma Luz: 'Só renunciarei depois que chegar em minha casa, sem

nenhuma pressão. De ninguém. Seria conveniente que você decidisse onde e a que hora poderia procurá-lo hoje, sem o que estará criado um impasse.'

"As coisas nesse pé, houve um acontecimento imprevisto: o anúncio da chegada a bordo do deputado Milton Campos.

"Carlos Luz mandou que ele entrasse no seu gabinete e interrompeu a nossa conferência, tendo eu me retirado para o gabinete ao lado, de onde podia ver quem entrava e saía.

"A conversa com Milton Campos foi demorada e Luz, depois, conferenciou também com alguns ministros seus e com o almirante Pena Botto, comandante do cruzador Tamandaré. E eu esperava angustiado, porque as horas se passavam e ainda nada havia de positivo. Contudo, as conferências de Luz com os ministros e com Milton Campos foram benéficas, porque ele ficou menos irascível e mais predisposto a encaminhar conversações para um entendimento. Assim, ficou combinado que, às nove horas da noite, eu iria ao seu apartamento para receber a carta de renúncia, caso o governo concordasse com seu desembarque.

"Retirei-me do seu gabinete e saí rápido, não sem notar o cansaço e a preocupação em todos os rostos dentro do navio, e com razão, porque, afinal, todos já estavam lá há muitas horas.

"Tomei a lancha junto com o almirante Sílvio Mota (que posteriormente veio a ser ministro da Marinha), desembarquei no cais da Marinha e parti direto para o Palácio do Catete. Aí, o desapontamento foi grande quando relatei ao presidente o ocorrido e transmiti o pedido de Carlos Luz para só apresentar a sua renúncia em casa. Nereu, nervoso, disse: 'Isso é horrível, eles (os militares) já estão impacientes.'

"Quando pensava que iria receber uma resposta imediatamente, Nereu resolveu convocar todo o Ministério, que se reuniu sem maiores delongas. O general Floriano de Lima Brayner, chefe do Gabinete Militar da Presidência, providenciou a reunião do Ministério. Tendo os ministros tomado assento em torno da mesa presidencial, Nereu assumiu a presidência.

"Colocou-me a seu lado, no primeiro lugar da ala esquerda da mesa, justamente em frente ao general Lott, ministro da Guerra, que ocupava o primeiro lugar do lado oposto.

"Além do marechal Lott, estavam presentes, que me lembro, os ministros professor Menezes Pimentel, da Justiça; almirante Alves Câmara, da Marinha; Lucas Lopes, da Viação; brigadeiro Alves Seco, da Aeronáutica; Nelson Omegna, do Trabalho; Mário Câmara, da Fazenda; deputado Joaquim Ramos; general Floriano de Lima Brayner, chefe do Gabinete Militar; e Paulo Lyra, chefe da Casa Civil.

"Nereu anunciou que eu havia regressado do cruzador Almirante Tamandaré, onde fora conferenciar com o sr. Carlos Luz, acrescentando:

É melhor que o próprio deputado relate o ocorrido':e mandou que eu tomasse palavra.

"Fiz, então, uma síntese das conversas havidas com Carlos Luz, com o objetivo de obter a sua renúncia à presidência da Câmara dos Deputados, que foi o motivo da minha ida ao Almirante Tamandaré, sem entrar nas minúcias nem me referir às resistências encontradas, para concluir que Carlos Luz achava uma humilhação renunciar a bordo do navio e pedia para desembarcar e renunciar em casa. Quando me referi ao pedido de Carlos Luz, o general Lott disse muito exaltado: 'Mas ele não cumprirá a promessa, já faltou comigo e faltará de novo. Carlos Luz, pisando em terra, não cumprirá o prometido e criará embaraços. O sr. garante que ele cumprirá?'

"Respondi: Ministro, é difícil prejulgar. Não tenho elementos para responder.

"Após os comentários de Lott, o ambiente tornou-se agitado. Ministros confabulando uns com os outros, sem nenhuma conclusão, até que Nereu encaminhou as discussões de forma a que todos concordassem com a pretensão de Carlos Luz, tendo em vista a gravidade do momento histórico que se vivia. E, virando-se para mim, disse: 'V. Exa. (durante a reunião, deu-me esse tratamento) agora deve regressar ao Almirante Tamandare para levar a decisão do governo.'

"Neste momento, pedi a palavra para dizer perante todos: Presidente, peço permissão para observar que não devo ser mais incumbido de terminar a honrosa missão que já cumpri em parte. V. Exa. poderia escolher pessoa de sua confiança mais experimentada, com maior poder de dialética, para ultimar o assunto.

"Respondeu Nereu: 'V. Exa. é a pessoa indicada, tem essas qualidades e merece minha confiança.'

"Retruquei: Presidente, agradeço muito essa prova de confiança e pediria que, pelo menos, mandasse pessoa de sua confiança para juntos tratarmos do assunto.

"Respondeu Nereu incisivo e autoritário: 'V. Exa. vai só. De manhã, foi em nome dos políticos de Minas. Já agora vai como emissário do governo federal, fazendo ver ao sr. Carlos Luz que seu pedido foi atendido, mas a renúncia deve ser feita hoje, não podendo haver mais protelações, nem alternativas', no que foi secundado pelos ministros presentes.

"Retirei-me do Palácio do Catete, tomando um carro oficial que me levou novamente ao Ministério da Marinha.

"Em companhia do comandante Sílvio Mota, que me aguardava, tomei a lancha que nos levou ao Tamandaré. Minha presença no navio era objeto de curiosidade e era olhado com desconfiança. Levado, novamente, ao gabinete 'presidencial', Carlos Luz teve esta expressão: 'Você demorou muito. Quais são as novidades?'

"Respondi dizendo que o presidente Nereu Ramos achou conveniente submeter o assunto ao Ministério por achar a situação muito melindrosa O Ministério foi reunido e o resultado foi a concessão para seu desembarque, mediante o compromisso de sua parte de ser a renúncia entregue naquele mesmo dia.

'Que insistência essa em falar hoje, urgência. Será que têm medo de eu assumir de novo a presidência da Câmara e tornar-me presidente da República em terra?... Enfim, vou tomar providências para deixar o navio.'

"Luz conferenciou com o almirante Pena Botto, comandante do navio, que passou a expedir ordens. Em pouco, o navio estava um alvoroço e as fisionomias foram se aliviando das preocupações. O navio parecia um palácio a essa hora, todo iluminado. Pena Botto reuniu a oficialidade e todos que estavam a bordo para prestar uma homenagem de despedida ao 'presidente' Carlos Luz, no salão nobre. O almirante Pena Botto fez um comovente discurso, exaltando a personalidade de Carlos Luz (que insistia em chamar de presidente). Foi um momento emocionante aquele em que tantas personalidades importantes na vida do País estavam derrotadas e vencidas pelas vicissitudes da vida pública. Carlos Luz, não conseguindo ocultar mágoa e irritação – sempre altivo – fez veemente discurso de despedida, elogiando o almirante Pena Botto, sua oficialidade e toda a guarnição do navio.

"Terminadas essas solenidades, acompanhado de elementos do seu ministério e de alguns amigos, Carlos Luz começou a descer as escadas do navio, tendo me convidado a seguir junto. Tomamos a lancha e fomos nos afastando do navio, rumo à terra.

"No cais, em frente ao Ministério da Marinha, havia uma força militar formada. Carlos Luz, ao vê-la, ainda de dentro da lancha, disse, emocionado: 'Gente extraordinária!... prestando continência a um presidente deposto.' No cais, alguns amigos o aguardavam. Entre eles, o brigadeiro Eduardo Gomes, o deputado Gabriel Passos, e outros mais.

Carlos Luz, já dentro do automóvel, junto com o brigadeiro Eduardo Gomes e creio que junto também o dr. Prado Kelly, virou-se para mim, que estava na porta aberta do carro, e disse: 'Então, aguardo você às nove horas da noite, no meu apartamento, em Copacabana.'

"Seriam mais ao menos sete horas. Luz partiu para sua casa e eu segui para o Palácio do Catete, a fim de dar conhecimento ao presidente Nereu Ramos dessas ocorrências. Do Catete, comuniquei-me com o governador Bias Fortes, relatando o ocorrido.

"Às 21 horas em ponto, toquei a campainha do apartamento de Carlos Luz. Veio abrir a porta sua senhora, que, ao ver-me, foi logo dizendo: 'Não permitiram que o Carlos nem ao menos fosse à Câmara, para fazer a sua defesa!?, e se retirou, sem me mandar entrar. Sendo ela uma senhora de fina educação, em contraste com aquela recepção nada amável

que me era oferecida, concluí que as coisas lá dentro não iam bem para o objetivo de minha visita. O apartamento regurgitava de gente, num constante vaivém de políticos.

"Fiquei no hall por alguns minutos, sem que ninguem me mandasse entrar, até que vi passar no salão o deputado estadual de Minas, Luiz Maranha.

"Chamei-o: Maranha, estou aqui com hora marcada e o tempo está passando. Peço-lhe o favor de avisar ao Carlos Luz.

"Algum tempo depois, ele voltou e disse: 'O Luz mandou que o senhor entre no seu gabinete até que ele termine o jantar.'

"O jantar foi demorado e eu já estava angustiado com a demora e com a recepção nada acolhedora que me surpreendia.

Afinal, depois de muito tempo, Carlos Luz apareceu revelando mau humor e foi dizendo: 'Estou muito aborrecido porque o assunto não foi guardado em reserva, tendo sido divulgado pela Rádio Globo com comentários que me deixam mal. A nossa conversa devia ser considerada confidencial e não o foi.'

"Respondi: Nossa conversa foi confidencial até o momento em que o presidente da República reuniu o Ministério para submeter ao mesmo o seu pedido de desembarque. Daí em diante, não podia haver mais segredo, pois muita gente tomou conhecimento do caso que já preocupava a opinião pública.

"E acrescentou Luz: 'Agora a combinação tem de ser reformulada, até porque não vejo motivo para tanta urgência. Por que obrigatoriamente hoje a renúncia? Pode ser amanhã... depois de amanhã... daqui a uma semana...

"Fiquei perplexo. Vi que tudo tinha voltado à estaca zero. No meio desse diálogo cansativo e desagradável, em que Luz se mostrava até descortês para comigo, surgiu um telefonema misterioso. Dizia que Nereu Ramos tinha sido deposto e que já havia desordens na rua.

"Carlos Luz quis, então, encerrar a conversa, o que achei impossível, pedindo que ele indagasse o que de fato estava acontecendo. Sua senhora vei e disse para mim, ironicamente: 'Ligue para o Benedito, ele sabe tudo, deverá saber o que há.'

"Isso foi feito e,momentosdepois, Valadares ligou e eu o entendi já no meio de muita gente que entrou no gabinete para dizer que o tal telefonema era rebate falso e que Nereu, àquela hora, ainda estava no Catete. Esse telefonema lançou a confusão no ambiente e interrompeu nossa conversa por muito tempo.

"Foi penoso voltar ao assunto, sempre com os mesmos argumentos não aceitos de parte a parte. Procurava eu mostrar as conseqüências funestas da sua não-renúncia: o fechamento do Congresso, das assembléias legislativas estaduais, das câmaras municipais; enfim, a ditadura! 'Ora,

Ovídio, é ridículo você querer apontar para mim esse quadro, como se nós dois não soubéssemos o que é a ditadura; nós que politicamente vivemos dela. Pior do que tudo é o governo que virá aí com a gente do Juscelino dominando o País.'

"Evitei entrar na discussão desse comentário, para não desviar o curso de nossa conversa, pois o que me interessava, o que era do meu dever era obter a renúncia que ia resolver a crise e garantir a posse do presidente eleito. E acentuava eu que houve testemunhas: Embora não esteja eu em jogo e seja a minha pessoa insignificante diante dos fatos, não posso me retirar daqui sem levar a carta prometida. Você poderá até, considerando as nossas boas relações de amizade, acusar-me de transigência em matéria de tal gravidade.

"Eu não agüentava mais tal conversa sem fim e sem perspectiva de solução, quando Carlos Luz, pegando resolutamente um pequeno bloco de papel, com timbre da presidência da Câmara dos Deputados, disse: 'Vou dar a você uma declaração ressalvando o seu comportamento para você mostrar ao Nereu e acalmar o seu medo de Lott.'

"Escreveu a declaração e me entregou e eu, lendo-a de relance, guardei-a no meu bolso, sem dar a menor demonstração do que sentia. O que sentia era um grande alívio, pois a declaração, apesar de feita em pequena folha de bloco, era, em essência, uma renúncia, que ia conjurar a crise política do País. Depois disso, tratei de retirar-me, sem dar pretexto a nenhuma outra conversa e sem deixar transparecer o meu alívio,por ter contribuído para a normalização constitucional do País e também para a embaraçosa situação de Carlos Luz.

"Era uma hora da madrugada. Rumei imediatamente para o Palácio do Catete, que encontrei ainda repleto de políticos e muita gente mais, todos ansiosos pela solução. Logo na entrada, fui abordado pelos deputados Gustavo Capanema, Joaquim Ramos, Drault Ernani, Bias Fortes Filho, Guilherme de Oliveira.

"Nereu Ramos estava em seu gabinete e me fez entrar sem demora. Houve um momento de expectativa quando eu disse: Presidente, embora o papel seja pequeno, aqui está a renúncia. Nereu, lendo-a, feliz, passou-a ao ministro da Justiça, professor Menezes Pimentel e, finalmente, ao general Flores da Cunha, presidente interino da Câmara dos Deputados. Todos se mostraram aliviados e não ocultavam seu contentamento.

"A Câmara havia sido convocada para as nove horas. Ficou, então, resolvido que, assim que fosse aberta a sessão, eu entregaria a renúncia ao presidente Flores da Cunha.

"Pedi, então, ao presidente Nereu Ramos para guardar a carta, que eu apanharia às oito horas, pois não queria que ficasse em meu poder documento de tanta importância.

"Estando as coisas nesse pé e o presidente já se preparando para en-

cerrar seu exaustivo expediente, surge um pedido telefônico do cardeal d. Jayme Câmara, querendo falar ao presidente Nereu imediatamente. E, antes que o presidente respondesse, um auxiliar entra no gabinete e avisa que o cardeal não esperou e já estava subindo o elevador. Arquejante, foi introduzido no gabinete e, na presença de todos, foi dizendo: 'Presidente, vim tratar com V. Exa. sobre a situação de nosso amigo Carlos Luz.

"Respondeu Nereu: 'Devo informar a V. Revma. que já estou de posse da renúncia de Carlos Luz, estando, portanto, o assunto resolvido.'

"O Cardeal ficou surpreso e desapontado: 'Mas, presidente, Carlos Luz deseja comparecer à Câmara na sessão das nove da manhã, a fim de pronunciar um discurso e fazer a sua defesa, que pensa necessária, mas se julga ameaçado e impedido de ir à Câmara.'

"Nereu Ramos, com ar indignado, vira-se para Flores da Cunha, que esclarece: 'Presidente,depois que for lida por mim e oficializada a sua renúncia do cargo de presidente da Câmara, não vejo inconveniente em dar a palavra ao sr. Carlos Luz para proferir o seu discurso.'

"O cardeal d. Jayme Câmara agradeceu e se despediu em seguida, deixando em todos uma interrogação, e mais: uma dúvida sobre seus verdadeiros objetivos. Tudo indicava que Carlos Luz desejava apresentar a renúncia juntamente com o discurso, o que não era possível, pois, sem renunciar, poderia querer assumir a Presidência da Câmara e, quem sabe, até a Presidência da República.

"O presidente Nereu Ramos encerrou seu atribulado expediente já em começo da madrugada, mantendo sempre aquela alta dignidade que lhe era peculiar e aquela sisudez que ocultava um padrão humano involúvel.

"Às oito horas, voltei ao Catete e recebi a carta do presidente Nereu e segui para o Palácio Tiradentes, onde funcionava a Câmara dos Deputados. Às nove horas em ponto, o presidente interino Flores da Cunha abriu a sessão e leu a carta de renúncia que eu lhe havia entregue momentos antes. Houve tumulto no plenário, com aplausos e apupos e violentas discussões.

"Momentos depois, Carlos Luz chegou ao recinto. O deputado Afonso Arinos pediu à mesa conceder a palavra a Carlos Luz. Flores da Cunha, com seu costumeiro cavalheirismo, fez elogiosas referências à minha atuação e, em seguida, deu a palavra a Carlos Luz, que, assim, proferiu seu discurso como simples deputado."

O discurso de Carlos Luz é um relatório minucioso dos fatos ocorridos nos últimos dias, a partir do enterro do general Canrobert, passando pelo problema disciplinar causado pelo discurso do coronel Mamede, pelo protesto do ministro da Guerra,general Lott e sua conseqüente demissão, até atingir os fatos que compuseram, propriamente, a Novembrada.

ESTADO DE SÍTIO

CAPÍTULO XIV

Com o regresso do Tamandaré, trazendo em seu bojo o ex-presidente da República e alguns de seus auxiliares diretos, mesmo com a posse do novo presidente, senador Nereu Ramos, ainda não estava encerrado aquele capítulo da História do Brasil.

Os três ministros militares temiam que, a qualquer momento, a UDN, apoiada por alguns elementos da Aeronáutica e da Marinha, pudesse provocar uma situação que viesse a impedir a posse dos eleitos a 3 de outubro de 1955. Por esse motivo, julgando iminente a possibilidade de subversão da ordem, enviaram ao presidente Nereu Ramos uma exposição de motivos para que ele obtivesse do Congresso a decretação do estado de sítio.

Assim, Nereu Ramos, em mensagem presidencial de 22 de novembro, encaminha ao Congresso Nacional a referida exposição de motivos.

"Srs. membros do Congresso Nacional.

"Os ministros da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica, responsáveis pela manutenção da ordem interna e pelo retorno do País aos quadros da normalidade constitucional, dirigiram-me a exposição, que tenho a honra de transmitir em original a V. Exas., na qual fazem sentir a necessidade, para a manutenção da ordem e das instituições, da decretação do estado de sítio.

"1) Julgo de todo ponto de vista conveniente aos interesses superiores da ordem pública e à defesa da Constituição, que se adote a medida e te-

nho a honra de solicitá-la ao Congresso Nacional, pelo prazo de trinta dias, previsto no Artigo 210 da Constituição.

"2) A medida deve, a meu dever, ser extensiva a todo o território nacional, para que nenhuma parte deste se possa converter numa área de refúgio das atividades subversivas que o Congresso tem o dever e o propósito de reprimir.

"3) As garantias constitucionais cuja suspensão se impõe são apenas aquelas que dizem respeito mais diretamente à investigação, à prevenção e à repressão do movimento subversivo que vem prosperando nas últimas semanas e cuja irrupção iminente conduziu aos acontecimentos de 11 de novembro e à subseqüente deliberação do Congresso Nacional sobre a substituição do presidente da República. Apraz-me acentuar que a defesa da ordem pública não reclama, neste momento, qualquer medida restritiva dos direitos que a Constituição e as leis ordinárias asseguram aos trabalhadores, os quais se acham coesos e pacíficos, ao lado da lei e dos poderes constituídos, plenamente identificados com o movimento de retorno à legalidade, cujas raízes estão lançadas no sentimento popular e no respeito às fontes da soberania.

"4) Será conveniente que a apuração dos crimes contra o Estado e a segurança política do País, fique, durante o estado de sítio, sob a jurisdição militar, na forma prevista na própria Constituição. (Artigo 207.)

"5) Tenho a honra de submeter à consideração do Congresso Nacional, à vista do exposto, o anexo projeto de lei.

"Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1955. (a) Nereu Ramos."

Recebida a mensagem, é posta em votação a proposta apresentada e, no dia 23, o Congresso Nacional decreta o estado de sítio:

"Lei do Estado de Sítio. O Congresso Nacional decreta:

"Art. 1º – Fica decretado o estado de sítio em todo o território nacional, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

"Art. 2º – Continuam em vigor as garantias asseguradas pela Constituição Federal, com exceção das previstas nos parágrafos 5, 6, 11, 15, 20, 21, 22, 23 e 24 do Artigo 141 e do Artigo 142, que ficam suspensas durante o estado de sítio, sendo que as dos parágrafos 20, 21 e 22 do Artigo 141 subsistem em relação aos indiciados de crimes comuns.

"Parágrafo único. A suspensão do *habeas-corpus* restringe-se aos atos praticados por autoridades federais e a do mandado de segurança aos emanados do presidente da República, dos ministros de Estado, do Congresso Nacional e do executor do estado de sítio.

"Art. 3º – Nenhuma providência, tomada em virtude desta lei, poderá visar ao patrimônio nem à livre administração das empresas jornalísticas e a radiodifusoras.

"Art. 4º – O executor do estado de sítio, designado por decreto do presidente da República, tomará as providências adequadas para prevenir e

reprimir qualquer tentativa de comoção intestina, requisitando a colaboração das autoridades civis e militares por intermédio dos ministros dos quais elas dependem.
"Parágrafo único. O presidente da República e o executor do estado de sítio não poderão recusar informações ao Supremo Tribunal Federal sobre os fatos relacionados com as pessoas referidas no Artigo 209 da Constituição Federal, nem sobre as medidas tomadas e as razões justificativas das providências de exceção.

"Art. 5º – O executor do estado de sítio poderá tomar, contra pessoas, apenas as medidas previstas nos números I e II do Artigo 209 da Constituição Federal, sem prejuízo das reservadas à competência do presidente da República pelo parágrafo único do mesmo artigo.

"Art. 6º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

"Comissão de Redação, em 23 de novembro de 1955.

"Virgínio Santa Rosa, presidente em exercício; Abguar Bastos, relator; Cardoso de Menezes; Maurício de Andrade."

Decretado o estado de sítio no período de 25 de novembro a 26 de dezembro, estando encerrados os trabalhos do Congresso Nacional a medida foi prorrogada por mais trinta dias por Nereu Ramos, como presidente da República em exercício.

Reaberto o Congresso, foi iniciada a discussão da prorrogação do estado de sítio. A 10 de janeiro, Nereu Ramos sancionou o decreto do Congresso Nacional, prorrogando o estado de sítio por trinta dias, a contar do dia 26 de dezembro de 1955.

O IMPEDIMENTO

CAPÍTULO XV

Do hospital, o presidente Café Filho se recolheu a sua residência em Copacabana. Pretendia reassumir o cargo no dia seguinte. Entretanto, logo após sua chegada, toda a área ao redor do edifício foi cercada por um aparato militar. Ninguém entrava e ninguém saía; inclusive parlamentares tiveram seus passos embargados.

Enquanto isso, a Câmara e o Senado se reuniam extraordinariamente, para encontrar a forma legal de deposição do presidente. No dia seguinte, 22 de novembro, as duas Casas do Congresso aprovaram o Projeto de Resolução nº 21/25, que declarava o impedimento do presidente João Café Filho.

Por esse motivo, Café Filho, naquela mesma data, impetrou mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio de seu advogado Jorge Dyott Fontenelle.

Distribuído o feito, foi designado relator o ministro Hahnemann Guimarães. Na sessão de 14 de dezembro, foi julgado.

Conhecido o pedido, contra os votos dos ministros Nelson Hungria e Mário Guimarães, decidiram sustar o julgamento até que fosse suspenso o estado de sítio.

O pedido de *habeas-corpus*, também impetrado, teve o julgamento, a princípio, adiado, a pedido do ministro Ribeiro da Costa, sendo, afinal, conhecido e julgado prejudicado em sessão de 21 de dezembro.

Nesse mesmo dia, atendendo à petição do advogado, o pedido de *habeas-corpus* vai a novo julgamento pelo Supremo Tribunal.

O tribunal concedeu o pedido, contra os votos de Nelson Hungria e Mário Guimarães, julgou prejudicado o mesmo, contra o voto de Ribeiro da Costa, que concedeu a ordem. Lafayette de Andrada e Orozimbo Nonato entenderam dever ser suspenso o julgamento.

Na sessão de 11 de janeiro de 1956, é levada ao tribunal uma petição de Café Filho, pedindo o prosseguimento do julgamento do mandado de segurança. Ouvidos os ministros presentes, o tribunal resolveu não conhecer o pedido formulado, indeferindo a continuação do julgamento.

A 2 de abril, Jorge Fontenelle retorna com outra petição para prosseguimento do feito. Estava afastado o obstáculo do estado de sítio. As garantias constitucionais haviam sido restabelecidas.

A 7 de novembro de 1956, o tribunal toma conhecimento daquela petição:

Diz, então o relator, ministro Afrânio Costa:

"Julgo prejudicado o pedido. O Supremo Tribunal entendeu, por duas vezes, que enquanto vigente o estado de sítio, nos termos da lei que o decretara, não era possível julgar o mandado de segurança, cujo processo foi, por isso mesmo, sobreestado. Entretanto, sucedeu que, a 31 de janeiro de 1956, assumiu a Presidência da República, empossado em forma constitucional, o sr. Juscelino Kubitschek. Nessa data, extinguiu-se o período anterior. De sorte que qualquer reclamação do impetrante para reassumir a Presidência da República não mais pode ser objeto de cogitação."

ÍNDICE

Edições ISTOÉ

Café Filho

17º Presidente do Brasil 1954-1955

ISBN 85-7368-756-8
9 788573 687569 17

TRÊS